

UNIVERSIDADE DO ALGARVE

FACULDADE DE ECONOMIA

O Turismo no Território e no Planeamento Territorial

Estudo de caso: O concelho de Faro

SILVIA DE JESUS DOS SANTOS CABRITA

Mestrado em Gestão e Desenvolvimento de Destinos Turísticos

2012

UNIVERSIDADE DO ALGARVE

FACULDADE DE ECONOMIA

O Turismo no Território e no Planeamento Territorial

Estudo de caso: O concelho de Faro

SILVIA DE JESUS DOS SANTOS CABRITA

Mestrado em Gestão e Desenvolvimento de Destinos Turísticos

Dissertação orientada por Professor Doutor Carlos Manuel Martins Costa

2012

Aos meus pais, por todo o amor, dedicação e compreensão.

ÍNDICE GERAL

	Página
Índice das Figuras	vii
Índice das Tabelas.....	viii
Índice dos Quadros	ix
Lista de Abreviaturas	x
Agradecimentos	xi
RESUMO.....	xiii
ABSTRACT.....	xiv
PARTE I- CONCEPTUALIZAÇÃO.....	1
Capítulo I. INTRODUÇÃO.....	1
1.1. Definição e Relevância do Problema.....	1
1.2. Estrutura da Tese	4
PARTE II- REVISÃO DE LITERATURA	6
Capítulo II. O TURISMO NO TERRITÓRIO.....	6
2.1 Introdução	6
2.2 O Turismo enquanto Fenómeno Económico e Geográfico	6
2.2.1 Destino Turístico e Território Turístico.....	10
2.2.2 Recurso e Produto Turístico, <i>Clusters</i> e Redes.....	15
2.3 A Aptidão do Território para o Turismo.....	19
2.4 Conclusão.....	23
Capítulo III. O PLANEAMENTO DO TURISMO NO TERRITÓRIO	24
3.1 Introdução	24
3.2 O Planeamento Turístico e Territorial	26
3.2.1 Enquadramento e Evolução dos Conceitos até à Atualidade.....	26
3.2.2 Níveis de Intervenção: Internacional, Nacional, Regional e Local	33
3.2.3 A Aplicabilidade do Planeamento em Portugal.....	35
3.3 A Avaliação do Potencial Turístico	42
3.4 Conclusão.....	50
PARTE III – METODOLOGIA	53
Capítulo IV. METODOLOGIA.....	53
4.1 Introdução	53
4.2 A Investigação Científica no Turismo	55

4.3	O Processo Metodológico	56
4.3.1	Definição do Problema, Questões e Objetivos da Investigação	60
4.3.2	O Método de Investigação	63
4.3.3	Técnicas de Recolha e Análise de Dados	65
4.4	Avaliação da Metodologia	70
4.5	Conclusão.....	72
PARTE IV – ANÁLISE DE DADOS		74
Capítulo V. ESTUDO DE CASO: O CONCELHO DE FARO		74
5.1	Introdução	74
5.2	O Espaço Geográfico e Económico do Concelho de Faro.....	75
5.3	A Componente Institucional: As Estratégicas e a Gestão do Território ...	78
5.4	A Componente Económica e Territorial: O Potencial Turístico.....	86
5.4.1	A Avaliação do Potencial Turístico pelo Método de Leno Cerro.....	86
5.4.1.1	O Fator Recursos	87
5.4.1.2	O Fator Acessibilidades	93
5.4.1.3	O Fator Equipamentos	95
5.4.1.4	O Índice de Potencial Turístico	100
5.5	A Componente de Planeamento: Regime de Uso e Proteção do Solo....	103
5.5.1	O Fator Recursos	104
5.5.1.1	No POOC Vilamoura - V.R.S. António.....	104
5.5.1.2	No POPNRF	107
5.5.1.3	No PDM de Faro.....	112
5.5.2	O Fator Acessibilidades	120
5.5.3	O Fator Equipamentos	123
5.6	Conclusão.....	126
PARTE V – DISPOSIÇÕES FINAIS.....		129
Capítulo VI. CONCLUSÃO		129
6.1	Sumário.....	129
6.2	Perspetivas de Investigação Futura.....	134
Anexo 1: Esquemas metodológicos de referência		136
Anexo 2: Tipologia de métodos.....		138
Anexo 3: Principais indicadores de turismo do concelho de Faro.....		140
Referências Bibliográficas		142
Apêndice 1: Instrumentos de desenvolvimento recolhidos		155

Apêndice 2: Instrumentos de desenvolvimento analisados: nível nacional e regional.	161
Apêndice 3: Quadros síntese das estratégias, produtos e tipologias de turismo.....	163
Apêndice 4: Inventário dos recursos do concelho de Faro	166
Apêndice 5: Hierarquia e valor dos recursos por freguesia	173
Apêndice 6: Planta das infraestruturas de acesso às freguesias.....	176
Apêndice 7: Quadro síntese dos recursos no POOC Vilamoura-V.R.S.António	177
Apêndice 8: Quadro síntese dos recursos no POPNRF	178
Apêndice 9: Dados gerais sobre o uso do solo do PDM de Faro (%)......	179
Apêndice 10: Quadro síntese dos recursos no PDM de Faro	180
Apêndice 11: Esquema da REN.....	183

Índice das Figuras

	Página
4.1 - Procedimento metodológico da investigação	59
4.2 - Conexão entre as escalas de planeamento: nacional, regional e local	69
5.1 - Planta de localização do concelho de Faro	77

Índice das Tabelas

	Página
5.1 – Total dos instrumentos de desenvolvimento analisados (%)	79
5.2 – Distribuição dos recursos por categoria e localização	88
5.3 – Número de recursos por categoria e hierarquia	90
5.4 – Valor turístico dos recursos, por categoria	92
5.5 – Valor do fator recursos, por freguesia	92
5.6 – Valor do fator acessibilidades, por freguesia	95
5.7 – Infraestrutura turística do concelho de Faro, por freguesia	97
5.8 – Equipamento recreativo-desportivo do concelho de Faro, por freguesia	98
5.9 – Equipamento comercial no concelho de Faro, por freguesia	99
5.10 – Fator equipamentos do concelho de Faro, por freguesia	100
5.11 – Índice do potencial turístico do concelho de Faro, por freguesia	101
5.12 – Distribuição dos recursos na área do POOC	105
5.13 – Os recursos nas categorias do solo rural do POOC (%)	106
5.14 – Os recursos na sub categoria de <i>Espaços Naturais</i> (%)	106
5.15 – Distribuição dos recursos na área do POPNRF	108
5.16 – Distribuição dos recursos no zonamento do POPNRF (%)	111
5.17 – Os recursos na <i>Área Costeira e Lagunar</i> do POPNRF (%)	111
5.18 – Os recursos na <i>Área Terrestre</i> do POPNRF (%)	112
5.19 – Distribuição dos recursos na área do PDM de Faro	113
5.20 – Os recursos no solo classificado e nas condicionantes (%)	114
5.21 – Os recursos por localização no uso do solo e nas condicionantes (%)	114
5.22 – Os recursos nas categorias de espaços do solo rural (%)	116
5.23 – Os recursos na categoria de <i>Espaços Naturais e Culturais</i> (%)	117
5.24 – Os recursos nas categorias de espaços do solo urbano (%)	118
5.25 – Os recursos na categoria de <i>Espaços Urbanos</i> (%)	118
5.26 – Os recursos nas condicionantes ao uso do solo (%)	119
5.27 – O alojamento segundo a classificação do solo e condicionantes do PDM de Faro (%)	125
5.28 – O alojamento nas categorias do solo urbano do PDM de Faro (%)	125

Índice dos Quadros

	Página
3.1 – Filosofias de planeamento	27
3.2 – Planos de desenvolvimento no nível nacional e regional	37
3.3 – Instrumentos de gestão territorial	38
3.4 – Tipos de classificação e agrupamento de recursos	45
3.5 – Métodos de avaliação do potencial turístico	47
4.1 – Tipo de instrumentos de desenvolvimento territorial recolhidos	68
4.2 – Informação documental relativa ao regime de uso e proteção do solo	69
5.1 – Escala de classificação das vias de acesso às freguesias	94
5.2 – Posicionamento das freguesias do concelho de Faro relativamente aos fatores em análise e potencial turístico	102
5.3 – Categorias do solo rural do POOC aplicáveis ao concelho de Faro	104
5.4 – O regime de proteção do POPNRF aplicável ao concelho de Faro	108
5.5 – Classes de espaços do PDM de Faro por classificação do solo	112
5.6 – Regime de uso e ocupação do solo rural do PDM de Faro	115
5.7 – Regime de uso e ocupação do solo urbano do PDM de Faro	117
5.8. – Condições de acessibilidades às praias do concelho de Faro segundo o POOC	121
5.9 – Identificação dos canais de navegação no concelho de Faro e regime de utilização aplicável	122
5.10 – O fator equipamentos no PDM de Faro	124

Lista de Abreviaturas

ATESC: Agenda para um Turismo Europeu Sustentável e Competitivo

CEOT: Carta Europeia de Ordenamento do Território

EHI: Estabelecimentos Hoteleiros Isolados

EOT: Espaços de Ocupação Turística

ICNB: Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade

LBPOTU: Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e Urbanismo

NDT: Núcleo de Desenvolvimento Turístico

OMT: Organização Mundial do Turismo

PAT: Programa de Ação Territorial

PDM: Plano Diretor Municipal

PMOT: Planos Municipais de Ordenamento do Território

PNPOT: Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território

PNRF: Parque Natural da Ria Formosa

PODTSCE: Princípios Orientadores para o Desenvolvimento Territorial Sustentável do Continente Europeu

POOC: Plano de Ordenamento da Orla Costeira

POP NRF: Plano de Ordenamento do Parque Natural da Ria Formosa

PROT Algarve: Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve

PTE: Política de Turismo Europeia

PU: Plano de Urbanização

RAN: Reserva Agrícola Nacional

RCM: Resolução Conselho de Ministros

REN: Reserva Ecológica Nacional

RJIGT: Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial

TER: Turismo em Espaço Rural

(UN)WTO: World Tourism Organization

Agradecimentos

Um dos elementos fundamentais na elaboração de uma dissertação consiste na disponibilidade de tempo. Contudo se a este não se aliar uma orientação sabedora e mobilizadora de vontades, pouco será possível concretizar. Como tal expresso o meu sincero agradecimento ao Prof. Doutor Carlos Costa por ter aceitado este desafio de orientar uma tese que procurou analisar a relação entre duas áreas do conhecimento ainda em crescimento, bem como pela sua douda orientação em termos de conteúdos, palavras de apoio e incentivo. O seu trabalho foi verdadeiramente uma constante fonte de inspiração. Mas a presente dissertação resultou ainda da ajuda e do apoio incondicional do meu noivo, Victor Guezimane, e das minhas amigas Concepción Luís e Goreti Ramos, aos quais manifesto o meu eterno agradecimento. Gostaria ainda de agradecer à minha amiga Clara Moura pela amizade e auxílio nos elementos desenhados, ao meu irmão, Aurélio Nuno Cabrita, pela revisão do texto, e à minha irmã, Tânia Cabrita, pelo apoio gráfico. O meu agradecimento a todos os meus amigos e colegas da Câmara Municipal de Faro companheiros dos almoços especiais e das conversas sempre entusiasmantes, sobretudo o Abel Nunes, o Miguel Tavares, a Teresa Prazeres e a Luísa Fernandes, fica o repto de um almoço em Moçambique. Expresso ainda o meu agradecimento a todos os colegas do mestrado que juntamente com os conhecimentos adquiridos foram o de mais importante no presente curso, e a todos os professores com os quais aprendi sobre esta matéria fascinante que é o turismo, muito especialmente o Prof. Doutor Carlos Costa, a Prof. Doutora Ana Ferreira, o Prof. Doutor Paulo Águas e o Prof. Doutor João Albino Silva. Mais agradeço à Cristina Candeias da Biblioteca da ESGHT pela sua eficácia e simpatia no auxílio prestado na pesquisa bibliográfica e à D. Sílvia Cristóvão do Secretariado das Pós- Graduações da Faculdade de Economia, pela sua atenção e boa disposição.

Finalmente, agradeço às entidades e seus representantes que tornaram a elaboração desta dissertação possível, nomeadamente: a Câmara Municipal de Faro, mais concretamente a ex Divisão de SIG, em particular a Filomena Correia e o Tony Silva, pela cedência de um importante conjunto de dados relativos ao PDM de Faro. A Vereadora do Turismo, Dra. Alexandra Gonçalves, e a Diretora do Departamento de Cultura, Dra. Cristina Neto, pela amabilidade com que sempre me receberam; a CCDR Algarve, nomeadamente o Vice- presidente Arqto Porfírio Maia, o Diretor de Serviços de Ordenamento do Território, Arqto Jorge Eusébio e ao Dr. Marco Andrade, pela disponibilidade de cedência de dados e orientação relativamente à bibliografia disponível, mas também a Dra Teresa Noronha pelo apoio na análise dos indicadores 8 e 9 que constam do relatório de monitorização do PROT Algarve.

Para terminar, ao meu noivo, naquela que foi uma fase de transformação e de grandes dificuldades, agradeço ainda a sua paciência e espera, mas sobretudo o facto de ter acreditado ser possível finalizar este sonho, para que a concretização de outros possam agora iniciar.

RESUMO

A presente dissertação discute a relação entre o turismo enquanto fenómeno espacial e o planeamento territorial. O principal objetivo foi contribuir para o debate acerca da importância da articulação entre o turismo e o planeamento territorial. A investigação empírica, com aplicação de uma metodologia de enfoque quantitativo e qualitativo e estudo de caso, analisou o território específico do concelho de Faro. Mais concretamente o seu potencial turístico, tendo sido para esse efeito aplicado o método de Leno Cerro, e a sua compatibilidade com as propostas dos instrumentos de desenvolvimento territorial, relativamente às estratégias, gestão do território e, regime de uso e proteção do solo. Os resultados permitem identificar o carácter transversal do turismo a outras áreas do desenvolvimento territorial e a sua importância nas políticas territoriais. Os factos identificados na investigação indicam que os principais problemas do turismo no planeamento territorial em Portugal resultam da sua abordagem enquanto interesse sectorial, e da sua indexação a um uso com tradução espacial e à componente imobiliária. As conclusões apuradas revelam que existe um conjunto de elementos comuns ao turismo e ao planeamento territorial que urge articular no processo de planeamento, mas sem descurar as especificidades destas duas áreas do conhecimento.

Palavras-Chave: Turismo, Território, Potencial Turístico, Planeamento Turístico e Territorial

ABSTRACT

This dissertation discusses the relationship between tourism (whilst a spatial phenomenon) and the spatial planning. The main objective was to contribute towards a debate with regards to the importance of the correlation between tourism and spatial planning. Empirical research, applying a methodology of quantitative and qualitative approach and case study, analyzed the specific territory of the municipality of Faro. More specifically its tourism potential, having applied for that purpose the Leno Cerro method, and its compatibility with instrument proposals of town development, in respect of strategies, town management and, regime/policy for soil usage and protection. The findings allow identifying the crosscutting nature of tourism to other territorial development areas, as well as its relevance to spatial planning policies. The identified facts in the research, indicate that the main tourism problems in the spatial planning in Portugal stem from their approach whilst a sectorial interest, and from its indexing to a spatial translation usage, as well as to the real estate component. The reached conclusions reveal that there is a set of common elements to tourism and to the spatial planning, which urged to be articulated upon the planning process, but without neglecting the specificities of these two knowledge areas.

Keywords: Tourism, Territory, Tourism Potential, Tourism and Spatial Planning

Um homem não elege os seus demónios. Pouco a pouco, nos percursos da sua vida, determinadas situações, encontros e desencontros se irão sucedendo, ajudando a moldar os seus estímulos e as suas fontes, a matéria a partir da qual virá a trabalhar. Não será apenas ele, assim, a eleger os seus temas, mas também os temas, demónios, a elegerem-no a ele e a inserirem-se no centro das suas obsessões.

Fernando Ruivo, 1995

PARTE I- CONCEPTUALIZAÇÃO

Capítulo I. INTRODUÇÃO

1.1. Definição e Relevância do Problema

O problema da presente investigação foi essencialmente formulado em contexto profissional, mais concretamente no decorrer do processo de implantação de *Núcleos de Desenvolvimento Turístico* (NDT) no concelho de Faro, cujo procedimento resultou da proposta do Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve (PROT Algarve – Resolução Conselho de Ministros n.º 102/2007, de 03 de agosto, retificada pela Declaração de Retificação n.º 85-C/2007, de 02 de outubro). Cumpre referir que os NDT são uma das formas de desenvolvimento e ocupação turística do sistema de turismo definido pelo PROT Algarve e, apesar de terem transitado da primeira redação deste plano regional (artigo 23.º do Decreto Regulamentar n.º 11/91, de 21 de março), à data aplicáveis a áreas de potencial turístico com delimitação prévia em Plano Diretor Municipal, a sua implantação passou a estar enquadrada na figura de programa de ação territorial (PAT – artigo 121.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial), sujeito a concurso público da responsabilidade do nível local, e sem pré – delimitação. Por outro lado, este plano pretende através da figura de NDT, valorizar os espaços com vocação turística da região do Algarve, sendo aliás este um dos seus objetivos operativos. Neste sentido toda a área territorial do Algarve, com primazia para

os espaços com vocação turística, passou a poder acolher este tipo de investimento. Todavia foi aplicada uma distribuição diferenciada de camas por unidades territoriais (Litoral Sul e Barrocal, Baixo Guadiana, Serra e Costa Vicentina) e, posteriormente, por concelho de acordo com um conjunto de critérios que foram fixados pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (CCDR Algarve) em articulação com os municípios. Resulta assim que a implantação dos NDT difere essencialmente das unidades territoriais aplicáveis e, de certa forma, da existência de espaços com vocação turística. Contudo no concelho de Faro apenas se aplica a unidade Litoral Sul Barrocal, o que nos levou a colocar a seguinte questão: será que todo o território de Faro tem igual potencial (vocação) turístico? Mais se averiguou que este plano regional, no qual consta o sistema de turismo proposto para o Algarve, encontra-se enquadrado por um conjunto de instrumentos de base normativa e/ou de natureza programática. Mas, e no que concerne ao turismo, abordarão estes instrumentos orientações para este setor? E se o fazem, encontram-se articulados? Cumulativamente constatou-se que além dos NDT este plano define ainda outras formas de ocupação turística, nomeadamente Espaços de Ocupação Turística (EOT), Estabelecimentos Hoteleiros e Isolados (EHI), Imobiliária de Turismo e Lazer, Turismo em Espaço Rural (TER) e em perímetros urbanos. De destacar o facto de algumas destas formas de ocupação se aplicarem a solo urbano e outras a solo rural, ou seja, a diferentes classificações do solo que, por sua vez, apenas tem tradução nos planos municipais de ordenamento do território. Será então o uso turístico transversal ao destino básico do solo definido pelo planeamento? Deverá este prevalecer sobre outro tipo de utilizações dominantes?

Em resultado do anteriormente exposto a implantação de NDT no Algarve, levanta em termos operacionais, no nível local, um conjunto de dúvidas relacionadas com o entendimento dos conceitos de potencial e/ou vocação turística, com a existência

genérica destas áreas, bem como a sua articulação com as estratégias relativas ao turismo e planeamento do território. Neste sentido, na presente investigação procurou-se aprofundar estas matérias com o intuito de gerar conhecimento que instigue uma ocupação turística mais consentânea com as características territoriais e, com os objetivos que sejam propostos para esse mesmo território. Já no âmbito da revisão de literatura efetuada, foi possível averiguar que apesar do crescente entendimento que o território pode ser só por si um recurso turístico (Vieira, 2007; OMT, 2001b); Vera *et al.*, 1997) e, o seu planeamento um dos fatores essenciais à competitividade, em Portugal o turismo tende a ser assumido como um elemento sectorial apesar de simultaneamente encontrar-se integrado no planeamento territorial. Mais recentemente alguns autores (Machado, 2010 a); Vieira, 2007; Costa, 2001; Silva, 1998) tem vindo a referir-se à necessidade de cruzar o turismo com o ordenamento/planeamento do território.

Desta forma, a presente investigação incide sobre a problemática da relação entre o turismo e o planeamento do território, considerando o potencial (vocaçã) turístico, as estratégias de desenvolvimento e o destino básico do solo de um dado território. A abordagem ao turismo foi assim realizada enquanto fenómeno espacial e no que respeita aos elementos em comum ao planeamento do território. Em suma, procurou-se contribuir para o debate acerca da importância do turismo e o planeamento territorial encontrarem-se articulados.

1.2. Estrutura da Tese

A presente dissertação encontra-se estruturada num conjunto de partes a saber: Parte I: conceptualização; Parte II: Revisão de literatura; Parte III: Metodologia; Parte IV: Análise de dados; Parte V: Disposições finais.

Inicia com o Capítulo I – Introdução, referente à identificação do contexto e do âmbito em que foi formulado o problema, o que se pretendeu com a investigação e a sua relevância. Já a segunda parte consiste na materialização da revisão de literatura que foi subdividida no Capítulo II- O Turismo no Território e no Capítulo III- O Planeamento do Turismo no Território. Através desta procurou-se entender a especificidade do turismo, enquanto fenómeno espacial e, a sua relação com o território e os seus principais elementos que propiciam uma utilização turística. Mas também como estes últimos se articulam com o ordenamento/planeamento do território. Nesta sequência foi analisada a forma como o turismo tende a ser planeado, feita uma breve resenha histórica comparativa do planeamento turístico e territorial, dos seus níveis de intervenção e tipos de atuação, bem como da sua aplicação a Portugal. A terceira parte consiste na metodologia, concretizada no Capítulo IV – Metodologia, e onde face à singularidade do turismo se procedeu à descrição das principais características de uma investigação científica no âmbito do turismo. Posteriormente foi identificado o problema, as questões e os objetivos da investigação, mas também o método de investigação aplicado, as técnicas de recolha/análise de dados e avaliada a metodologia desenvolvida. A quarta parte é composta pelo Capítulo V – Estudo de Caso: O Concelho de Faro, onde foram identificados os principais indicadores deste concelho, no que concerne à sua condição geográfica e dinâmica turística. Mas também um conjunto de componentes, relativos aos instrumentos de desenvolvimento nos níveis mais estratégicos e operativos, bem como o potencial turístico do concelho de Faro.

Finalmente a última parte consiste no Capítulo VI- Conclusão, onde consta uma síntese do resultado da investigação relativamente à problemática estudada, bem como sugestões para o desenvolvimento de trabalhos que venham a incidir sobre a relação entre o turismo e o planeamento territorial.

PARTE II- REVISÃO DE LITERATURA

Capítulo II. O TURISMO NO TERRITÓRIO

2.1 Introdução

Neste capítulo parte-se da convicção que para compreender o fenómeno turístico, do ponto de vista espacial, é preciso que a abordagem seja feita tanto pela via da economia como da geografia face ao seu campo comum que consiste no território. Desta forma, foram abordados os principais conceitos, que pelas suas características são transversais a estas duas áreas do conhecimento, analisados em função do ordenamento e planeamento do território vigente em Portugal e dos seus pontos em comum. Procedeu-se ainda à análise da relação hipotética entre o território e a sua aptidão turística.

2.2 O Turismo enquanto Fenómeno Económico e Geográfico

O estudo do turismo, face à sua interação com diversos objetos de estudo tem sido abordado por diversas disciplinas científicas (antropologia, sociologia, arquitetura, urbanismo, etc.) das quais se destaca: a economia, face às implicações do turismo na geração de emprego, receitas e por ser cada vez mais considerado como um dos motores do desenvolvimento social, económico e ambiental a nível regional e nacional; e a geografia, pelo facto do turismo se concentrar em determinados espaços e poder ser entendido enquanto fenómeno espacial (Vera *et al.*, 1997).

Contudo, tem existido alguma prevalência da análise económica (Vera *et al.*, 1997) sobretudo no âmbito dos bens e serviços turísticos, aliás perceptível nas atuais definições de turismo, sendo que mesmo os autores que abordam o turismo pela geografia, por regra, evidenciam a importância desta componente. Ainda assim, constata-se que

existem divergências ao nível do objeto de análise do turismo. De acordo com Vanhove (2005) consta da literatura dois tipos de abordagem ao turismo, a conceptual e a estatística, que, por outro lado, se cruzam com duas correntes de pensamento diferentes mas complementares relativamente ao seu objeto de estudo, nomeadamente, turista (procura) ou sistema de atividades que compõem o turismo (oferta).

Efetivamente alguns dos autores analisados (OMT, 2001; Leiper, 1995; Mathieson e Wall, 1982; Murphy, 1985) apontam o turista como a razão de ser do turismo, sobre o qual deverá recair a análise, nomeadamente as suas motivações, o tipo de turista e viagem. Neste tipo de abordagem os destinos apresentam-se como o meio de satisfazer as motivações do turista, através dos seus “recursos turísticos”, “atrações”, “produtos turísticos”, equipamentos e infraestruturas. Contudo, mesmo alguns destes autores (Mathieson e Wall, 1982) começaram por descrever o turismo como um fenómeno complexo que pressupõe uma procura e uma oferta e, desta forma, entendido enquanto sistema (Gunn, 2002; Mill e Morrison, 1992).

Cumulativamente ao longo dos últimos anos o fenómeno turístico tem vindo a adquirir grande visibilidade enquanto *cluster* de atividades económicas, gerador de receitas, de emprego, sendo inclusive considerado por alguns cidadãos dos países desenvolvidos um bem essencial. Também Pardellas (2002, cit. por Cruz, 2010) refere que o turismo emerge não como uma mera atividade económica mas como um conjunto de atividades geradas e induzidas, pelo complexo processo de transformação de diversos recursos genéricos, em ativos específicos com interesse para a procura turística.

Desta forma, começa a existir na comunidade científica, um consenso acerca da importância da análise do turismo pelo lado da oferta. Smith (1988, cit. por Costa, 2005) foi um dos primeiros autores a referir-se ao turismo como um agregado de atividades de negócios, que direta ou indiretamente fornecem bens ou serviços e

suportam as atividades de lazer e negócio realizadas pelas pessoas fora dos locais de residência habitual.

A análise do turismo pelo lado da oferta oferece um conjunto de oportunidades, das quais se destaca, o facto do turismo ser entendido como atividade e tornar-se possível quantificar o valor real do setor (Costa, 2001). Já a operacionalização desta análise, tem vindo a recair na definição de *clusters* e elaboração de Contas Satélite do Turismo (CST) conforme recomendação da OMT. Neste sentido Costa refere:

De acordo com a metodologia da CST, o setor do turismo agrupa um conjunto de actividades que se estruturam em sete eixos principais de oferta: (i) alojamento; (ii) restauração; (iii) transportes; (iv) serviços de agências de viagens e operadores turísticos; (v) rent-a-car; (vi) serviços culturais; (vii) serviços recreativos e de lazer. (Costa, 2005: 284)

A abordagem ao turismo enquanto atividade económica com o enfoque na oferta reforça a importância do território, enquanto elemento aglutinador e base sobre o qual o turismo se desenvolve. O que nos leva à utilidade da análise do turismo no âmbito da geografia, onde se destaca a referência à organização de áreas de recreio e lazer (Vera *et al.*, 1997; Pearce, 1989), à análise dos impactos do turismo, dos modelos de desenvolvimento turístico e, da sua explicação em termos de fatores de localização, bem como da identificação de lugares ou regiões com aptidão turística (Cerro, 1993).

Outro dos aspetos da abordagem geográfica consiste nas escalas espaciais em que o turismo se desenvolve, nomeadamente: local, regional, nacional e internacional. Em termos de concretização da análise destaca-se: o nível regional relativamente à distribuição das áreas turísticas (localização e descrição dos recursos, infraestruturas turísticas, mobilidade do fluxo turístico); e o nível local, relativo aos atores responsáveis pela construção do espaço turístico, à análise dos aspetos morfotipológicos da paisagem, à avaliação de impacto ambiental e à verificação da operacionalidade dos projetos (Vera *et al.*, 1997).

Ainda assim, independentemente da abordagem verifica-se efetivamente um crescente reconhecimento do turismo enquanto atividade, da importância dos recursos, nomeadamente naturais e patrimoniais (Inskeep, 1991; Murphy, 1985). Bem como do estudo das características e dos impactos que são gerados nas áreas destino (Cerro, 1993; Mathieson e Wall, 1982). Cumulativamente a organização de um território (desenvolvimento sustentável, ordenamento do território, urbanismo) e o seu funcionamento (infraestruturas, acessibilidades, equipamentos) são fatores indispensáveis na atração e motivação de turistas (Vera *et al.*, 1997).

Tal como a geografia, o ordenamento tem como objeto o território e, pode em parte ser considerado a operacionalização desta ciência, contudo face aos seus objetivos e especificidade em termos de procedimentos, tem vindo a assumir-se como ciência. De acordo com a Carta Europeia de Ordenamento do Território (CEOT):

O ordenamento do território é, simultaneamente, uma disciplina científica, uma técnica administrativa e uma política que se desenvolve numa perspectiva interdisciplinar e integrada tendente ao desenvolvimento equilibrado das regiões e à organização física do espaço segundo uma estratégia de conjunto. (CEOT, 1984:9)

Mais se verifica que o turismo e o ordenamento têm um carácter transversal às questões económicas, ambientais e sociais, contudo este último distingue-se pela aplicação das políticas destas áreas no nível espacial, ou seja, no território. Que por outro lado é de certa forma a base onde o turismo se desenvolve. Aliás, começam a existir evidências empíricas da necessidade da sua articulação com o turismo, veja-se o caso do Algarve, onde de acordo com o relatório de avaliação do Plano Regional de Ordenamento do Território (2009) o “planeamento urbano e território” foi uma das variáveis alvo de uma apreciação menos favorável por parte dos turistas.

Em suma, através do exposto constata-se, de certa forma, que existe alguma evidência acerca da importância de uma abordagem ao turismo que abranja todas as componentes com as quais este se relaciona, nomeadamente o território e a sua organização física.

2.2.1 Destino Turístico e Território Turístico

Um dos principais resultados do turismo tem sido a projeção de um conjunto de destinos, em termos internacionais e nacionais, e a emergência do conceito de “destino turístico” que, de acordo com a literatura analisada, encontra-se interligado com a própria definição de turismo. Para Cooper, *et al.* (2001) o “destino turístico” é a dimensão mais importante da atividade turística, no sentido que são os destinos que atraem os turistas e motivam a visita.

Pelo lado da procura, o “destino turístico” é entendido como a área geográfica recetora de turistas que face às suas características permite satisfazer esse turista. Pelo lado da oferta, consiste numa combinação de produtos, serviços e experiências oferecidas numa determinada área geográfica (Buhalis, 2000), amálgama ou mistura de atrações e de estruturas de apoio planeados para atender às necessidades do turista (Cooper *et al.*, 2001).

Ainda de acordo com Valls (2004: 18), “definimos o destino turístico como um determinado espaço geográfico, com um clima próprio, raízes, infraestruturas e serviços, e com certa capacidade administrativa.” (tradução pelo próprio) Este autor define ainda cinco características que permitem configurar o destino, as quais deverão ser tomadas em consideração aquando da definição do “destino turístico” e que são:

- Espaço geográfico homogéneo;
- Centralidade;

- Oferta estruturada de serviços a partir dos atrativos e recursos;
- Constituição de uma marca;
- Função comercial conjunta (promoção, marketing).

Também para Timón (2004, cit. por Cunha, 2008) os “destinos turísticos” podem ser entendidos enquanto sistemas formados por elementos espaciais, administrativos e produtivos bem como pelas inter- relações e efeitos que produzem. Da mesma forma Águas (1998:8), no trabalho que desenvolveu, considerou que um “destino turístico” é “uma região com características físicas, históricas e etnográficas que a identificam em relação às demais, capaz de desenvolver uma ou mais diferentes formas de turismo (...) atraindo não residentes.” Para a OMT (2000, cit. por Flores, 2008) o conceito de “destino turístico” consiste num,

... espaço físico no qual um dos visitantes permanece pelo menos uma noite. Inclui produtos turísticos incluindo infra-estruturas de suporte e atracção, e recursos turísticos à distância de um dia de viagem de ida e volta. Possui delimitação física e administrativa que circunscreve a sua gestão, e uma imagem e percepção definindo a sua competitividade de mercado. Os destinos locais incorporam vários stakeholders habitualmente uma comunidade de acolhimento, e podem associar-se em redes para constituir destinos de maior dimensão.

Apesar de não haver unanimidade acerca do conceito de “destino turístico” (Silva *et al.*, 2001) constata-se que independentemente da abordagem, é comum a referência a espaço ou área geográfica, delimitado fisicamente e sujeita a uma organização. Ainda neste sentido Buhalis (2000) refere que há uma administração subjacente ao destino que permite a percepção dos impactes do turismo, bem como a gestão da procura e da oferta no sentido de serem maximizados os benefícios de todos os *stakeholders*.

Em suma, um “destino turístico” pode ser um país, uma região, um concelho, uma localidade organizada de forma administrativa, desde que apresente as características essenciais que permitem ao turista percecioná-lo como tal e usufruir das experiências

que este disponibiliza. Face à abrangência do conceito de “destino turístico” que significado poderá ter “território turístico”?

Ao nível da literatura existente, investigação científica e técnica, apesar de se verificar uma crescente análise do binómio território – turismo, apenas alguns autores (Machado, 2010 a); Knafou, 1996, cit. por Fratucci, 2008) consolidam o conceito de “território turístico”. Ainda assim, existe alguma divergência na abordagem, ou seja, para Knafou (1996) (cit. Rodrigues, 1999) o “território turístico” resulta essencialmente da sua procura pelo turista, que é depois apropriado pelos agentes de mercado e pelo poder público através do ordenamento do território. Para Machado (2010 a)) a ocupação espacial turística no território, não se centra no turista mas sim nas organizações com responsabilidades territoriais que captam o turista, o conceito de “território turístico” para este autor (2010: 79) é “uma organização fundada num consenso formal, reconhecido numa determinada sociedade por uma estrutura de Poder, para estimular e garantir transacções entre essa organização e o turismo numa determinada área geográfica”.

Contudo ainda de acordo com Nogués (1996, cit. por Machado, 2010 a): 79) “o ‘território turístico’ é sempre uma interacção entre turistas e locais em espaços negociados, com duas esferas complementares, física e simbólica”. A referência ao turista enquanto gerador do “território turístico” ou enquanto usufruidor desse território que foi criado por uma organização, leva-nos ainda a formular a seguinte questão: O que efetivamente define um “território turístico”, o facto de ser visitado por turistas ou dispor de uma organização turística?

Analisando a questão pelo lado do turista, a maior parte dos autores considera que a deslocação deste se relaciona com motivações (McIntosh e Goeldner, 1990, Schmidhauser, 1989, Fridgen, 1991, cit. por Kastenholz, 2007/2008) e necessidades

(Mill e Morrison, 1992). Por outro lado, o modelo de Plog (1974) associa as preferências aos destinos e estabelece dois tipos de turistas, respetivamente: os aloocêntricos, que preferem destinos mais exóticos, férias não estruturadas e contacto com a cultura local; e os psicocêntricos, que preferem destinos familiares e viagens organizadas. Já para Um e Crompton (1990) a escolha do destino encontra-se relacionada com a conjugação de fatores pessoais com fatores externos ao turista (interação social, marketing) e evolui da perceção e da preferência dos destinos.

Podemos, desta forma, concluir que no ponto de partida a decisão de deslocação implica algum conhecimento do território a visitar, pelo que a existência dessa informação significa a incidência sobre esse território do uso turístico e, a presença de uma organização responsável pela sua implementação e divulgação. Nesta sequência outra questão se coloca: O território é turístico na sua génese ou adquire essa função por via de uma decisão administrativa?

O território enquanto matéria-prima do turismo (Machado, 2010 a)) é alvo de organização pelo ordenamento/planeamento, que por sua vez, considera o território como o suporte a partir do qual se produz solo humanizado no respeito pelas leis da natureza e seus equilíbrios ecológicos (Lobo, 1999). É através do ordenamento do território que se procura chegar a um modelo de organização espacial mais eficiente para a promoção de um desenvolvimento rápido e sustentável (Lopes, 1995). A análise do território e dos acontecimentos que nele se produzem, permite delinear as estratégias de intervenção a concretizar no planeamento do território (Reigado, 2000).

Em suma, o ordenamento tenderá a influenciar a componente espacial do turismo através da identificação de espaços turísticos, veja-se o caso de Portugal onde de acordo

com o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT¹), os princípios e diretrizes relativos à estratégia de localização, instalação e desenvolvimento de espaços turísticos constam² do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), dos Planos Regionais, dos Planos Intermunicipais de Ordenamento do Território e dos Planos sectoriais. Sendo que, os parâmetros de ocupação e utilização do solo, para este fim, devem constar dos planos municipais de ordenamento do território (PMOT), nos quais é feita uma descrição das principais características do território, nomeadamente dos “recursos territoriais”.

Mais se verifica que apesar do regime jurídico acima referido ser omissivo no que concerne à relação classificação/qualificação do solo e uso turístico, é permitida a localização de empreendimentos turísticos e suas infraestruturas em solo rural, desde que enquadradas por Plano de Urbanização (PU) a elaborar em função dos objetivos e prioridades do Plano Diretor Municipal (PDM). E de acordo com o regime jurídico de urbanização e edificação³, sempre que o uso turístico seja compatível com os instrumentos de gestão territorial, a operação de loteamento, para concretização de empreendimentos turísticos, pode efetivar-se em solo rural. Todavia, de acordo com o decreto⁴ que define os critérios de classificação e de reclassificação do solo, bem como os critérios e as categorias de qualificação do solo rural e urbano, as áreas destinadas a usos específicos tais como recreio, lazer e turismo devem ser inseridas numa das categorias funcionais do solo urbano denominada de *Espaços de Uso Especial*.

Conclui-se, desta forma, que compete às câmaras no âmbito dos PMOT, permitir ou não a implantação de empreendimentos turísticos em solo rural e identificar os espaços

¹ Decreto – Lei n.º 380/99, de 22 de setembro alterado pelo Decreto – Lei n.º 46/2009, de 20 de fevereiro

² Conforme decorre do n.º 2 do artigo 19.º do RJIGT.

³ n.º 2 do artigo 38.º do Decreto - Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro alterado pelo Decreto – Lei n.º 26/2010, de 30 de março.

⁴ Decreto Regulamentar n.º 11/2009, de 29 de maio.

destinados ao recreio, lazer e turismo a sujeitar a solo urbano. Ou seja, a constituição de “território turístico” enquanto solo humanizado via decisão administrativa e de forma transversal a todo o território, no qual se poderão desenvolver empreendimentos turísticos. A questão da aptidão, face à sua especificidade e abrangência foi desenvolvida no ponto 2.3 *A Aptidão do Território para o Turismo* desta investigação. No que respeita ao conceito de “território turístico” considera-se que este é o que mais se aproxima da terminologia do ordenamento e do planeamento do território, uma vez que o território é o suporte da sua intervenção e, turístico um dos usos aplicáveis a esse suporte.

2.2.2 Recurso e Produto Turístico, Clusters e Redes

Cresce o entendimento que o turismo gera externalidades positivas e negativas, quer em termos económicos, sociais, ambientais e territoriais, sobretudo pelo facto de utilizar bens públicos ou livres, muitas das vezes não substituíveis e que em determinadas situações, pode inclusive colocar em risco a própria atividade turística. Porém, muito anteriormente a este entendimento já constava da literatura algumas preocupações relativas a este tipo de bens, nomeadamente os recursos.

As primeiras considerações acerca do conceito de recurso, mais concretamente de recursos naturais, foram elaboradas por E. W. Zimmermann (1933, cit por Cerro, 1993), de acordo com este autor apenas podiam ser considerados recursos os que permitiam satisfazer uma necessidade humana. Na sequência das teorias de E.W. Zimmermann a Organização Mundial de Turismo (1978, cit. por Cerro, 1993) relativamente à natureza dos recursos, distinguiu dois conceitos:

- Património turístico, que consiste essencialmente no conjunto de potencialidades que os bens materiais e imateriais dispõem e que podem ser transformados para um fim turístico;
- Recurso turístico, que consiste no conjunto de bens e serviços a partir dos quais é potenciada a atividade turística e satisfazem as necessidades da procura turística.

Contudo, consta ainda da literatura analisada (Fernandes *et al.*, 2009; Arade, 2005; Valls, 2004) o conceito de “atração turística”, materializado em todos os elementos existentes num determinado território, recursos, infraestruturas, património, mais ou menos tangíveis que depois de tratados e agrupado a outros elementos, permitem uma utilização turística e a satisfação do turista. Por outro lado, os “recursos turísticos” são aqueles que face às suas características e na sequência da sua transformação, tem individualmente ou em conjunto capacidade de atrair visitantes a um território. Fazem parte da oferta e tem importância tanto para turistas como para o setor (Cunha, 2008; Arade, 2005; Valls, 2004; Cerro, 1993).

Verifica-se assim alguma similaridade entre os conceitos anteriormente abordados, aliás Cerro (1993) refere que o que motiva as deslocações é a existência de atrativos que se podem denominar de “atrações turísticas” ou “recursos turísticos”. Em comum a referência a recursos, entendido como a matéria - prima que atrai os turistas, e que depois de inventariados e classificados permitem definir as estratégias de desenvolvimento do turismo (Arade, 2005), bem como determinar o potencial turístico de um território (Cerro, 1993). O processo de inventariação e classificação de recursos foi explicitado no *ponto 3.3 A Avaliação do Potencial Turístico* desta investigação.

Em síntese, os “recursos turísticos” são o resultado da transformação dos recursos existentes em determinado território e, apenas adquirem esta função quando permitem uma utilização turística e contribuem para a atratividade desse território. Todavia, sobre os recursos incidem ainda as regras de ordenamento do território, nomeadamente a gestão responsável dos recursos naturais, através da definição de estratégias que conciliem os conflitos que resultam da sua procura crescente e da sua necessidade de conservação (CEOT, 1984).

Relativamente, ao ordenamento jurídico português, encontra-se previsto na Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e Urbanismo (LBOTU⁵) o aproveitamento racional e ponderado dos recursos (naturais e culturais), bem como a sua salvaguarda. Já o RJIGT remete para os instrumentos de gestão territorial a obrigatoriedade de identificar os “recursos territoriais” (recursos e valores naturais), para os planos especiais a salvaguarda destes recursos e, para os planos municipais a adoção de sistemas de proteção. Verifica-se assim que a identificação dos recursos faz parte dos planos especiais e municipais, e sobre estes incide fundamentalmente um regime de salvaguarda e proteção que vincula diretamente os particulares.

Apesar da importância dos “recursos turísticos”, outro conceito tem vindo a merecer alguma atenção pela comunidade científica, mais concretamente “produto turístico”, o qual, da mesma forma que o turismo e “destino turístico” dispõem de duas abordagens pelo lado da procura e da oferta. Pelo lado da procura o entendimento aproxima-se do conceito clássico do turismo, onde implicitamente, não é admitida a existência do setor do turismo bem como do “produto turístico”. Do lado da oferta, o enfoque recai na economia do turismo, em que o “produto turístico” é considerado o resultado da produção turística (Silva, 2004), ou seja, o produto da estruturação de recursos e

⁵ Lei n.º 48/98, de 11 de agosto, alterada pela Lei n.º 54/2007, de 31 de agosto.

atrações, existentes num lugar, em componentes tangíveis e intangíveis de forma a permitir uma utilização turística (Arade, 2005; Valls, 2004).

Ainda de acordo com Altés (1995, cit. por Vera *et al.*, 1997) o “produto turístico” oferece benefícios ao cliente como resposta a determinadas expectativas e motivações, sendo que apenas os produtos estruturados, os que se encontram adaptados às expectativas procuradas e a outras características dos destinos, adquirem centralidade e atraem os turistas (Valls, 2004). Se concebe assim, o “produto turístico” como uma realidade integrada que capta ou percebe a procura turística, e que não se compõe de um só elemento, mas que compreende um conjunto de bens, serviços e ambientes, que o visitante percebe ou utiliza durante a sua viagem e permanência no destino, e os quais utiliza para satisfazer as suas motivações de lazer e férias (Bosch, 1993, cit. por Vera *et al.*, 1997).

Dos aspetos singulares do “produto turístico” destaca-se o facto de ser em regra único em termos de abrangência e os turistas o poderem complementar, e apesar da sua produção e consumo ocorrerem em simultâneo o seu consumo apenas pode ocorrer dentro das fronteiras geográficas do destino (Cooper, *et al.*, 2001). A incidência no destino vem reforçar por si mesmo a importância do território e da sua componente geográfica, não só enquanto detentor de “recursos turísticos” mas como potenciador do “produto turístico” (Vera *et al.* (1997).

Em suma, um recurso pode ou não ser um “produto turístico”, uma vez que depende da sua capacidade de satisfazer a procura turística, contudo pode ser transformado com esse intento e, desta forma, tornar-se o motivo da deslocação do turista, ainda assim, para que este processo de transformação possa ocorrer é necessário que exista uma efetiva articulação com as regras de ordenamento do território.

Para terminar, importa ainda destacar a importância da análise da competitividade dos produtos, neste sentido Vera *et al.* (1997) referem que além do espaço geográfico é necessário conhecer a atividade económica do destino, o que articulado com o crescente entendimento do turismo enquanto atividade e da sua análise pelo lado da oferta tem feito com que sejam cada vez mais empregues na literatura, os conceitos de *cluster*⁶ e *redes*⁷. De acordo com Breda *et al.* (2006) estes conceitos têm aplicabilidade essencialmente no nível regional e permitem gerar um conjunto de mais-valias decorrentes da organização de um setor cuja principal característica é a fragmentação. Já Silva (2004) refere que a aplicação de *clusters* ao turismo deve reportar-se a um nível geográfico, reduzido, como seja um “destino turístico” ou a um microcluster turístico.

2.3 A Aptidão do Território para o Turismo

Com o fim da II Guerra Mundial, a reorganização mundial e a Europa em processo de retoma económica, mais concretamente nos anos 50, o turismo entrou numa fase denominada de *turismo de massas*⁸ (Costa, 2006; Vera *et al.*, 1997). Resultou neste período o aparecimento de um conjunto de áreas com um maior enfoque no turismo, quer do lado da receção sobretudo no litoral caso do mediterrâneo, como da emissão de turistas nomeadamente a Europa (Vera *et al.*, 1997). Estas áreas para os autores que analisam o turismo, sob o ponto de vista da geografia, assumem diferentes denominações (lugares, regiões, espaços) em função da sua escala (internacional, nacional, regional, local). Contudo o termo mais utilizado, além de “destino turístico” é o de região turística, face aos limites administrativos territoriais e pelo facto da

⁶ Para Cunha (2006: 306) um *cluster* é “um grupo de atracções, turísticas, infraestruturas, equipamentos, serviços e organização concentrados numa área geográfica delimitada.”

⁷ *Redes* é considerado uma organização dos agentes económicos e das instituições no sentido de cooperarem entre si (Barquero, 1999; cit por Vareiro, 2008).

⁸ Caracteriza-se pelo elevado número de turistas, por uma oferta de serviços indiferenciada, por viagens em grandes grupos de turistas sem qualquer relação entre si (Vieira, 2007: 74).

informação existente sobre o turismo reportar-se a este nível. Já na abordagem pela economia o mais comum é efetivamente “destino turístico”.

Ainda do lado da análise do turismo pelo enfoque geográfico, existe o entendimento que o turismo não se localiza de forma aleatória no território e apresenta uma concentração espacial, que pode ser de carácter pontual ou por zonas (Vera *et al.*, 1997; Cerro, 1993). Aliás Lopes (1987, cit por Reigado, 2000) refere que nada se localiza por acaso, tudo o que se distribui no espaço é o resultado de decisões planeadas. Por outro lado, no que concerne à análise da organização do espaço, nomeadamente a localização do povoamento e das atividades económicas, verifica-se que esta tem a sua génese na geografia de onde importa destacar a teoria dos lugares centrais: o modelo de Christaller.

Christaller relacionou a procura de um bem com a distância necessária para a sua aquisição, no sentido que quanto maior for o custo com o transporte, menor será a procura do bem. Cumulativamente, o facto de existir *um raio de ação de um bem*⁹ faz com que os fornecedores se agrupem em lugares centrais de forma a diminuir os custos com a deslocação (Lopes, 1995; Bradford e Kent, 1987). Contudo, de acordo com este autor não se aplica ao turismo a tendência de concentração, uma vez que o turista procura áreas diferentes do seu local habitual de residência, pelo que a tendência será de desenvolver-se fora das áreas centrais e, das áreas de maior densidade populacional, bem como em espaços diferenciados (Jamal e Robinson, 2009; Silva, 2004).

Já Gunn (2002) e Inskeep (1991) referem que nem todos os locais dispõem de condições para se desenvolverem ao nível turístico, pois são as características únicas de um destino que determinam a deslocação do turista (Gunn, 2002). Constata-se assim que, existem lugares cujas características únicas e diferenciadas, tenderão a

⁹ Distância que um consumidor está disposto a percorrer para adquirir um bem.

desenvolver-se turisticamente, e conforme decorre do referido no ponto 2.2.1 *Destino Turístico e Território Turístico*, poderão vir a ser potenciados via decisão administrativa.

No que concerne à teoria de Christaller efetivamente alguns dos “produtos turísticos” de maior amplitude no turismo caso dos *resort's* tendem a instalar-se fora das áreas populacionais e desta forma, tendencialmente em solo rural, ou mesmo o caso do turismo de natureza, contudo não explica o crescimento do turismo cultural que se desenrola, efetivamente, nos espaços urbanos (solo urbano), ou seja, em zonas consolidadas. Já Vera *et al.* (1997) apresentam uma distinção de espaços turísticos, segundo a sua condição geográfica a saber: litoral, rural, natural e urbano, cuja importância varia em função do próprio desenvolvimento turístico.

Desta forma, poderemos concluir em primeira instância que todo o território poderá ser turístico em função da sua condição geográfica e caso seja esse o uso que se pretende potenciar. No que respeita à identificação dessa condição, verifica-se que as primeiras referências bibliográficas relativas à identificação de lugares ou regiões aptas para um potencial desenvolvimento turístico, são da autoria da União Internacional de Organismos Oficiais do Turismo, que identificou um conjunto de fatores relacionados com aspetos físicos do território quer naturais como construídos, como referência na seleção de lugares para fins turísticos. Bem como, do geógrafo D. Pearce, que agrupou esses mesmos fatores em categorias e introduziu a componente do uso e condicionantes territoriais (Cerro, 1993).

Do conjunto de fatores enunciados resulta um consenso que os fatores físicos como o clima, acessibilidades e sobretudo os recursos (naturais e patrimoniais) são determinantes no desenvolvimento turístico do território (Cunha, 2008; Vera *et al.*, 1997; Cerro, 1993, Mill e Morrison, 1992). Efetivamente o desenvolvimento turístico de

uma dada área, encontra-se desde à muito relacionada com a existência de recursos naturais, históricos ou culturais. Mas estes só por si não determinam o carácter turístico, ou que o destino se desenvolva em termos turísticos, para tal é necessário que estes sejam valorizados e a partir deles criados novos fatores de atração (Cunha, 2008; Cerro, 1993).

Ainda de acordo com Vera *et al.* (1997) são também responsáveis pela localização da atividade turística: a disponibilidade de infraestruturas de suporte (alojamento) e recursos humanos; o capital financeiro que é em grande parte detido por grandes operadores turísticos internacionais; a política monetária e a conjuntura económica; e finalmente, o fator “moda”, que determina em parte o tipo de “produto turístico” e inclusive os períodos de consumo. Cumulativamente, é ainda reconhecida a importância de um conjunto de fatores que extravasam a questão espacial, como seja: os locais que dispõem de recursos mas encontram-se em áreas de instabilidade política e zonas de guerra; e a intervenção institucional relativa à política e à promoção turística (Vera *et al.*, 1997).

Para terminar, verifica-se que conceitos tais como aptidão, potencial e vocação turística são hoje recorrentemente empregues, apesar de ainda não constar da literatura uma identificação clara do seu significado (Almeida, 2006). Veja-se o caso do PROT Algarve que na primeira versão fazia referência a áreas de potencial turístico¹⁰ e na sua última redação a espaços com vocação turística. Na presente investigação considerou-se que a aptidão encontra-se consubstanciada no facto do local já dispor de características, únicas, diferenciadas e intrínsecas ao turismo, enquanto o potencial ou a vocação, resulta da aptidão existente e das características que se pretende potenciar.

¹⁰ Secção III do Decreto - Regulamentar n.º 11/91, de 21 de março.

2.4 Conclusão

As abordagens à análise do turismo tanto pela geografia como economia tendem a complementar-se, no nível geográfico o enfoque é dado sobretudo ao território e às suas características físicas e no nível económico às atividades presentes no território. A geografia operacionalizada através do ordenamento do território, procura garantir os menores impactos no território, a distribuição harmoniosa dos usos e a preservação dos recursos, já a economia a melhor forma de maximizar a satisfação do turista e, a manutenção da competitividade dos “território turísticos”, ambas as abordagens, apesar dos distintos enfoques, visam o desenvolvimento económico, social e ambiental.

No que concerne aos conceitos associados diretamente ao turismo, tal como a sua própria definição tendem a seguir distintas abordagens em função da sua conceção pelo lado da procura ou oferta, o que apesar de dificultar o entendimento do significado do turismo, reforça a necessidade deste ser analisado de forma sistémica. Constata-se ainda a existência de similaridades entre estes, o que evidencia a importância de uma única abordagem ao turismo que abranja todas as componentes com as quais este se relaciona no sentido da estabilização dos conceitos. Ainda assim, importa frisar os pontos em comum, nomeadamente a importância do território, dos seus recursos, infraestruturas e respetivas organizações.

Mais se verifica que, o turismo não se localiza de forma aleatória no território, mas todo o território pode ser turístico em função das suas características e caso seja esse o uso a potenciar. Ainda assim, o reconhecimento da aptidão não determina só por si o desenvolvimento turístico é necessário que esta seja potenciada. Por outro lado, enquanto os “território turísticos” são o resultado mais imediato do fenómeno turístico são os seus recursos (tangíveis e intangíveis) que um dado território dispõe que quando conjugados de maneira a ter uma utilidade turística (“recursos turísticos”) e no âmbito

de uma organização determinam a aptidão desse território para o turismo. A estes acrescem outros fatores, como acessibilidades, infraestruturas de suporte, fator “moda”, estabilidade política e segurança e começa a ser consensual que a atração de um território encontra-se ainda relacionada com o ordenamento do território.

A estruturação dos “territórios turísticos” passa essencialmente pelos seus produtos e tendencialmente pela organização de todos os elementos indexados ao turismo por *clusters* e redes, na procura da satisfação do turista e na perceção do território como um todo. Mas também pelo ordenamento do território, uma vez que o turismo faz uso do território e dos seus recursos, e o ordenamento tem como principal objetivo a utilização racional e a salvaguarda de alguns desses mesmos recursos (naturais, patrimoniais).

Em Portugal, o “território turístico” ainda se encontra enquadrado por modelos de organização territorial onde o turismo é considerado um uso com tradução espacial associado ao solo urbano. E há um claro privilegiar da componente edificatória nomeadamente de empreendimentos turísticos, os quais desde que a sua implantação se encontre prevista em instrumento de gestão territorial, poderão efetivar-se em solo urbano ou rural.

Capítulo III. O PLANEAMENTO DO TURISMO NO TERRITÓRIO

3.1 Introdução

O turismo pode ser analisado segundo várias abordagens, diferentes disciplinas e objetos e, em função destas poderão ser definidos distintos objetivos. Contudo, quando nos reportamos a um território, na essência, encontra-se associado ao desenvolvimento económico e à incidência de impactes ambientais, sociais e territoriais.

Em termos económicos salienta-se a importância do turismo, na criação de emprego e, enquanto fator endógeno ao território ou seja, na melhoria da qualidade de vida dos residentes e na própria manutenção do ciclo de vida do destino. Ainda assim nos territórios sobretudo os que dispõem de maiores fragilidades empresariais, o setor do turismo, face à sua rentabilidade, a médio longo prazo, tende a suplantar outros setores da economia, induzindo inclusive ao abandono das atividades mais tradicionais o que só por si também é nefasto para o próprio setor, exemplo do que tem ocorrido no Algarve. Já no nível social, o turismo tende a passar essencialmente por uma decisão partilhada entre agentes privados, administração pública e população, aliás também no planeamento do território a participação tem vindo a ser enfatizada no âmbito dos procedimentos de elaboração dos planos. Relativamente às questões ambientais, além da sua importância para os residentes (proteção e valorização dos valores ambientais, dos recursos, património edificado e natural) verifica-se que os turistas são cada vez mais sensíveis a este tipo de preocupações, sobretudo os oriundos do norte da Europa um dos mercados emissores com bastante importância para Portugal.

Finalmente, o território além de suporte de atividades é cada vez mais entendido como um recurso turístico. Sendo que, o turismo face à sua transversalidade tende a introduzir fortes alterações no modelo de organização territorial, sobretudo na utilização do solo, neste sentido o planeamento tem vindo a afigurar-se como o procedimento mais consentâneo na resolução das questões espaciais e impactes do turismo, mas também na prossecução da competitividade dos destinos. Contudo, não é um processo rápido nem fácil, sobretudo quando aplicável simultaneamente às questões do turismo e do território, uma vez que envolve vários níveis de atuação e diferentes atores, implica um conjunto de procedimentos e capacidade de decisão e encontra-se associado, em regra, à defesa de interesses divergentes (público e privado). Ainda assim, tem um carácter

marcadamente prospetivo, ou seja, é através deste que é possível delinear uma situação expectável, que conjugue os vários interesses existentes, numa visão de conjunto, e posteriormente proceder à sua monitorização ou eventual alteração, caso necessário.

Em função do exposto e na sequência da verificação, no capítulo anterior, da importância do território no desenvolvimento do turismo, procedeu-se à análise do planeamento turístico e territorial no que respeita à evolução da sua utilização, níveis de intervenção e tipos de atuação, bem como a sua aplicação a Portugal. No âmbito do planeamento turístico foram identificados os métodos de avaliação do potencial turístico.

3.2 O Planeamento Turístico e Territorial

3.2.1 Enquadramento e Evolução dos Conceitos até à Atualidade

O planeamento surge essencialmente da necessidade do Homem planear as suas atividades (Reigado, 2000) e planear significa fundamentalmente antever o futuro (Vieira, 2007). Aliás, o termo planeamento tem vindo a ser recorrentemente utilizado e aplicado às mais variadas áreas do conhecimento quando, sobre um conjunto de componentes e suas relações, se pretende intervir de forma a alcançar determinados objetivos.

De acordo com a literatura analisada a abordagem ao planeamento tende a ser realizada enquanto sistema¹¹, no que concerne ao seu objeto (exemplo, planeamento espacial ou do ordenamento do território, planeamento económico entre outros) e processo, nomeadamente a identificação de uma metodologia generalizável aos vários objetos

¹¹ Segundo a classificação do tipo operacional, mais adequada ao estudo das ciências sociais, um sistema consiste num conjunto de elementos relacionados entre si, cuja organização prossegue os objetivos que foram traçados.

(Reigado, 2000). Considerando o planeamento enquanto processo de acordo com Reigado (2000) existem três níveis de intervenção: normativo, onde se define em termos gerais o que se pretende (para onde queremos ir e como?); estratégico, onde se identificam os objetivos a prosseguir (quais são as probabilidades de realização? E até onde podemos ir?); tático ou operacional, onde são executadas as estratégias escolhidas (como vamos atuar sobre a realidade?). Por outro lado, várias são as filosofias de planeamento (Quadro 3.1) sendo que para Lopes (1995) o planeamento pode ainda assumir dois tipos de perspetivas, *adaptativa ou passiva*, em que no decorrer da evolução do sistema a estrutura espacial garante, as necessidades de eficiência, organização e à partida também do crescimento das atividades económicas; *desenvolvimentista ou ativa*, onde a promoção de um desenvolvimento rápido e sustentável assenta numa organização espacial eficiente.

Quadro 3.1 – Filosofias de planeamento

Filosofia dominante	Orientação	Objetivo	Exemplo	Valores	Determinado por
Preservação	Objeto	Proteção	Monumentos	Cultural	Protecionistas
Planeamento físico	Preocupações espaciais	Resolução de conflitos	Reabilitação urbana	Normativo legal	Planeadores, políticos
Redistribuição	Necessidades	Equidade	Recreação	Social	
Marketing	Cliente	Desenvolvimento de vendas	Promoção turística	Mercado	Cliente

Fonte: Ashworth e Voogd (1991)

Relativamente ao planeamento do território também denominado de planeamento físico ou planeamento regional e urbano, parte-se do entendimento que este se relaciona com a necessidade de organização do espaço físico. Neste contexto, importa ainda esclarecer o conceito de ordenamento do território, que tem vindo progressivamente, a distanciar-se

do conceito de planeamento, sobretudo pela escala de intervenção. Para Pardal e Lobo (2000) o ordenamento do território faz o reconhecimento da realidade (situa-se a montante) e o planeamento do território intervém nessa realidade (operativo). Contudo, Vieira (2007) refere que o termo planeamento regional e espacial (*spatial planning*) é sobretudo utilizado pelos países anglo-saxónicos e o ordenamento do território (*aménagement du territoire*) pelos países francófonos.

Na presente investigação, entendeu-se o ordenamento do território como um processo aplicável às escalas nacional e regional, mais amplo que o planeamento no sentido que o inclui, sendo sobretudo normativo e estratégico, enquanto o planeamento do território operacionaliza o ordenamento, aplica-se à escala local e é operativo. Assumiu-se o termo de planeamento territorial, nas situações em que ambos se aplicam, contudo mantiveram-se as referências originais feitas pelos autores analisados.

Já o planeamento turístico, apesar de enquadrar-se ao nível do objetivo no planeamento económico, pode diferir em função do objeto, ou seja, da ênfase que é dada a determinada área adjacente ao turismo, por exemplo: planeamento turístico do território, planeamento turístico cultural ou planeamento turístico empresarial (Vieira, 2007). Mais se verificou, que tem vindo a crescer um consenso, acerca da importância do turismo ser planeado na comunidade científica, mas também por aqueles que se encontram relacionados com esta atividade:

- De acordo com Mathieson e Wall (1982) enquanto a pesquisa sobre turismo dá-nos indicação do que é ou do que foi, no planeamento procura-se entender o que será ou o que pretendemos que o turismo seja;
- Inskip (1991) identifica o planeamento como a ferramenta que permite otimizar os benefícios do turismo, resolver/minimizar potenciais conflitos e

inclusive, contrariar a tendência dos destinos ao longo do tempo perderem a sua popularidade e serem menos procurados (Plog, 1974). Para este autor os destinos mais bem planeados serão os que terão mais sucesso. Também Cooper e Boniface (1994) relacionam a importância do turismo com o ciclo de Plog, a WTO (1998) com os aspetos positivos e negativos do turismo e Costa (2001) com o sucesso de um destino;

- Para Gunn (2002) o planeamento turístico é uma oportunidade para os destinos acompanharem a crescente dinâmica competitiva do turismo, mas refere que o planeamento apenas é efetivo quando consegue prever o futuro. De forma semelhante, Cooper *et al.* (2001) aludem ao planeamento turístico como uma das formas de prosseguir os princípios do desenvolvimento sustentável considerando-o como uma vantagem competitiva dos destinos no futuro.

Por outro lado, alguns autores (Timothy, 1998; Costa, 2001) têm vindo a evidenciar o facto de muitos dos paradigmas do planeamento turístico emergirem do planeamento regional e urbano, pelo que se apresentará uma breve síntese deste processo e a sua relação com o turismo. Antes de mais, importa referir que já as civilizações mais antigas tinham preocupações de planeamento, mas que à data se relacionavam com a estética e salubridade dos meios urbanos (planeamento urbano ou urbanismo). Contudo, foi no decorrer do período pós revolução industrial, nomeadamente com o aparecimento de um conjunto de constrangimentos urbanos, tais como carências habitacionais, problemas sociais, entre outros, em resultado dos movimentos migratórios dos espaços rurais para os urbanos, sobretudo em Inglaterra, que o planeamento se afirmou enquanto instrumento de resolução das carências existentes, pela via da elaboração de planos urbanísticos, os quais vieram posteriormente a mostrar-se inadequados na resolução da problemática (Costa, 2001; Lopes, 1995). Na fase do pós-guerra (II Guerra Mundial),

aquando do advento do “turismo de massas”, o planeamento na sequência da ineficácia dos planos de cariz mais urbanístico, passou a integrar outro tipo de abordagem (sociologia, política) e a ser entendido enquanto atividade científica (Costa, 2001). Ainda assim, os planos visavam fundamentalmente uma correta distribuição do uso do solo por zonas, habitação, comércio, equipamentos e áreas verdes (Reigado, 2000). Neste período o turismo era, essencialmente, visto como um fenómeno económico e simultaneamente, uma forma de ocupação do território associado ao planeamento urbano, pelo que se entendia que não havia necessidade de ser planeado (Vieira, 2007; Costa, 2001).

A mudança de paradigma dá-se a partir dos anos 80, ou seja, o planeamento do território mais tradicional foi colocado em causa face à sua dissociação da realidade social, e passou a ser dado maior ênfase à questão ambiental, do desenvolvimento sustentável e da necessidade de um planeamento mais estratégico (Vieira, 2007; Costa, 2001). Nos últimos anos o planeamento territorial tem procurado dar resposta a questões mais emergentes relacionadas com a sustentabilidade, tais como: alterações climáticas; prevenção dos riscos naturais; aumento populacional em meio urbano; transportes e novas formas de mobilidade; energia; globalização; recursos humanos e desenvolvimento (Pereira, 2009; Levy, 2009). Para Partidário (1999, cit. por Vieira, 2007) o planeamento deixou de ser uma sequência linear de ações, para passar a ser um modelo cíclico de contínua interação e incerteza, mais flexível e adaptativo a situações de conflito, mais próximo da realidade decisional.

Também no turismo, no final dos anos 70 começou-se a assistir a uma mudança do objetivo de crescimento para o desenvolvimento (Vieira, 2007) e na década de 80, a um despertar de consciência da importância de uma abordagem que extravasasse a visão economicista e que se impusesse ao planeamento tradicional. Aliás, foi neste período

que alguns dos modelos mais importantes do turismo foram definidos, a saber: PASOLP – *Product's Analysis Sequence for Outdoor Leisure Planning* de Baud- Bovy e Fred Lawson (1977 e 1982); Mathieson e Wall (1982); Mill e Morrison (1992); Getz (1986); Inskip (1991) (Costa, 2001; Vieira, 2007, Vera *et al.*, 1997).

Mas um modelo é antes de mais uma forma simplificada de representar o sistema real (Reigado, 2000; Brandford e Kent, 1987), Pearce (1993, cit. por Gagnon, 2002) refere que poucos são os modelos que têm sido alvo de verificação empírica, não existindo ainda um modelo completo e abrangente do turismo. De acordo com Costa (2005), o principal aspeto a reter destes modelos consiste na importância que é dada aos recursos e às vertentes sócio - cultural e patrimonial, bem como às estruturas económicas e político – organizacionais no planeamento turístico de um dado território. Mas também, ao objetivo da melhoria da qualidade de vida das comunidades (McIntosh *et al.*, 1995).

O advento dos modelos anteriormente referidos, a abordagem sistémica do turismo, a crescente importância do planeamento estratégico, o entendimento que este gera constrangimentos (Mill e Morrison, 1992) e que face ao mercado disponível apenas alguns destinos terão capacidade para se afirmarem em termos competitivos, bem como o aparecimento de operadores turísticos e turistas mais exigentes, fez com que governantes e investigadores, a partir dos anos 90, se interessassem mais pelo planeamento turístico (Gunn, 2002; Costa, 2001). Neste sentido Vieira refere que,

... o planeamento do desenvolvimento em geral e o turístico em particular é um processo de decisão que permite conceber e organizar um futuro colectivo desejado, actuando sobre a realidade numa abordagem multidisciplinar e concretizando um projecto de desenvolvimento social justo. (Vieira, 2007: 33)

Mais recentemente, face às crescentes dificuldades financeiras do setor público e uma maior intervenção crítica por parte das comunidades, auxiliada em parte pelas novas tecnologias de comunicação, o planeamento turístico, em regra mais associado ao setor

público, tende a passar por uma maior intervenção do setor privado e por uma maior auscultação das comunidades nesta matéria (Costa, 2006). Contudo para Timothy (1998), além da conexão entre setor público e privado, para que o planeamento turístico seja eficaz é necessário que exista uma efetiva cooperação entre sistemas políticos, níveis administrativos e agências governamentais.

Costa (2001) refere que a abordagem ao planeamento turístico tende a seguir a lógica do produto – espaço, em que o sistema turístico passa a depender de produtos e desta forma da identificação de recursos e *clusters* de oferta. Ainda de acordo com este autor,

...a nova política para o turismo deverá assentar no fortalecimento da malha regional, da descoberta bottom-up de novos produtos, mercados e arranjos organizacionais, na aglutinação de agentes, na descoberta de produtos mais rentáveis e no fortalecimento do setor empresarial e das bases económicas e sócio- culturais locais que o suportam. (Costa, 2001: 79)

De forma semelhante, verifica-se que as ferramentas do planeamento territorial, nomeadamente o capital público e a técnica do zonamento, começam a sofrer alterações no sentido de uma maior abertura às parcerias e à iniciativa do setor privado (Levy, 2009) sobretudo através da aplicação da figura do contrato (Machado, 2010 a)). Por outro lado, o planeamento territorial será tendencialmente mais prospetivo e inovador (Healey, 1997) através da passagem do plano – produto para o plano – processo, mas também, por intervenções *bottom up*, uma administração ágil, mobilizadora dos atores e assente em estruturas de articulação vertical e horizontal, bem como por uma maior intervenção por parte da comunidade (Pereira, 2009).

Em suma, encontramos-nos numa fase de transição quer para o planeamento turístico como territorial, sendo que em ambos os casos existe um crescente reconhecimento da importância do planeamento, da necessidade do aperfeiçoamento das organizações e de uma maior intervenção por parte setor privado e das comunidades. Ainda sobre a questão dos atores a quem compete o planeamento, efetivamente a tendência será da

gestão concertada do território entre o setor público (face aos bens públicos) e o privado (Vera *et al.*, 1997). Já Cooper *et al.* referem que,

O desenvolvimento do turismo não será ideal se for deixado inteiramente nas mãos dos empresários do setor privado, já que eles são basicamente motivados por objetivos de curto prazo relacionados a lucros e perdas. Mas, por outro lado, se o desenvolvimento do turismo é dominado pelo setor público, provavelmente não se desenvolverá na taxa ideal, do ponto de vista da maximização dos benefícios económicos. (Cooper *et al.*, 2001: 233)

Para terminar, no que concerne à articulação entre turismo e planeamento do território, Vera *et al.* (1997) referem que grande parte dos instrumentos de ordenamento territorial e urbanístico tem demonstrado uma grande incapacidade de se adaptarem às mudanças dos mercados, mas também à exigência de decisões rápidas face ao contexto produtivo do turismo, de acelerado crescimento, e sujeito a pressões por parte de agentes turísticos e imobiliários. De acordo com os autores anteriormente referidos:

Não é qualquer tipo de planeamento territorial e regulação ambiental que é capaz de fomentar a inovação que exige a complexidade e individualidade dos fluxos turísticos. As estratégias de ordenamento do território e o planeamento físico, tem de contar com objetivos claros e permitir enfoques flexíveis, ou seja, devem colocar a ênfase nos resultados, em vez de obrigar rigidamente a adotar a mesma estratégia de construção, localização e comercialização da oferta turística. (Vera *et al.*, 1997:189) (tradução pelo próprio)

3.2.2 Níveis de Intervenção: Internacional, Nacional, Regional e Local

Face à amplitude do turismo é possível identificar várias escalas de planeamento das quais se destaca: internacional, nacional, regional, local e projeto (Cooper e Boniface, 1994; OMT, 1998; Inskeep, 1991; Pearce, 1989).

No nível internacional, a preocupação recai nas acessibilidades aos “destinos turísticos” em termos de infraestruturas gerais, na promoção dos destinos num âmbito territorial mais alargado e, na articulação das políticas na área do turismo (Cooper *et al.*, 2001; Inskeep, 1991). No nível nacional redigem-se as políticas nacionais em articulação com

as de nível internacional, as quais procuram, essencialmente, garantir a existência de condições adequadas a um desenvolvimento turístico sustentável. Neste nível é ainda definida a normativa legal do turismo e das suas áreas complementares, identificadas as atrações e as áreas turísticas existentes e, feita a caracterização estatística (Cooper *et al.*, 2001; Inskip, 1991; Pearce, 1989). No planeamento turístico a nível regional, é definida a política turística regional em articulação com a de nível nacional, no sentido da proteção do ambiente natural, social e cultural e desenvolvimento económico. São ainda definidas as infraestruturas regionais, as orientações em termos das áreas com vocação turística, a tipologia e a localização do alojamento turístico (Inskip, 1991; Pearce, 1989). Finalmente, é no nível local que as políticas, delineadas nos níveis anteriores, são operacionalizadas e concretizadas, quer pela via do desenvolvimento turístico, através de planos estratégicos (OMT, 1998; Inskip, 1991; Pearce, 1989), como pela definição do uso turístico ao nível dos instrumentos de planeamento do território.

No que respeita ao ordenamento do território apesar de, essencialmente, reportar-se ao nível nacional e regional e, o planeamento do território ao nível local, algumas das áreas de intervenção, tais como, as acessibilidades e transportes, linhas de água e sustentabilidade ambiental determinam também, só por si, uma abordagem multinacional. Em suma, quer se trate de planeamento turístico ou de ordenamento do território, em termos hierárquicos no topo centra-se tendencialmente a definição das questões mais estratégicas e de âmbito geral, à medida que se desce na escala dos níveis de planeamento, passamos a ter uma intervenção mais operacional que é depois materializada no nível local e/ou de projeto.

Para concluir, a base do desenvolvimento turístico de um país ou região, é definida no nível nacional e regional, uma vez que são nestes níveis que se definem as políticas, as

estruturas físicas e institucionais, bem como as normas e as bases para uma gestão continuada do turismo. A partir da estrutura do planeamento nacional e regional, são desenvolvidos planos mais específicos para atrações turísticas, *resorts*, áreas urbanas e rurais ou outras formas de desenvolvimento turístico e, executados os instrumentos de planeamento do território.

3.2.3 A Aplicabilidade do Planeamento em Portugal

A partir dos anos 60 com a ascensão de movimentações de turistas para o mediterrâneo, Portugal quase que por arrasto, adota o modelo de desenvolvimento turístico que assentava no aproveitamento intensivo dos recursos naturais existentes, nomeadamente “sol e mar”, de forma a dar resposta à procura da época. Até à década de 90 o turismo em Portugal apresentou elevadas taxas de crescimento, inclusive no panorama mundial, o que provocou uma profunda alteração na base económica do País que passou a ter o turismo como a sua principal atividade, apesar da insuficiente atenção dos poderes públicos (Cunha, 2003). Já na década de 90 começaram a dar-se os primeiros sinais de abrandamento, a procura externa foi inferior à média mundial (entradas e receitas), as receitas menores, inclusive que alguns países com menor procura turística e, apenas a contrabalançar a procura interna que aumentou. Ainda assim a percentagem de portugueses que preferiram fazer férias no estrangeiro continua a ser muito elevada quando comparada com outros países nomeadamente Espanha e França (*idem*, 2003). Desde 2001 até à data Portugal continua a apresentar um fraco desempenho turístico, para Cunha (2003: 57) “não são as variações conjunturais provocadas por factores exógenos que estão a determinar a evolução do turismo português mas antes factores estruturais que as políticas seguidas não conseguem ultrapassar.”

No que se refere ao planeamento territorial, apesar de nos últimos anos ter existido um considerável desenvolvimento em matéria normativa, nomeadamente a LB POTU, o RJGT, bem como a aprovação, quase generalizável em todo o território de PDM¹²; conforme Pereira (2009) refere, o sistema de planeamento em todos os níveis da administração contínua a centrar-se na figura do plano. Por outro lado, apesar de ser um dever do Estado ordenar o território (Constituição da República, 1976; LB POTU, 1998), começa a existir alguma abertura à intervenção dos privados na elaboração de planos municipais através da contratualização¹³.

Relativamente ao turismo, de acordo com a política de ordenamento do território e urbanismo todos os planos, programas e estratégias de desenvolvimento aplicáveis ao turismo são instrumentos de política sectorial¹⁴. Cumulativamente, a intervenção no turismo em Portugal, tem sido essencialmente realizada via quadro normativo, flexível e indiciador de uma menor carga administrativa, permissivo à derrogação de regras de ordenamento do território e urbanismo vigentes, e cuja intervenção do setor privado tem-se pautado maioritariamente por ações não turísticas (Machado, 2010 a); Brito, 2009; Vieira, 2007). Cunha (2003) refere que o modelo de desenvolvimento turístico português continua na sua essência inalterado desde os anos 60, centrado no produto “sol e mar”, na exploração intensiva dos recursos naturais, concentração de investimentos na faixa litoral na perspetiva do negócio imobiliário e reduzido grau de integração económica e empresarial.

De forma semelhante, no planeamento do território na sequência da prática informal e indireta de atração de atividades económicas e promoção do emprego, realizada pelos municípios, os interesses privados têm vindo a ter um papel de penetração nas formas

¹² Plano Diretor Municipal.

¹³ Artigo 6.º A do RJGT.

¹⁴ Resulta do n.º 3 do artigo 9.º da LB POTU e alínea a) do n.º 2 do artigo 35.º do RJGT.

de concretização legislativa e sequencialmente nas propostas dos planos municipais, sob uma “capa” de interesse público (Ruivo, 2000). De acordo com este autor:

O problema estará, não tanto nessa penetração, que poderá ser legítima quando devida e eficazmente regulada pelas instituições municipais, mas antes no privilegiar desta vertente interna do labirinto de interesses privados que se não coadunam minimamente com o interesse público. (Ruivo, 2000: 122)

Ainda no que respeita ao turismo, verifica-se que tem existido alguma relutância em reconhecer a sua importância ao nível económico, embora tenham vindo a ser elaborados planos com incidência direta no turismo (Brito, 2009; Viera, 2007; Cooper e Boniface, 1994) que aliados às regras de ordenamento do território aplicáveis sobretudo às áreas protegidas contribuiu para que se tenha desenvolvido em Portugal um “produto turístico” de maior qualidade, que por exemplo em Espanha (Boniface e Cooper, 1994). E é neste sentido, tal como refere Cunha, que o planeamento territorial relativamente ao turismo tende a ganhar maior importância, segundo este autor,

...não só pelo reconhecimento de que os espaços e os recursos que os integram constituem um factor primário de desenvolvimento turístico mas também porque as novas formas de exploração, elegendo os produtos como factores estratégicos de competitividade, obrigam a valorizar o território como elemento primordial destes. (Cunha, 2003: 144)

Segue-se que o turismo, no que concerne aos instrumentos de planeamento, além dos planos que lhe são diretamente aplicáveis de acordo com Vieira (2007) é transversal a grande parte dos planos de desenvolvimento de nível nacional e regional (Quadro 3.2).

Quadro 3.2 - Planos de desenvolvimento no nível nacional e regional

Tipo de Plano	Nível Nacional	Nível Regional
Planos sem relação direta ao Turismo	Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável. Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social (2000-2006). Plano Desenvolvimento Regional (1994-1999). Planos de Fomento (1953- 1979).	Programas de Desenvolvimento Integrado. Programas Operacionais.

Quadro 3.2 - Planos de desenvolvimento no nível nacional e regional (cont.)

Planos relativos ao Turismo	<p>Plano Estratégico Nacional do Turismo (2007).</p> <p>Plano de Desenvolvimento do Setor do Turismo (2003).</p> <p>Plano Consolidação do Turismo (2002).</p> <p>Programas de Turismo (1997- 1999).</p> <p>Plano Nacional do Turismo (1986-1989).</p> <p>Linhas Orientadoras para a Política do Turismo em Portugal (1998).</p>	Planos Regionais do Turismo.
-----------------------------	---	------------------------------

Fonte: Elaboração própria a partir de Vieira (2007)

Mais se verifica que apesar do turismo em matéria do ordenamento do território e urbanismo ser entendido como matéria sectorial, as regras relativas aos espaços turísticos devem constar de todos os instrumentos de gestão territorial de âmbito nacional, regional e local (Quadro 3.3).

Quadro 3.3 - Instrumentos de gestão territorial

Nível Nacional	Nível Regional	Nível Local
<p>Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território.</p> <p>Planos sectoriais:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Plano Nacional da Água e Marítimo Portuário; - Plano da Rede Natura; - Plano de Bacias Hidrográficas; - Plano de Ordenamento Florestal. <p>Planos Especiais de Ordenamento do Território:</p>	Planos Regionais.	<p>Planos Intermunicipais de Ordenamento do Território.</p> <p>Planos Municipais de Ordenamento do Território:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Plano Diretor Municipal; - Plano de Urbanização; - Plano de Pormenor.
<ul style="list-style-type: none"> - Planos de Ordenamento da Orla Costeira; - Planos de Ordenamento de Áreas Protegidas; - Planos de Ordenamento de Parques Naturais; - Plano de Ordenamento de Albufeiras de Águas Públicas. 		

Fonte: Elaboração própria a partir do RJGT

Face ao anteriormente exposto e à amplitude do planeamento turístico considera-se que a sua aplicação a Portugal ainda é muito ténue, bem como a articulação entre turismo e o planeamento territorial, o que resulta em grande parte do entendimento da sua natureza sectorial (Machado, 2010 a); Vieira, 2007). Neste sentido Cunha (2003: 143) refere que “O desenvolvimento do turismo operou-se, em geral nos países do sul da Europa e, em particular, em Portugal, na ausência de modelos ou de preocupações de ordenamento do território.”

A acrescer o facto do ordenamento do território tal como o planeamento turístico serem encarados, por autarcas, promotores e construtores como um empecilho à livre iniciativa privada (Vieira, 2007; Cunha, 2003). O que em parte, também tem contribuído para que as intervenções turísticas se reportem essencialmente à escala do projeto e que prevalecem as regras das organizações de mercado (Machado, 2010 a)). Ainda assim, importa salientar o crescente número de iniciativas no sentido de ser definida uma estratégia europeia de ordenamento do território e, a existência de um conjunto de orientações aplicáveis às entidades nacionais, regionais e locais sobre esta matéria (PODTSCE¹⁵, 2000). Bem como um crescente entendimento da importância da intervenção do setor privado no ordenamento do território, substanciada por relações contratuais e, o desenvolvimento de um turismo sustentável e de qualidade (ATESC¹⁶, 2007; PTE¹⁷, 2006; PODTSCE, 2000).

Ainda no que respeita em concreto ao turismo na Europa, recentemente foi reconhecida a sua importância na economia europeia, sobretudo a sua capacidade de gerar emprego em setores populacionais mais jovens e mulheres (ATESC, 2007; PTE, 2006). Bem como a sua complexidade e, desta forma, a importância de uma abordagem que incluía

¹⁵ Princípios Orientadores para o Desenvolvimento Territorial Sustentável do Continente Europeu.

¹⁶ Agenda para um Turismo Europeu Sustentável e Competitivo.

¹⁷ Política de Turismo Europeia renovada: rumo a uma parceria reforçada para o turismo na Europa.

todos os interessados e que gere uma franca articulação entre o turismo e as suas áreas limítrofes (PTE, 2006). Em síntese a atual política, relativamente ao turismo, remete para a melhoria do quadro normativo, para o apoio financeiro às empresas, serviços e infraestruturas de turismo, para um turismo sustentável e por ações que levem a uma melhor compreensão do turismo na Europa. Já a questão do planeamento é aflorada como um dos princípios a aplicar no sentido de alcançar um turismo sustentável e competitivo (ATESC, 2007; PTE, 2006). Ainda de acordo com a ATESC:

A gestão sustentável dos destinos turísticos é primordial para o desenvolvimento do turismo, tanto através do planeamento e do controlo eficaz do ordenamento e desenvolvimento do território, como através de decisões a favor do investimento nas infra-estruturas e serviços. (ATESC, 2007: 5)

Considera-se assim que estão a ser dados passos no sentido da Europa passar a analisar o turismo de uma forma sistémica e não apenas numa abordagem horizontal¹⁸, o que poderá ser uma oportunidade para Portugal afirmar-se enquanto “território turístico” sustentável e procurar consolidar as relações entre o turismo e o ordenamento do território por via da investigação ao nível do uso do solo.

Já no que concerne ao debate em torno das figuras que melhor enquadram a atuação em matéria de turismo e planeamento territorial, Vieira (2007) aponta para a importância da elaboração de um plano sectorial, à semelhança do que foi elaborado na região da Madeira. Já Machado (2010 a)) remete para a figura do contrato, enquanto mecanismo de política sectorial e instrumento de ordenamento do território, referindo-se inclusive ao programa de ação territorial (PAT)¹⁹ que consiste atualmente no sistema de concretização de NDT adotado pelo PROT Algarve.

¹⁸ Entendida enquanto somatório das atividades com as quais o turismo se relaciona (Cunha, 2003).

¹⁹ Artigo 121.º do RJIGT.

Considerando que em Portugal a abordagem ao turismo é essencialmente realizada pelo nível nacional, via quadro normativo e de forma transversal aos instrumentos de gestão territorial nos vários níveis, considera-se que:

- A elaboração de um plano sectorial do turismo terá como vantagens, a obrigatoriedade dos restantes instrumentos de gestão territorial compatibilizarem-se, bem como o facto de ser vinculativo das entidades. Contudo, por outro lado, esta abordagem mantém-se no nível nacional;
- O PAT é uma figura de execução de planos municipais, quer se trate do PDM, PU, unidade operativa de planeamento e gestão, áreas de edificação dispersa e espaço rural, logo, de aplicação local. Dos aspetos positivos salienta-se o facto de ser uma figura com maior flexibilidade e essencialmente estratégica. Contudo, a sua aplicação tenderá a potenciar a definição da estratégia turística nos planos municipais que atualmente não dispõem de características que permitam acompanhar a dinâmica turística.

A este respeito importa ainda referir que no nível operativo, muitas das vezes, o planeamento falha por questões ligadas à negociação e à especulação do solo, que resultam de publicitações antecipadas à aprovação de matéria regulamentar (Cooper *et al.*, 2001), para estas situações a opção do contrato nos termos do PROT Algarve será a opção mais adequada. Contudo, se este tipo de procedimento não for acompanhado de uma estratégia turística regional vinculativa, consubstanciada numa abordagem ao turismo enquanto sistema e efetivamente articulada com o planeamento territorial, continuar-se-á a assistir à derrogação das regras de ordenamento, sem existir uma contrapartida direta para as populações, à implantação de projetos turísticos no litoral com clara tendência para a componente edificatória e a uma ausência de avaliação dos impactes do turismo no território. Aliás como refere Machado:

A contenção do turismo num plano sectorial, sem eficiência política na combinação com outros setores horizontais do planeamento [...] limita as potencialidades do regime jurídico do ordenamento do território na sua aplicação eficiente aos sistemas de turismo. (Machado, 2010b: 51)

Mas também no planeamento do território, deverá haver uma mudança de paradigma, sobretudo no que concerne ao atual entendimento do turismo enquanto uso do solo. E sobre a importância da mudança Pereira refere:

Em sistemas territoriais abertos e pluralistas e em contextos sócio - económicos e políticos instáveis, o ordenamento do território, ainda muito marcado pela abordagem racionalista, tem de sofrer alterações nos instrumentos e nos procedimentos, para evitar que as orientações de política sejam ultrapassadas pelos acontecimentos. (Pereira, 2009: 88)

Relativamente aos instrumentos de planeamento de acordo com Portas *et al*,

... deverão ser suficientes indicativos ou adaptativos para poderem orientar, nos momentos próprios, os sinais das novas dinâmicas, oportunidades de investimento e necessidades de redimensionamento, e suficientemente normativos ou desenhados, para assegurar coerências com programas de diferentes níveis e actores, tendo presentes direitos e deveres estabelecidos entre cidadãos e a administração. (Portas *et al*, 2003: 209)

Para Cunha (2003) é preciso que Portugal mude de modelo de desenvolvimento turístico, em função das mudanças que se vem operando no mundo, das especificidades do País e perspectivas de futuro. O seu enfoque deverá passar por uma maior atenção nos valores sociais, preservação dos recursos naturais e culturais, na inovação, criatividade, melhor organização e aposta na criação de cadeias de valor mediante a integração vertical e geográfica. Mas também por uma maior articulação com o planeamento territorial, e uma maior participação nas mudanças que também neste processo deverão ocorrer.

3.3 A Avaliação do Potencial Turístico

Resulta do ponto 2.3 *Aptidão do Território para o Turismo* a constatação que existem fatores que determinam que um dado território tenha à partida predisposição para o

desenvolvimento da atividade turística, apesar de tal não significar necessariamente que venha a ser potenciada ou efetivada. Bem como a verificação da crescente aplicação do conceito de potencial turístico, aptidão ou vocação turística, apesar da pouca clarificação destes termos. Neste sentido importa destacar a definição de Almeida, que refere que o potencial turístico,

... pode ser entendido como a existência de condições objetivas favoráveis da oferta turística, dos aspetos normativo - institucionais e de outros fatores complementares capazes de viabilizar, por meio de adequado planeamento, uma exploração turística sustentável destinada a satisfazer uma demanda latente. (Almeida, 2006: 215)

Efetivamente da literatura analisada alguns autores aplicam o termo avaliação do potencial turístico (Gunn, 2002; Cooper *et al.*, 2001; Cerro, 1992 e 1993; Vera *et al.*, 1997; Inskip, 1991), ainda assim constata-se que, existem poucos consensos acerca desta matéria, variados métodos e formas de calcular e, apenas alguns dos autores identificam o procedimento aplicável.

Para Gunn (2002) existem áreas que dispõem de maior potencial turístico que deverão ser demarcadas, no âmbito da elaboração de um plano turístico no nível regional e na sequência do levantamento dos recursos físicos existentes, tais como acessos, características intrínsecas ao destino, uso do solo. Já Vera *et al.* (1997) referem que a avaliação do potencial turístico deverá aplicar-se às unidades territoriais que venham a resultar da fase da análise territorial de um plano turístico. De forma semelhante, Cooper *et al.* (2001) referem que a avaliação do potencial turístico é uma das componentes da fase de análise dos dados do processo de planeamento, relativa a recursos existentes, potenciais e infraestrutura disponível. Para Inskip (1991: 40) esta avaliação poderá ocorrer no nível nacional ou regional, deverá incidir na verificação da existência de “recursos turísticos”, no mercado turístico potencial, nos custos e benefícios económicos, ambientais e sociais que resultarão da implementação da

atividade turística, e deverá ser executada antes da definição do projeto turístico. Cerro (1993) refere que a análise do potencial turístico inicia-se com a elaboração de um inventário e classificação de recursos, elementos ou atividades que tem a capacidade atual ou potencial de atrair a procura turística. Ainda de acordo com este autor (1993: 51) “Os métodos de classificação e inventário dos recursos constituem os primeiros passos na análise do potencial turístico.”

Verifica-se assim que uma das questões que é praticamente transversal a todos os autores consiste na recolha de dados relativos a recursos, a sua inventariação e avaliação, mesmo por aqueles que não se referem ao potencial turístico como é o caso de Mill e Morrison (1992). Aliás a importância dos recursos na análise do potencial turístico encontra-se alinhada com a importância que os recursos assumem no turismo, conforme exposto nos pontos: *2.2.2 Recurso e Produto Turístico, Clusters e Redes, 2.3 Aptidão do Território para o Turismo e 3.2.1 Enquadramento e Evolução dos Conceitos até à Atualidade* desta investigação. Ainda sobre a importância dos recursos Cunha refere que:

O turismo depende fortemente e, em certos casos, exclusivamente da existência de recursos naturais mas o seu inadequado aproveitamento pode provocar alterações nefastas ou mesmo a sua destruição, como se tem verificado quase por todo o lado, o que coloca o problema da adequação entre a capacidade dos locais ou sítios e os equipamentos necessários a um certo grau de desenvolvimento turístico. (Cunha, 2003: 145)

Contudo, também sobre a classificação (Quadro 3.4) e inventariação dos recursos, é possível encontrar várias abordagens, aliás Cerro (1993) refere que o mais comum é cada projeto/plano dispor da sua própria metodologia adaptada à área, dada a inexistência de uma metodologia universalmente aceite, o que dificulta a aplicação a outras zonas.

Quadro 3.4 – Tipos de classificação e agrupamento de recursos

Autor	Classificação/agrupamento dos recursos
Clawson e Knetsch (1966)	<p>Recursos orientados para o usuário: localizam-se próximo ou em áreas urbanas e suportam usos intensivos (exemplo parque urbano, praias próximas de meio urbano).</p> <p>Recursos recreativos de tipo intermédio: em regra são áreas naturais extensas, exemplo de parques nacionais, cuja intensidade de utilização se encontra relacionada essencialmente com o seu acesso.</p> <p>Áreas de recursos: consistem em áreas naturais de elevada importância ecológica sem relação direta com a população, em bom estado de conservação e que não admitem intensidade de uso elevada face à sua possível degradação.</p>
Corna Pellegrini (1973)	<p>Recursos originais: todos os recursos que dispõem de um caráter único e especializado e cuja função se relaciona diretamente com o turismo.</p> <p>Recursos complementares: são recursos construídos pelo Homem, com o objetivo de aumentar a atratividade turística.</p>
Burkat e Medlick (1986)	<p><i>Resource-based</i>: face às suas características determinam só por si uma grande utilização turística.</p> <p><i>Resource user-oriented</i>: a sua utilidade turística encontra-se associada à sua acessibilidade.</p>
Gunn (1988)	<p><i>Tourist attractions</i>: recursos que satisfazem a procura de um turismo itinerante.</p> <p><i>Destination attractions</i>: recursos que produzem estâncias turísticas (recursos naturais, culturais e outros).</p>
Defert (1972 e 1982)	<p><i>Hidromo</i>: todo o elemento de atração relacionado com a água (águas marítimas e terrestres, praia, neve entre outros).</p> <p><i>Phitomo</i>: elementos naturais terrestres que tenha certo atrativo modificado ou não pelo Homem (relevo, clima, paisagem entre outros).</p> <p><i>Litomo</i>: elementos construídos pelo Homem que face às suas características dispõem de interesse turístico (artefactos arqueológicos, arquitetura antiga, monumentos entre outros).</p> <p><i>Antropomo</i>: o elemento central é o Homem suas culturas, tradições (artesanato, folclore, gastronomia entre outros).</p> <p><i>Mnémome</i>: elementos intangíveis que podem levar a um uso turístico (lugares de peregrinação religiosa, personagens literários entre outros).</p>
Organização dos Estados Americanos	<p>Sítios naturais: incluem-se nesta categoria todas as áreas que dispõem de recursos naturais, distribuídas por sub categorias, também se incluem recursos tais como: fauna, flora, caça, pesca.</p> <p>Museus e manifestações culturais históricas: recursos de natureza cultural e patrimonial, que tenham valor histórico, artístico, monumental, distribuídos por sub categorias.</p> <p>Folclore: manifestações culturais, costumes e tradições.</p> <p>Realizações técnicas, científicas e artísticas contemporâneas: elementos que pela sua singularidade ou característica excepcional tem interesse turístico.</p>

Quadro 3.4 – Tipos de classificação e agrupamento de recursos (cont.)

	Acontecimento programados: eventos organizados atuais ou tradicionais, que podem atrair turistas.
Arade (2005)	Recursos naturais; património histórico, monumental e construído; património etnográfico, artesanal e gastronómico; atividades de recreio e lazer; eventos e acontecimentos programados; alojamento, comércio e restauração; recursos institucionais; informação turística; infraestruturas e equipamentos.

Fonte: Elaboração própria a partir de Arade (2005) e Cerro (1993)

Relativamente à inventariação dos recursos, a metodologia da Organização dos Estados Americanos, é aquela que é mais referida na literatura, além de que permite uma utilização em várias escalas e consiste:

- No levantamento dos “recursos turísticos” e das facilidades turísticas (equipamentos e infraestruturas);
- Na classificação dos recursos, seu agrupamento em categorias e sub categorias e na sua avaliação²⁰, bem como a colocação desta informação em fichas individuais por recurso (Cerro, 1993).

Para Mill e Morrison (1992) a recolha de dados deverá incidir nos recursos, nos mercados, nas atividades e na competitividade, por outro lado, os dados recolhidos deverão ser materializados num inventário, quantificados e os recursos mapeados. Depois de quantificados, os recursos devem ser avaliados, em função do seu grau de importância para o turismo. Os autores, referidos anteriormente, partem do entendimento que os recursos ou zonas no destino são identificados essencialmente em função da sua importância internacional, nacional, regional ou local, ou da sua capacidade de atração relativamente aos mercados, internacional, nacional, regional e local. Dos exemplos de avaliação de recursos destaca-se a matriz elaborada para o plano

²⁰ Em função da relevância do recurso para a atividade turística.

de desenvolvimento turístico de Collingwood- Midland- Orillia em Ontário, onde os recursos foram avaliados em função da sua capacidade de atração relativamente ao mercado existente, desejado e potencial.

Também Inskeep (1991) propõe, como forma de avaliar a importância dos recursos na atração do desenvolvimento turístico de um país ou região, uma matriz de análise, cujo conteúdo refere deverá estar articulado com as características da área em análise. Contudo, para este autor a avaliação relativa aos recursos (naturais, culturais e outros com características especiais) deverá reportar-se às acessibilidades, viabilidade económica, impactes ambientais e sócio económicos, importância nacional e regional e deverá ser materializada através de escalas numéricas.

Verifica-se assim que a avaliação dos recursos indica-nos o potencial turístico, contudo ainda de acordo com a literatura este potencial tanto poderá ser calculado a partir de um único recurso (área natural, praia) ou de um conjunto (recursos naturais, culturais, patrimoniais entre outros). Face à amplitude do conceito de recursos entende-se que o potencial deverá reportar-se à totalidade dos recursos existentes e que possam ser potenciados para um uso turístico, neste sentido apenas se apresentam os métodos cuja avaliação incide em mais que um tipo de recurso e aos quais se encontra associado um procedimento (Quadro 3.5).

Quadro 3.5 – Métodos de avaliação do potencial turístico

Autor	Métodos de Avaliação do Potencial Turístico	Objetivos/Localização
J. Piperoglou (1967)	1.º Estudo de mercado com o objetivo de analisar as preferências da procura; 2.º Identificação e avaliação dos gostos e preferências dos turistas na área em estudo; 3.º Definição de áreas turísticas em relação aos recursos espaciais (os recursos foram alvo de mapeamento, e avaliados em função de fatores de ponderação relativos à singularidade do recurso, concentração espacial e	Identificar e avaliar áreas com maior importância turística. Costa Oeste da Grécia.

Quadro 3.5 – Métodos de avaliação do potencial turístico (cont.)

	<p>infraestruturas, as áreas dispunham no máximo de 80Km de raio);</p> <p>4.º Investigação da capacidade física da zona analisada em receber visitantes.</p>	
Organização Turística Nacional da Tailândia (1974)	<p>1.º Inventariação de classificação dos atrativos (com recursos a mapas) e estabelecimento de áreas turísticas (os atrativos deveriam estar a distancias curtas entre si e ter um alto grau de qualidade e peculiaridade);</p> <p>2.º Avaliação de cada área em função de um conjunto de critérios (atrativos primários, fatores complementares, instalações auxiliares, facilidade de acesso, pressão da recreação urbana, pressão do turismo).</p>	<p>Avaliação do potencial de áreas de desenvolvimento turístico.</p> <p>Tailândia (nível nacional)</p>
Var, Beck e Loftus (1977)	<p>1.º Escolha dos fatores que determinam a atração turística (naturais, sociais, históricos, equipamentos recreativos e culturais, infraestruturas, alojamento e restauração) e identificação dos critérios aplicáveis a cada fator;</p> <p>2.º Estabelecimento de hierarquias para cada um dos critérios em função da sua capacidade de atração (independentemente da sua localização) através da consulta a um conjunto de especialistas com conhecimento do comportamento dos turistas, e subsequente cálculo de fatores de ponderação;</p> <p>3.º Cálculo do índice de atração (produto dos fatores de ponderação pelos valores dos fatores da área em análise).</p>	<p>Calcular a atração turística.</p> <p>Colúmbia Britânica, Canadá (província).</p>
OMT (1978)	<p>1.º Inventariação dos “recursos turísticos”;</p> <p>2.º Avaliação dos “recursos turísticos”, em função de: fatores internos (grau de utilização e características intrínsecas); fatores externos (acessibilidade, proximidade a centros emissores, especificidade e importância do recurso);</p> <p>3.º Cálculo do potencial turístico (produto das pontuações dos fatores internos e externos).</p>	<p>Calcular o potencial turístico.</p> <p>País, região ou por zonas.</p>
Ferrario (1980)	<p>1.º Realização de um inventário de recursos (informação a partir de guias turísticos, autoridades locais e outros agentes da atividade turística) e sua classificação (categorias e subcategorias) e ordenação;</p> <p>2.º Avaliação da preferência dos turistas através de questionário e a partir das preferências, e cálculo do índice de potencialidade turística;</p> <p>3.º Avaliação da oferta relativamente aos recursos, através de critérios de valorização para medir a disponibilidade turística de dado recurso (estacionalidade, acessibilidade, modalidade de entrada, importância, fragilidade, popularidade) e elaboração de questionário a especialistas em turismo e interessados na atividade;</p> <p>4.º Cálculo do índice de potencialidade turística, considerando as preferências dos turistas e o número de</p>	<p>Avaliação do potencial turístico.</p> <p>África do Sul, Lesoto, Suazilândia.</p>

Quadro 3.5 – Métodos de avaliação do potencial turístico (cont.)

	<p>vezes que o recurso é referido em guias turísticos, e a oferta de recursos;</p> <p>5.º Delimitação de regiões turísticas funcionais segundo o princípio da proximidade geográfica.</p>	
Gunn (2002 e 1988)	<p>Inventariação e mapeamento dos recursos naturais (exemplos: água, vegetação, topografia, transportes) e culturais (exemplo: elementos relativos à pré história) e a partir da sua agregação em SIG definição de zonas de potencial turístico.</p>	<p>Definir zonas de potencial turístico.</p> <p>Caso de Illinois, E.U.A (Estado).</p>
Cerro (1992)	<p>1.º Recolha de informação (recursos naturais, recursos artísticos e monumentos, artesanato, gastronomia e folclore, festas e acontecimentos programados) por município e sua seleção (trabalhos já existentes, consulta de publicações direta/indiretamente relacionadas com o turismo e entrevistas), bem como inventariação e distribuição espacial;</p> <p>2.º Avaliação do recurso básico (Canal de Castilha);</p> <p>3.º Cálculo do potencial turístico dos municípios limítrofes. (3.1 Cálculo do fator recursos; 3.2 Cálculo do fator acessibilidade; 3.3 Cálculo do fator equipamentos);</p> <p>4.º Cálculo do índice de potencialidade turística dos municípios.</p>	<p>Avaliação do potencial turístico.</p> <p>Canal de Castilha, Espanha (nível municipal).</p>
Boyd e Butler (1996)	<p>1.º Revisão de literatura acerca do conceito de ecoturismo;</p> <p>2.º Identificação dos atributos do ecoturismo (foco no ambiente natural, mínimo impacte ambiental e social, “<i>nonconsumptive</i>”, capaz de providenciar benefícios para os residentes, compatível com outros usos, escala adequada);</p> <p>3.º Definição do conceito de natural e respetiva incidência (tipos de paisagem);</p> <p>4.º Determinação de unidades de ecoturismo (4.1 identificação dos critérios do ecoturismo que podem ser transpostos para SIG; 4.2 determinação de áreas “naturais “através de um conjunto de atributos, e posterior atribuição de valores para todos os aspetos das áreas naturais; 4.3 hierarquização dos atributos e determinação do indicador de “naturalidade);</p> <p>5.º Teste numa área piloto (verificação dos pressupostos);</p> <p>6.º Aplicação em SIG e definição das áreas com potencial para ecoturismo.</p>	<p>Identificação de áreas com potencial para ecoturismo. Norte Ontrio.</p>
Pizán (2003)	<p>1.º Cálculo do atrativo turístico natural por município (relativo apenas ao recurso praia: número de praias e sua extensão);</p> <p>2.º Cálculo do grau de atração turística que conjuga o anterior atrativo turístico com informação relativa a alojamento e residências secundárias, bem como fluxo de veículos.</p>	<p>Grau de atração turística.</p> <p>Região Metropolitana da Baixada Santista, Brasil.</p>

Fonte: Elaboração própria a partir de Almeida (2006), Gunn (2002 e 1988), Boyd e Butler (1996) e Cerro (1993 e 1992)

Sobre os métodos de avaliação do potencial turístico anteriormente apresentados, importa referir que Leno Cerro debruçou-se na sua obra à análise detalhada de quase todos estes, nomeadamente no que concerne às suas potencialidades e insuficiências. Tendo desenvolvido a sua própria metodologia, na qual procurou colmatar as insuficiências detetadas e tirar partido dos aspetos positivos de cada um destes. O seu método tem vindo inclusive a ser aplicado por outros autores (Vareiro, 2008; Vareiro e Ribeiro, 2006; Fabeiro e Blas, 2003) e foi adotado para a avaliação do potencial turístico do caso de estudo, que consta do ponto *5.4 A Componente Económica e Territorial: O Potencial Turístico* desta investigação.

3.4 Conclusão

Resulta do interesse na otimização dos benefícios do turismo, no sanear dos seus potenciais conflitos, bem como na manutenção da competitividade dos “territórios turísticos”, a importância do turismo dispor de um procedimento próprio de planeamento que dê resposta à sua problemática. Por outro lado, quer se trate do planeamento turístico como territorial, assiste-se a um crescente reconhecimento da importância do planeamento, e à separação entre planeamento turístico e territorial, apesar de ambos convergirem ao nível do território e recursos. Contudo, o planeamento territorial, tem como principal objetivo a proteção e a utilização racional dos recursos, bem como a articulação entre usos, e em termos normativos dispõe de carácter vinculativo quer para entidades como particulares; enquanto o planeamento turístico faz uso e inclusive potencia a utilização dos recursos e do território, mas tem carácter essencialmente estratégico. Desta forma, no planeamento turístico o conhecimento dos recursos disponíveis, além de ser uma ferramenta de apoio na identificação do potencial

turístico de uma dada área, poderá também ser uma forma de gerir essa mesma área em articulação com o planeamento territorial.

No que respeita às escalas, o turismo deverá ser planeado fundamentalmente no nível nacional e regional, onde a preocupação recai na definição das políticas de desenvolvimento, estruturação de planos, fatores institucionais, normativos e outros elementos necessários ao desenvolvimento e gestão do turismo. A partir da estrutura do planeamento nacional e regional, devem ser desenvolvidos planos mais específicos para atrações turísticas, *resorts*, turismo urbano, rural e outras formas de desenvolvimento turístico que deverão articular-se em simultâneo com procedimentos de adequação/elaboração dos instrumentos de gestão territorial. Relativamente ao planeamento físico do turismo, pela sua especificidade muito dificilmente acompanhará a dinâmica deste setor, além de contribuir para fenómenos especulativos e de aumento do valor do solo. Já a aplicação do planeamento estratégico quando não vinculativo estará sempre dependente do poder político, bem como da sua articulação com o planeamento territorial.

Para terminar, em Portugal, a aplicação dos princípios de planeamento ainda são muito ténues além de continuar a prevalecer a opção da elaboração do plano, onde o turismo aparece como matéria transversal. Ainda assim, ao nível do planeamento territorial vislumbram-se algumas mudanças nos procedimentos. E apesar do turismo ser entendido como matéria sectorial, em termos normativos encontra-se prevista a possibilidade de todos os instrumentos de gestão territorial conterem regras relativas aos espaços turísticos. Mais se verifica uma proliferação de orientações gerais aplicáveis ao turismo, e constata-se que o conceito de planeamento ainda se encontra muito associado à ineficácia e morosidade da administração pública, bem como aos seus subsequentes ónus em termos de intervenção. Já o turismo é associado essencialmente a uma

intervenção de cariz privada e relativa ao setor imobiliário. Ao nível da Europa apenas recentemente houve alguma evolução no reconhecimento da importância do turismo em termos económicos, e da importância da sua articulação com o ordenamento do território, no sentido do desenvolvimento de um turismo sustentável e competitivo.

PARTE III – METODOLOGIA

Capítulo IV. METODOLOGIA

4.1 Introdução

A investigação científica é, fundamentalmente, um processo que se pauta pelo rigor, conseguido através de um método racional de trabalho organizado por padrões e regras previamente definidas. Resulta de uma constante procura de conhecimento, ao longo dos tempos, que foi sendo concretizado por diversas correntes de pensamento, tais como o empirismo, o materialismo dialético, o positivismo, a fenomenologia e o estruturalismo.

Atualmente distingue-se pelo seu enfoque quantitativo ou qualitativo, apesar de, tendencialmente, haver uma utilização combinada dos dois, uma vez que são considerados complementares. A investigação quantitativa incide na análise de dados recolhidos de forma empírica ou de fontes de informação e, tem como principal objetivo contribuir para o desenvolvimento e validação dos conhecimentos. Permite ainda generalizar os resultados e, desta forma, explicar o comportamento da população que se pretende estudar, mas também predizer e controlar os acontecimentos (Fortin, 2000; OMT, 2001). Na investigação qualitativa, a abordagem incide fundamentalmente na descrição ou interpretação do fenómeno tal como ele se apresenta, procurando a sua compreensão da forma mais ampla possível. É fundamentalmente utilizada quando existe carência de dados, e quando as variáveis a utilizar dispõem de um grande conjunto de descrições (Fortin, 2000; OMT, 2001).

Importa ainda referir que a investigação quantitativa usa a recolha de dados, em regra, para testar hipóteses com base na medição numérica e, na análise estatística para

estabelecer padrões de comportamento. A qualitativa usa a recolha de dados sem medição numérica para descobrir ou aperfeiçoar questões de pesquisa e pode ou não provar hipóteses no seu processo de interpretação (Hernandez *et al.*, 2006).

No que concerne à investigação em turismo, dos autores analisados resulta a constatação que esta se encontra, sobretudo relacionada com a elaboração de modelos ajustados à realidade que se pretende estudar, na medida que o conceito de turismo e os modelos que representam o sistema turístico, não são, ainda, estáveis. Na presente investigação foi adotado, de forma combinada, o enfoque quantitativo e qualitativo e o método de *estudo de caso – exploratório* (maior explicitação no ponto 4.3.2 – *O Método de Investigação*). Em termos metodológicos iniciou-se com a definição do problema, relativo ao tópico da investigação, que foi desdobrado num conjunto de questões e, a partir do qual foram estabelecidos objetivos. Posteriormente foram definidas as técnicas aplicáveis à recolha e análise de dados, respetivamente a *análise documental*, *análise conteúdo* e *técnicas matemáticas*, cuja aplicação divergiu em função da análise relativa ao turismo e ao planeamento territorial.

No presente capítulo descreve-se a metodologia que foi aplicada e que resultou da literatura analisada sobre metodologias, nomeadamente o problema e a forma como foi colocado, a finalidade da investigação e os recursos disponíveis. Face à singularidade do turismo optou-se por descrever as principais características de uma investigação científica no âmbito do turismo, seguindo-se de forma mais pormenorizada, a delimitação do procedimento e respetivas etapas, nomeadamente:

- Definição do problema, questões e objetivos da investigação;
- O método de investigação;
- Técnicas de recolha e análise de dados.

4.2 A Investigação Científica no Turismo

Apesar de existirem várias formas de aquisição de conhecimento, para além das antes referidas, nomeadamente a intuição, as tradições e a autoridade, a experiência pessoal – a tentativa erro e o raciocínio lógico, de todas estas, a investigação científica é o método de aquisição de conhecimento, que por assentar num processo racional permite-nos conhecer os factos (Fortin, 2000). Por outro lado, consiste num processo organizado e sequencial associado a um quadro de regras, através do qual é possível analisar e interpretar um determinado assunto ou problemática relativa a um fenómeno real, e essencialmente num método que permite responder às questões que tenham sido formuladas (Fortin, 2000; Silva, 2008).

Importa destacar que a investigação científica está intimamente ligada à teoria, não só por uma questão de dependência, uma vez que a teoria assenta num quadro teórico de referência a partir do qual é atribuído aos conceitos o seu significado, mas também porque contribui para o desenvolvimento desta em termos de produção e verificação (Pardal e Correia, 1995; Fortin, 2000). Para Meleis (1991, cit. por Fortin, 2000) existe ainda uma relação de reciprocidade entre teoria e prática, sendo que da prática emanam teorias que são posteriormente verificadas de forma empírica e validadas na prática.

Neste sentido Fortin refere o seguinte:

De facto, a investigação estabelece uma ponte entre a disciplina como campo de conhecimentos e a prática profissional como campo de intervenção. Ela permite, entre outros aspectos, verificar a teoria ou desenvolve-la, e esta união de teoria e da investigação fornece uma base à prática. As preocupações que evoluem para a definição de problemas de investigação numa disciplina profissional enraízam-se muitas vezes na prática (Fortin, 2000: 20).

No que respeita ao turismo, face à sua multidisciplinaridade e transversalidade, tanto se aproxima das ciências sociais, como de outras áreas do conhecimento uma vez que certos autores o consideram uma indústria (Sessa, 1975, cit. por Cerro, 1993). Mais se

verifica que apenas recentemente passou a ser analisado por áreas temáticas e não por integração em áreas mais vastas do conhecimento, pelo que a sua passagem de disciplina a ciência ainda se encontra muito incipiente (Jafari, 1994; OMT, 2001).

Em contrapartida segundo a OMT o turismo situa-se entre as cinco categorias mais importantes ao nível das exportações mundiais, sendo inclusive para alguns países a principal fonte de receita. Cumulativamente, dispõe de um mercado muito dinâmico e cada vez mais articulado com as novas ferramentas tecnológicas, o que tem levado a um incremento da investigação aplicada ao turismo (OMT, 2001).

Em suma, a investigação em turismo é um processo que parte de um conjunto de métodos, técnicas e estratégias que permitem produzir um conhecimento científico sobre a realidade turística, atual como previsível. Pode incidir num plano mais teórico ou aplicar-se a uma área geográfica específica e permite, essencialmente apoiar o processo de tomada de decisão e a monitorização do sistema turístico, bem como gerar um turismo mais competitivo e sustentável (OMT, 2001). Sendo que face à sua transversalidade deverá ser estudado enquanto sistema conforme decorre de Mill e Morrison (1992), Gunn (2002) e Inskeep (1991). De acordo com a OMT:

Uma política turística eficaz, que maximize o investimento da iniciativa privada e aplique os recursos públicos onde eles são mais necessários, requer conhecimento científico da realidade e a existência de informação prospetiva disponível. (OMT, 2001: 6) (tradução pelo próprio)

4.3 O Processo Metodológico

Para Reto e Nunes (1999) existe um ciclo no trabalho científico que passa, fundamentalmente por uma integração de teorias-realidade e dedução-indução. Sendo que, o método científico consiste no conjunto de etapas e regras que permitem levar a cabo uma investigação, cujos resultados são válidos e aceites pela comunidade

científica, e com o qual se pretende atingir os objetivos traçados (OMT, 2001; Pardal e Correia, 1995).

Apesar do processo de investigação desenrolar-se, essencialmente, em função dos objetivos que se pretendem alcançar é comumente aceite, a existência de um conjunto de etapas sequenciais (Fortin, 2000; OMT, 2001). Desta forma, o método científico encontra-se associado à definição de uma metodologia entendida enquanto conjunto de métodos e técnicas aplicadas ao estudo e tratamento dos fenómenos. Assim como de um método que consiste num conjunto de regras a observar para conhecer a realidade e, de técnicas a aplicar à recolha e análise dos dados, ferramentas e modos de aplicação do método (Silva, 2008). Mas também de um conjunto de elementos base, como seja: inputs que são os conceitos/definições, hipóteses/objetivos, variáveis, indicadores e, outputs, nomeadamente informação, teorias, modelos e leis (Silva, 2008). Efetivamente, sobre o processo de investigação Pardal e Correia referem que:

A investigação social é sustentada por um modelo de análise construído com referência ao método seleccionado. A sua construção segue um procedimento metodológico em que tomam parte os elementos básicos do método científico - os conceitos, as definições, as hipóteses, as variáveis e os indicadores. (Pardal e Correia, 1995: 11)

O processo de investigação e as respetivas etapas associadas ao método científico tendem a ser traduzidas por esquema. Da panóplia de esquemas existentes, face às suas semelhanças e interesse para a presente investigação, incidiu-se a análise nos esquemas dos seguintes autores, a saber: Pardal e Correia (1995), Reto e Nunes (1999), Fortin (2000) e Silva (2008) (Anexo 1). Em síntese, estes autores referem que a investigação parte de um problema que é materializado numa pergunta, a partir da qual se procura compreender o objeto de estudo e, à qual se segue a fase da exploração em termos teóricos e empíricos, que pode inclusive determinar a reformulação do problema. Mencionam ainda a pertinência do estabelecimento de um quadro teórico de referência,

como forma de consubstanciar as hipóteses de trabalho, ou os objetivos no caso de existir alguma deficiência a nível teórico. Finalmente, a definição de hipóteses a partir das quais se pretendem dar resposta ao problema e que deverão ser sujeitas a verificação empírica através de um conjunto de variáveis seleccionadas, que por outro lado, deverão ser sujeitas à definição de indicadores que compõem os instrumentos de verificação.

Nesta sequência Pardal e Correia referem que:

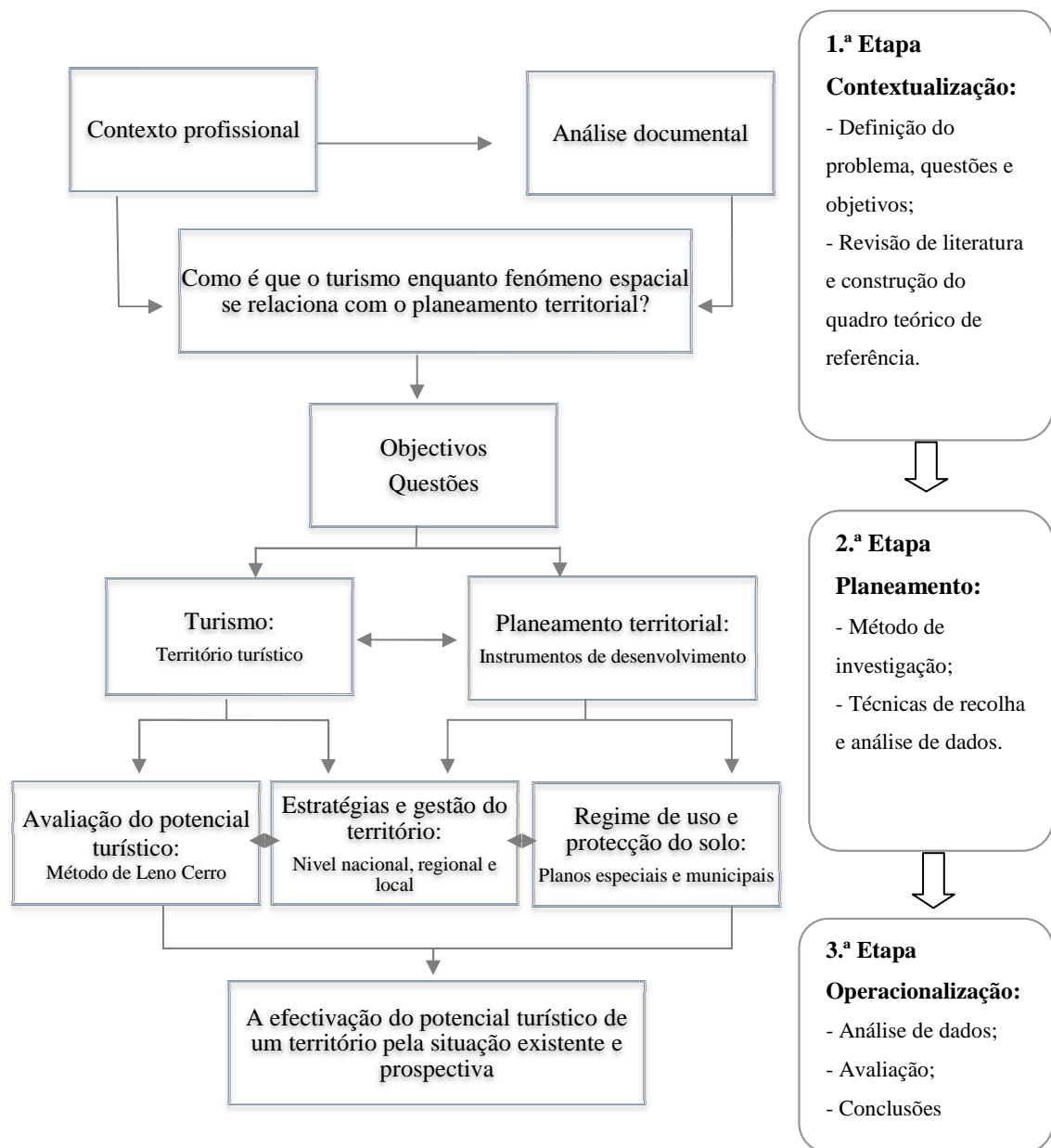
A definição do tema, a escolha dos métodos e das técnicas que vão ser utilizadas, a formulação da hipótese ou hipóteses, a selecção de variáveis e, finalmente, o estabelecimento de um plano de actuação configuram, o melhor mecanismo de delimitação do trabalho de investigação. (Pardal e Correia, 1995: 26)

Por sua vez, a OMT (2001) refere que o processo de investigação científica desenrola-se através das seguintes etapas: planeamento e justificação do problema, construção do modelo teórico, definição da população e amostra objeto de estudo, recolha e análise de dados, aplicação da investigação aos objetivos propostos e conclusões. Sem prejuízo da existência desse conjunto de etapas sequenciais, Pardal e Correia referem que:

A investigação social não é uma sucessão de etapas estereotipadas ou estabelecidas que se cumprem numa determinada ordem imutável: as opções, a construção e a organização dos processos, compondo um modelo de análise particular, variam em função da natureza e especificidade do objecto de estudo, e conforme a acuidade e a imaginação do investigador, particularizando cada investigação específica (Pardal e Correia, 1995: 13).

Ainda assim, verificou-se efetivamente alguma similaridade no faseamento dos processos de investigação aqui apresentados, o que permitiu definir o esquema metodológico aplicável à presente investigação (Figura 4.1). O qual se centra na análise da relação entre o turismo enquanto fenómeno espacial e o planeamento territorial, nomeadamente a importância do turismo ser planeado com um efetivo conhecimento do potencial turístico do território em análise e simultaneamente encontrar-se articulado com o planeamento territorial.

Figura 4.1 – Procedimento metodológico da investigação



Fonte: Elaboração própria

A presente investigação resultou em primeira instância da definição de um problema em contexto profissional, posteriormente validado e verificado através de uma ampla revisão de literatura que permitiu consolidar um quadro teórico de referência e que, por sua vez, se desdobrou num conjunto de questões e objetivos. A revisão de literatura incidiu em fontes primárias, nomeadamente documentos que dispõem de novos conhecimentos e, em fontes secundárias que resultam das fontes primárias mas cuja

informação encontra-se organizada segundo um esquema pré determinado (OMT, 2001). Desta forma, foram consultadas obras publicadas e investigações realizadas sobre o tópico por outros investigadores, nomeadamente teses e artigos científicos, das quais resultou a construção de um quadro teórico de referência e a identificação dos conceitos base relativos ao turismo no território e o seu planeamento. O quadro teórico de referência permitiu entender a génese e a complementaridade da relação entre o turismo e o território, principalmente em termos de aptidão, bem como a forma de planear o turismo no território e a avaliação do seu potencial turístico. Já os conceitos apesar de serem ideias abstratas que resumem e categorizam as observações concretas (Pardal e Correia, 1995; Fortin, 2000) permitiram estabelecer uma certa uniformização na investigação e, simultaneamente, um maior entendimento sobre o exposto.

A abordagem ao problema foi feita sob duas perspetivas de análise, a saber: i) as principais características do território em termos turísticos, ou seja, a situação existente; ii) o modelo de desenvolvimento a prosseguir, ou seja a situação pretendida. Neste contexto, importa referir a adoção do método de Cerro (1992) para o cálculo do potencial turístico. Mas também a análise dos vários instrumentos de desenvolvimento territorial no que concerne às estratégias e gestão do território nos diferentes níveis de intervenção (nacional, regional e local), bem como o uso do solo e as condicionantes aplicáveis às variáveis do potencial turístico, que constam dos planos que vinculam as entidades e diretamente os particulares.

4.3.1 Definição do Problema, Questões e Objetivos da Investigação

Para Reto e Nunes (1999) a formulação do problema é o cerne do trabalho científico, no sentido que a partir deste dá-se início ao desenvolvimento da investigação. De forma

semelhante Pardal e Correia (1995) referem que a investigação parte de um problema, que incide sobre um objeto de estudo o qual o investigador pretende compreender ou explicar, e pode ser estudado de forma empírica.

No caso da presente investigação o problema encontra-se relacionado com o tópico potencial turístico de um território, foi definido em contexto profissional e surgiu no âmbito da aplicação das novas regras do PROT Algarve ao concelho de Faro, nomeadamente na sequência da verificação dos seguintes factos:

- a) Toda a região do Algarve, com primazia para os espaços com vocação turística, é suscetível de acolher investimentos turísticos tipo NDT;
- b) Na ausência de pré-delimitação de espaços com vocação turística compete às câmaras municipais nos respetivos termos de referência dos NDT indicar, de forma genérica, as áreas suscetíveis de receber este tipo de investimento ou deixar à consideração da iniciativa privada;
- c) O PROT Algarve define um conjunto de objetivos para o setor do turismo, e em termos de modelo territorial o sistema de turismo a aplicar à região, que se encontram consubstanciados num conjunto de instrumentos de base normativa ou de natureza programática;
- d) Consta do sistema de turismo aplicável à região do Algarve, um conjunto de formas de ocupação turística, de aplicação transversal ao uso do solo consagrado nos planos municipais de ordenamento do território.

Em função do anteriormente exposto foi definido o seguinte problema:

- **Como é que o turismo enquanto fenómeno espacial se relaciona com o planeamento territorial?**

O problema foi posteriormente subdividido em questões chave com a finalidade de orientar a presente investigação, nomeadamente:

- a) Qual o significado de um território ter aptidão, vocação ou potencial turístico?
- b) Será que é possível calcular o potencial turístico de uma dada área? E de que forma?
- c) Os instrumentos de desenvolvimento territorial encontram-se articulados com o potencial turístico de um território?
- d) O planeamento territorial condiciona ou contribui para o desenvolvimento do “território turístico”? De que forma?
- e) Poderá o turismo no território ser planeado de forma autónoma ao planeamento territorial?

Cumulativamente, face à escassa bibliografia disponível sobre o tópico e considerando o referido por Silva (2008: 18) “Com evidência teórica pouco robusta, as hipóteses dão lugar a objectivos de investigação”, foram definidos os seguintes objetivos:

- a) Identificar formas de calcular o potencial turístico, decorrentes da literatura;
- b) Descrever a forma como os instrumentos de desenvolvimento territorial objetivam o turismo nos vários níveis de decisão;
- c) Explorar a importância da articulação entre o turismo e o planeamento territorial como meio de chegar a uma decisão de ocupação turística mais consentânea com a realidade territorial e o seu desenvolvimento.

Em função dos objetivos traçados, dos vários níveis de decisão e escalas de intervenção inerentes ao processo de planeamento, foi imprescindível definir uma área de estudo, sobre a qual veio a incidir a análise. A decisão recaiu no concelho de Faro, face ao

interesse, à data, da sua aplicação prática, de forma a contribuir para uma decisão mais fundamentada sobre o desenvolvimento turístico deste concelho. Mas também, face à facilidade de acesso e qualidade da informação espacial disponível, nomeadamente o PDM digitalizado, bem como o conhecimento dos instrumentos de gestão territorial aplicáveis a este território. Desta forma, foram ainda definidos os seguintes objetivos de aplicação prática:

- Inventariar os recursos com potencial turístico do concelho de Faro;
- Calcular o potencial turístico do concelho de Faro por freguesias e analisar a relação entre este e o uso do solo vigente.

Com os objetivos de aplicação prática pretendeu-se, fundamentalmente, contribuir para o estabelecimento de uma ordem de prioridades de desenvolvimento ou de programação dos investimentos, a realizar no concelho de Faro.

4.3.2 O Método de Investigação

O método consiste, fundamentalmente, num guia da investigação que transparece a estratégia prosseguida, de forma a alcançar os objetivos traçados e, em função do qual são definidas as técnicas de recolha e análise de dados (Pardal e Correia, 1995; Reto e Nunes, 1999). Consta na literatura sobre metodologias de investigação inúmeros métodos e respetivos critérios de classificação contudo, verifica-se que todos eles são passíveis de serem utilizados em função do tipo de investigação e do problema ao qual o investigador pretende dar resposta. Sobre este assunto Pardal e Correia expõem o seguinte:

A discussão sobre a maior ou menor qualidade de um método em relação a outro é frequentemente de pouca utilidade. Qualquer dos métodos tem valor,

resultando o maior ou menor interesse do mesmo, da especificidade do caso em estudo e do momento da investigação. (Pardal e Correia, 1995: 18)

Da mesma forma, Rongère (1975, cit. por Pardal e Correia, 1995:18) refere que “Diversas são as possibilidades de recurso a métodos diferentes ao longo da mesma investigação, conforme se trate da fase de observação, de tratamento de dados ou de explicitação”. Em anexo apresenta-se, uma série de quadros (Anexo 2) que sintetizam algumas das classificações e métodos definidos na literatura, em função de critérios de procedimento, da forma - tipo de colocar o problema e em relação à sua contribuição para o desenvolvimento científico.

Relativamente à presente investigação, considerando as características dos métodos analisados, o facto do problema enunciado ter implicado a análise de informação espacial e a sua caracterização quantitativa, ou seja, a sua transformação em dados numéricos, bem como a análise documental de instrumentos de desenvolvimento territorial, foi adotada uma utilização combinada do enfoque quantitativo e qualitativo este último na parte respeitante às estratégias e gestão do território. Por outro lado, face à incidência num território em particular e respetivo planeamento territorial, foi aplicado o método de *estudo de caso* na modalidade de *exploração*, o qual de acordo com Pardal e Correia (1995) é “de grande utilidade na investigação científica, visa essencialmente abrir caminho a futuros estudos”. Efetivamente, resultou da revisão de literatura a constatação que a análise do turismo ao nível do território tem sido alvo de várias abordagens, nomeadamente a identificação de espaços turísticos em função das suas características físicas, a avaliação do potencial turístico, a análise das atividades existentes, bem como a relação entre o planeamento territorial e turístico. Porém, na presente investigação a análise incide na relação entre turismo e o planeamento territorial, mais concretamente entre a situação existente e a pretendida ao nível do desenvolvimento territorial.

4.3.3 Técnicas de Recolha e Análise de Dados

Em função dos métodos de investigação analisados, e conforme consta da literatura consultada, as técnicas de recolha de dados são os instrumentos que permitem efetivar os métodos e variam em função do tipo de pesquisa. No caso em concreto do método *estudo de caso* os autores Pardal e Correia, referem que:

...o pesquisador pode recorrer a uma grande diversidade de técnicas, facto que tanto pode ser determinado pelo quadro teórico de que se possa ter socorrido e das hipóteses que tenha elaborado, como da especificidade da situação, ou de ambas as condições: inquérito por questionário, entrevista, análise documental, observação participante [...]. (Pardal e Correia, 1995: 22)

Na presente investigação as técnicas de recolha e análise de dados foram distintas em função das duas áreas em análise e suas componentes, ou seja: turismo (avaliação do potencial turístico) e planeamento territorial (estratégias e gestão do território e regime de uso e proteção do solo). Ainda assim, a recolha de dados²¹ foi realizada através da técnica de *análise documental* (atual) que envolveu as fases de recolha de documentos e análise de dados e, por sua vez, foi efetivada através de *análise de conteúdo* (enfoque quantitativo e qualitativo) e *técnicas matemáticas*. Na aplicação da técnica anteriormente referida considerou-se que um documento é toda a impressão deixada num objeto físico por um ser humano, o qual se pode apresentar em diferentes formatos (Bell, 1993, cit. por Calado e Ferreira, 2004/2005). Desta forma, foram utilizados documentos textuais tais como livros, publicações turísticas e agendas culturais, bem como endereços eletrónicos, instrumentos de gestão territorial e plantas temáticas. Os quais foram recolhidos de variadas fontes, a saber: bibliotecas, administração pública, instituto nacional de estatística entre outros. Relativamente à *análise de conteúdo*, desdobrou-se em 3 (três) conjuntos de tarefas, respetivamente: i) redução dos dados; ii)

²¹ De acordo com Flores (1994: 16, cit. por Calado e Ferreira, 2004/2005) “Um dado suporta uma informação sobre a realidade, implica uma elaboração conceptual dessa informação e o modo de expressá-la que possibilite a sua conservação e comunicação.”

apresentação dos dados; iii) conclusões. (Miles e Huberman, 1984b, cit. por Flores, 1992) Face à especificidade de cada uma das áreas em análise apresenta-se de seguida os procedimentos realizados.

No que respeita ao “território turístico” começou-se por desagregar o índice do potencial turístico do método de Cerro (1992) e iniciou-se com a recolha de informação relativa a recursos, acessibilidades e equipamentos, existentes em cada uma das freguesias do concelho de Faro. Quanto ao fator recursos procedeu-se à inventariação dos recursos, organizados por 4 (quatro) categorias subdivididas por tipos e sub tipos de recursos e, tabelados numa matriz de recursos elaborada a partir do exemplo de Mill e Morrison (1992) e da matriz de O.E.A e SUDAFRICA E VARESE (Cerro, 1993). A recolha de informação sobre este fator realizou-se entre outubro a dezembro de 2010 e foram utilizadas diversas fontes de informação e 2 (dois) tipos de pesquisa, nomeadamente:

- Bibliográfica, reportada fundamentalmente a base documentais, publicações turísticas com informação do concelho de Faro, agendas culturais (2010) e outras da autoria da Câmara Municipal de Faro, relatório de avaliação do PROT Algarve (2009), bem como informação espacial, nomeadamente Carta Militar, Carta Arqueológica de Faro, planta síntese - ordenamento do PDM de Faro, Plano Verde de Faro, cartografia do POPNRF nomeadamente volume I (cartas 9, 10, 12, 18, 18A) e volume III (carta 1), planta síntese do Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) Vilamoura - V.R.S. António;
- Empírica, relacionada com as páginas Web da Câmara Municipal de Faro, Juntas de Freguesia (Sé, São Pedro, Montenegro, S.B. Nexe), Casa do Povo da Conceição de Faro, Turismo de Portugal, Algarve Digital, Turismo do Algarve, Associação Turismo do Algarve, Instituto de Habitação e da Reabilitação

Urbana - Monumentos, bem como trabalho de campo de verificação do levantamento dos recursos.

Se por um lado, a pesquisa bibliográfica foi um importante auxílio ao nível da inventariação dos recursos e identificação do seu grau de importância para o atrativo do concelho de Faro (Cerro, 1993) para a sua avaliação foi utilizada a pesquisa empírica, nomeadamente os dados retiradas das várias fontes Web. No que concerne aos dados referentes às acessibilidades, foram analisadas as seguintes fontes bibliográficas: o Plano Rodoviário Nacional 2000, o Plano Rodoviário Municipal de Faro (1995), o Plano de Mobilidade Sustentável de Faro e o relatório 7- Sistemas de Transporte do PDM de Faro (1995). Já os dados relativos ao fator equipamentos foram recolhidos fundamentalmente de duas fontes, a saber: Câmara Municipal de Faro, sobretudo do relatório de avaliação do Plano Diretor Municipal; e Instituto Nacional de Estatística (INE) no que respeita ao alojamento. Importa ainda referir que os equipamentos recreativo-desportivo reportam-se a: auditórios, bibliotecas, espaços de internet, cinema, teatros e salas de espetáculos, parques temáticos e outros, galerias, grande/pequeno campo, campo de ténis, pavilhão desportivo, piscina coberta, pista de atletismo, ginásio/centro com sala gimnodesportiva e outros tais como circuitos de manutenção. A restauração: restaurantes, snack-bar, churrascaria, pizzaria e casa de pasto. E finalmente, o equipamento comercial ao número de alvarás de utilização emitidos para comércio pela Câmara Municipal de Faro (no período de 1990- 2010). Todos os dados com tradução espacial foram mapeados através do software livre de *SIG – Kosmo gv SIG Quantun GIS*, tendo sido utilizada a delimitação administrativa do concelho de Faro que consta do PDM de Faro (1995).

A informação relativa aos instrumentos de desenvolvimento territorial foi recolhida entre janeiro a março de 2011, maioritariamente online do Diário da República, das

páginas oficiais das entidades com responsabilidades na elaboração destes instrumentos (Apêndice 1) e reporta-se à década de 2000-2010, ou seja os instrumentos vigentes neste período. Face à quantidade expressiva destes documentos e a sua diferenciação em função do objeto, bem como da transversalidade ao turismo, foram organizados em quadros síntese por nível de intervenção (nacional, regional e local), por tipologia (estratégias, planos, programas, orientações e outros) e em função de 3 (três) grupos de instrumentos (Quadro 4.1), nomeadamente:

- i. Instrumentos estratégicos relativos a setores transversais ao turismo;
- ii. Instrumentos cujo único objeto é o turismo;
- iii. Instrumentos de gestão territorial.

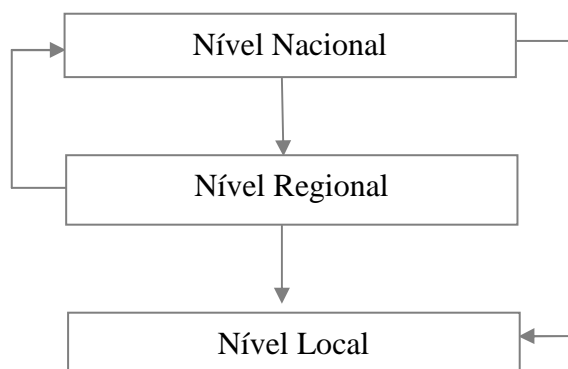
Quadro 4.1 – Tipo de instrumentos de desenvolvimento territorial recolhidos

	Nível Nacional - Portugal	Nível Regional - Algarve	Nível Local - Faro
i	Estratégias, planos, programas e orientações	Estratégias, planos, programas e edições da CCDR Algarve	Estudos, planos e cartas municipais
ii	Planos e programas	Planos, projetos da iniciativa do Turismo do Algarve	
iii	Planos (PNPOT, sectoriais e especiais)	Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve	Plano Diretor Municipal de Faro

Fonte: Elaboração própria

A ordenação por nível de intervenção resulta do facto de serem instrumentos vinculativos, ou seja, o que for definido no nível nacional é posteriormente transposto para o nível regional e sequencialmente para o nível local, verificando-se inclusive que existem planos que definem orientações diretamente do nível nacional para o local e inclusive do nível regional para o nacional (Figura 4.2).

Figura 4.2- Conexão entre as escalas de planeamento nacional, regional e local



Fonte: Elaboração própria

Todos os instrumentos recolhidos foram sujeitos a uma pré avaliação no que concerne às orientações gerais para o turismo e para o concelho de Faro. Nesta fase foram eliminados todos os que não dispunham de qualquer tipo de orientação relativa ao turismo, bem como os que se encontravam em elaboração/revisão ou que não foi possível obter informação. Dos instrumentos selecionados para a análise foi recolhida informação sobre as estratégias com aplicabilidade no setor do turismo e produtos/tipologias de turismo propostos, a qual foi posteriormente apresentada de forma descritiva através de tabelas síntese e organizada por grupos de instrumentos.

Finalmente, foi analisado o regime de uso e proteção do solo, relativamente às variáveis dos fatores do potencial turístico de Leno Cerro, que implicou a recolha dos elementos desenhados dos planos especiais e municipais com incidência no concelho de Faro, junto das entidades competentes pela sua elaboração (Quadro 4.2).

Quadro 4.2 – Informação documental relativa ao regime de uso e proteção do solo

Planos		Entidades	Plantas
Especiais	Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) Vilamoura - V. R. S. António	ICNB	Planta de Síntese - folha 1,2 (shapefile)

Quadro 4.2 – Informação documental relativa ao regime de uso e proteção do solo
(cont.)

	Plano de Ordenamento do Parque Natural da Ria Formosa (POPNRFF)	PNRFF	Planta de Síntese - folha 1 (JPEG)
Municipais	Plano Diretor Municipal (PDM) de Faro	Câmara Municipal de Faro	Planta de Ordenamento Síntese (shapefile)
			Planta de Condicionamentos (shapefile)
			Planta de Condicionantes – REN (shapefile)
			Planta de Condicionantes – RAN (shapefile)

Fonte: Elaboração própria

Cada um dos fatores do índice de Leno Cerro foi analisado relativamente às plantas e proposta normativa dos planos acima identificados. No caso das variáveis dos fatores com tradução especial, procedeu-se à sua sobreposição, em ambiente KOSMO, com as propostas desenhadas dos planos (Quadro 4.2). Para cada um dos planos foi elaborado uma tabela com informação relativa à classificação, qualificação e regimes de proteção com incidência nos fatores em análise, sempre que aplicável, e os dados espaciais traduzidos para numéricos.

4.4 Avaliação da Metodologia

Procurou-se através da metodologia definida analisar a relação existente entre o turismo enquanto fenómeno espacial e o planeamento territorial, considerando o potencial turístico de um território e a sua relação com as estratégias e uso do solo. Para tal foi aplicado o método *estudo de caso* sobre o qual muitos autores se têm debruçado ao nível do conceito, tipos, propósitos, técnicas de recolha e análise de dados (Veal, 1997;

Pardal e Correia, 1995), nomeadamente no âmbito do aprofundamento da importância das metodologias qualitativas e quantitativas nas ciências sociais. Contudo, tem sido a corrente positivista aquela que mais tem criticado a sua aplicação, por o considerar não rigoroso, permissivo a enviesamentos por parte do investigador e não generalizável (Reto e Nunes, 1999; Pardal e Correia, 1995). Por outro lado, este método tem sido recorrentemente associado ao enfoque qualitativo (Reto e Nunes, 1999; Veal, 1997) e a um conjunto de características pouco valorizadas, como seja a utilização de quadros teóricos e o seu carácter prático – utilitário (Pardal e Correia, 1995). Ainda assim, de acordo com os autores anteriormente citados, cada vez mais existem evidências da utilidade e rigor deste método desde que consubstanciado por um quadro teórico de referência, por uma metodologia e por técnicas de recolha e análise de dados diferenciadas.

Constata-se, desta forma, que a questão mais penalizadora da presente metodologia relaciona-se com o facto dos resultados puderem não ser generalizáveis ou representativos. O que resulta das próprias características do método aplicado, mas também da especificidade do planeamento territorial, cujos dados relativos às estratégias e uso do solo, alteram em função dos períodos de vigência fixados nos planos e das agendas políticas. Cumulativamente, a investigação cinge-se à análise do modelo atual de organização do território em Portugal, sendo que a maior parte dos instrumentos de gestão territorial atualmente vigentes, nomeadamente os PDM que disciplinam o uso do solo, denominados de planos de 1.ª geração, foram elaborados de forma discricionária no que respeita às categorias de espaços, ou seja, áreas com as mesmas características podem ter distintas categorias em função do concelho. Ainda assim salienta-se o facto da alteração ao uso do solo dispor atualmente de um carácter excecional e ser sujeito a validação técnica, bem como o facto da presente investigação

ter carácter exploratório. Outra das questões a reter refere-se à inexistência de bases de dados quer da parte territorial como dos vários instrumentos de planeamento, o que exigiu muita disponibilidade em termos temporais para encetar a pesquisa empírica e a pré consulta dos documentos. Além das dificuldades de acesso a grande parte dos instrumentos de desenvolvimento e da sua disponibilidade em formato vetorial, o que dificulta sobremaneira a análise de mais que uma área estudo.

4.5 Conclusão

O facto do problema da investigação ter sido definido em contexto profissional determinou, como primeira preocupação, o enquadramento teórico do tópico, bem como a verificação, face à literatura existente, da oportunidade do seu desenvolvimento em termos de investigação científica. Nesta sequência verificou-se que a análise do turismo enquanto fenómeno espacial tende a ser realizada via integração em áreas mais vastas do conhecimento, nomeadamente da geografia e de certa forma da economia, com enfoque fundamentalmente na oferta, procura e localização de espaços turísticos. Já ao nível temático a maior aproximação ao planeamento territorial surge no processo de planeamento turístico, no que concerne à análise da sua concordância com o uso do solo, por outro lado no planeamento territorial o turismo é entendido enquanto elemento sectorial. Desta forma, na definição da metodologia, o maior desafio consistiu na identificação da forma de conjugar duas áreas do conhecimento, que tendem a ser analisadas/aplicadas de forma autónoma de forma a produzir um conhecimento agregado. E simultaneamente ir mais além no saber atual, dando resposta à questão prática, através do estudo do tópico de forma empírica. Mas também na conjugação da finalidade da investigação fundamental com a aplicada, ou seja, contribuir para o aprofundar da importância da análise entre o turismo enquanto fenómeno espacial e o

planeamento territorial e, simultaneamente, dotar o concelho de Faro de um documento que definisse, o seu efetivo potencial, as fragilidades existentes entre este potencial e o atual normativo territorial, sobretudo o que se encontra materializado nos planos especiais e municipais.

Em suma, de forma a dar resposta aos desafios encontrados a presente investigação em termos metodológicos pautou-se pela conjugação do enfoque quantitativo e qualitativo, e pela aplicação do método *estudo de caso – exploratório*. A recolha de dados centrou-se na *análise documental* (atual) relativa ao “território turístico” e respetivos instrumentos de desenvolvimento territorial e, a análise dos dados foi realizada através de técnicas de *análise de conteúdo e matemáticas*.

PARTE IV – ANÁLISE DE DADOS

Capítulo V. ESTUDO DE CASO: O CONCELHO DE FARO

5.1 Introdução

O presente capítulo reporta-se à análise de dados e inicia com um breve enquadramento do concelho de Faro em termos de localização geográfica, sua infraestrutura turística comparativamente ao Algarve, e indicação das áreas onde o uso turístico tem tido alguma expressão. Sequencialmente e em função da abordagem efetuada ao problema, a análise incidiu em três componentes, a saber: a primeira de âmbito institucional, relacionada com as estratégias e a gestão do território aplicáveis ao turismo e que constam dos instrumentos elaborados nos últimos dez anos, com incidência nacional, regional e local; a segunda relativa às características físicas do território e à avaliação do seu potencial turístico através do método de Cerro (1992) adaptado ao objeto a analisar; e finalmente, a análise das variáveis relativas aos fatores considerados na avaliação do potencial turístico, no que respeita ao uso do solo e suas condicionantes que constam dos planos que vinculam as entidades e diretamente os particulares.

A partir destas componentes aplicadas a uma área estudo, procurou-se analisar, “o que queremos” em termos estratégicos para o setor do turismo, “o que temos” no que concerne ao potencial turístico de um território, e efetivamente “o que podemos fazer”, face ao planeamento territorial do concelho de Faro. Ou seja, entender a forma como o turismo enquanto fenómeno espacial se relaciona com o planeamento territorial.

Por outro lado, através da primeira componente pretendeu-se demonstrar o carácter transversal do turismo nos vários instrumentos estratégicos existentes de ordenamento do território e do urbanismo, nomeadamente os instrumentos de desenvolvimento

territorial (PNPOT, plano regional), de política sectorial (recursos hídricos, ordenamento florestal, rede natura, portos), de natureza especial (áreas protegidas, orla costeira) e planeamento do território (Plano Diretor Municipal). E nas outras duas componentes a relação entre os fatores que foram considerados como determinantes do potencial turístico de um território e a sua programação, ou seja os elementos que caracterizam o “território turístico” e o planeamento territorial.

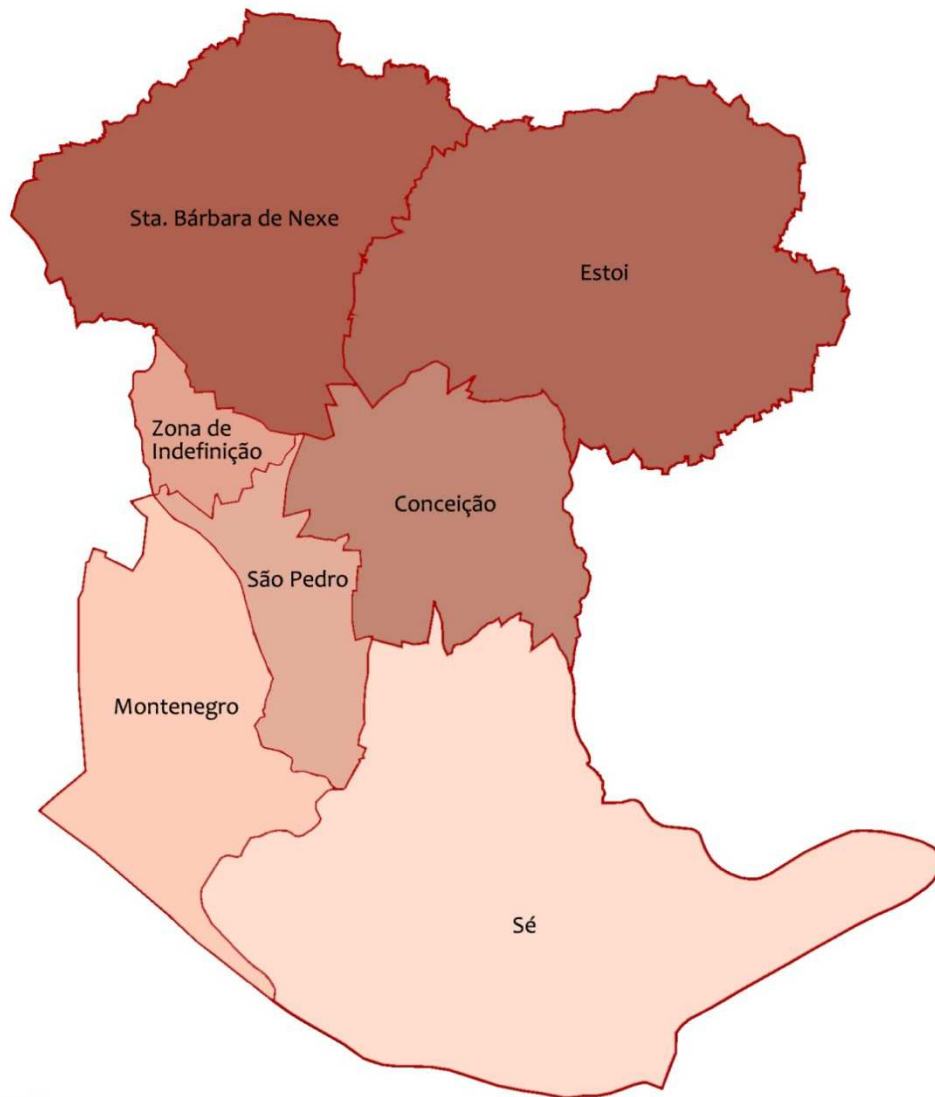
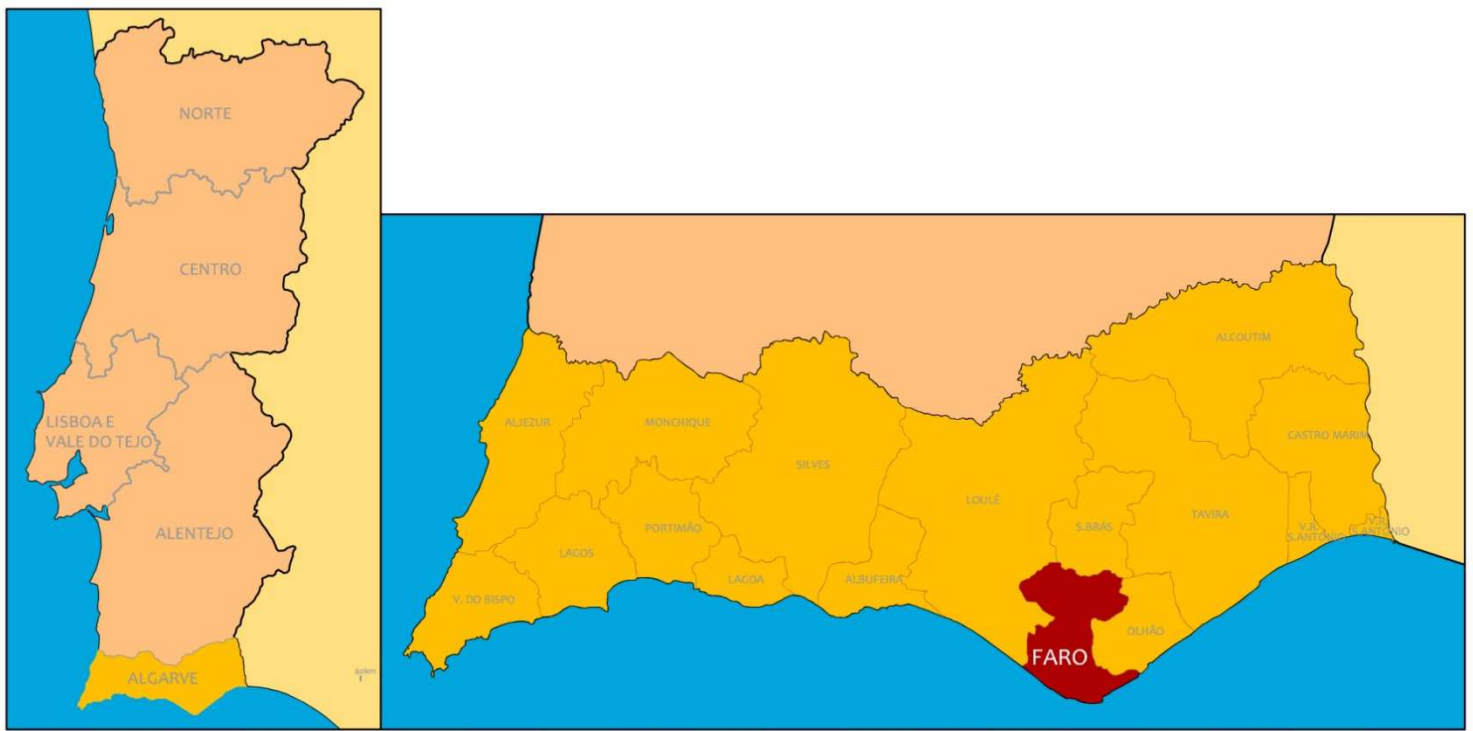
5.2 O Espaço Geográfico e Económico do Concelho de Faro

O concelho de Faro localiza-se a sul de Portugal, na parte central da Região do Algarve (NUT II e NUT III), no denominado Sotavento Algarvio, e têm uma área oficial de 201,6 Km² (não oficial - 203,91 Km²) repartida pelas seguintes freguesias: Sé (62,58 Km²), São Pedro (10,98 Km²), Montenegro (23,73 Km²), Conceição de Faro (21,80 Km²) adiante identificada de Conceição, Estoi (46,58 Km²) e S. Barbara de Nexe (38,25 Km²) (Figura 5.1 - Planta de Localização do concelho de Faro). De salientar que cada uma das freguesias apresenta uma identidade diferenciada. No caso da Sé e S. Pedro a sua história encontra-se sobretudo associada à cidade de Faro, anteriormente denominada de *Ossonoba* e que foi um dos mais importantes centros urbanos na época romana (Malobbia, 2009). Montenegro foi elevada a freguesia em 1997 e de acordo com o Plano de Urbanização de Montenegro Gambelas (2000: 14) “ O lugar de Montenegro apresenta um conjunto de registos históricos que permitem perceber a existência de um passado rico e fortemente personalizado face à cidade de Faro”, em termos económicos destacam-se as atividades ligadas à ria e à agricultura. Já Conceição, Estoi e S.B. Nexe, foram elevadas a freguesia entre os séculos XV e XVI. A freguesia da Conceição encontra-se sobretudo associada à atividade agrícola face à incidência da *Campina de Faro*, e a freguesia de Estoi às ruínas romanas de *Milreu* e,

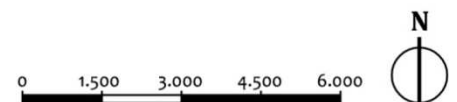
ao Palácio de Estoi atualmente transformado em pousada. Finalmente, a freguesia de S. B. Nexe por integrar o barrocal algarvio destaca-se pelas culturas mediterrâneas de sequeiro, bem como pelos moinhos de vento. Em termos populacionais e segundo os censos de 2001, as freguesias de Sé e S. Pedro são as que apresentam mais habitantes (hab.), respetivamente 28 546 hab. e 12 761 hab., seguindo-se Montenegro com 5 336 hab., Conceição com 3 751hab., Estoi com 3 538 hab. e S. B. Nexe com 4 119 hab..

Apesar de localizar-se no Algarve e poder ser entendido como a porta de entrada de turistas nesta região via aérea, uma vez que ali se encontra implantado o Aeroporto Internacional de Faro, nunca foi reconhecida vocação turística ao concelho de Faro, ficando-se por uma forte especialização ao nível dos serviços (PDM de Faro, 1995). Ainda assim é um concelho com alguma riqueza patrimonial e natural, respetivamente o núcleo histórico e a Ria Formosa, é servido pelas principais vias existentes na região, caso da Via do Infante, EN 125 e por meio de transporte ferroviário. Conta ainda com um importante conjunto de equipamentos, alguns de importância regional e inclusive nacional, como é o caso do Aeroporto, da Universidade do Algarve, do Estádio do Algarve e do Teatro Municipal.

No que concerne à infraestrutura turística, dispõe de 2% da capacidade de alojamento do total existente no Algarve, acolhe aproximadamente 2% das dormidas na região, 5% dos hóspedes e a estada média (n.º noites) é de 1,8 enquanto na região é 4,7. Relativamente aos hóspedes, considerando os países da união europeia a maioria são portugueses, seguindo-se os ingleses e os espanhóis (Anexo 3). Ainda assim, Faro tem-se vindo a afirmar enquanto produto cultural complementar àquele que é o principal motivo de visita ao Algarve o “sol e praia” (Ferreira, 2003; Águas, 1998).



Legenda:
Limite freguesias —



Fontes:
Divisão Administrativa (PDM Faro 1995)

Planimetria:
Elipsóide de Hayford Dtum 73
Altimetria:
Datum do Marégrafo de Cascais

FIGURA 5.1

PLANTA DE LOCALIZAÇÃO DO CONCELHO DE FARO

Data da edição: Junho 2011

Do ponto de vista do turismo no território importa referir: a Ilha de Faro onde se implantou na área desafetada do Domínio Público Marítimo (Decreto – Lei n.º40 718 de 8 de agosto de 1956), um conjunto considerável de residências secundárias ligadas ao turismo de “sol e praia” e, o único Parque de Campismo existente no concelho (atualmente encerrado); a freguesia de S. B. Nexe que dispõe atualmente de uma importante componente de turismo imobiliário, exemplo a Quinta das Raposeiras; e a previsão da criação de dois NDT, sem localização espacial prévia mas aplicáveis às freguesias de Montenegro (NDT do Litoral) e Conceição, Estoi e S. B. Nexe (NDT Barrocal/Campina).

5.3 A Componente Institucional: As Estratégicas e a Gestão do Território

Nesta componente a análise incidiu nas indicações gerais para o turismo que resultam dos instrumentos de desenvolvimento de áreas transversais e exclusivos a este setor, bem como dos instrumentos de gestão territorial, com aplicabilidade na definição da estratégia turística e no planeamento do território do concelho de Faro. Da recolha de informação resultou um total de 94 instrumentos de desenvolvimento dos quais 59,57% (Tabela 5.1 e Apêndice 2) referem-se ao turismo no que respeita às características do setor e orientações. A maior parte dos documentos analisados, e que dispõem de referências ao turismo, são planos e programas relativos a setores transversais ao turismo. Por outro lado, existe uma preponderância de instrumentos de desenvolvimento no nível nacional em detrimento dos restantes níveis de intervenção, destacando-se o facto de no nível local apenas ter sido analisado o PDM (Apêndice 2).

Tabela 5.1 – Total dos instrumentos de desenvolvimento analisados (%)

Instrumentos de desenvolvimento	Estratégias	Planos	Programas	Orientações	Outros	Total (%)
Setores transversais ao turismo	14,29	14,29	17,86	3,57	8,93	58,93
Objeto: turismo	0,00	8,93	10,71	0,00	5,36	25,00
Gestão territorial	1,79	14,29	0,00	0,00	0,00	16,07
Total (%)	16,07	37,50	28,57	3,57	14,29	100,00

Fonte: Elaboração própria.

Para efeitos da análise de conteúdo dos instrumentos de desenvolvimento selecionados a informação foi reduzida às estratégias e produtos/tipologias de turismo, por grupos de instrumentos e níveis de intervenção e os dados organizados por tabelas síntese (Apêndice 3).

Importa referir que no nível nacional, sobressai o facto dos instrumentos, aludirem a caracterizações sumárias dos impactes do turismo, bem como às potencialidades e debilidades de Portugal e das suas regiões ao nível do desenvolvimento turístico. Por outro lado, alguns dos planos, quer no âmbito estratégico como de gestão do território enunciam disposições diretamente aplicáveis às regiões e em concreto ao Algarve. Os impactes reportam-se aos potenciais conflitos entre usos, às implicações da utilização dos recursos naturais, à perda de biodiversidade, à penalização no dimensionamento dos sistemas de abastecimento de água e à taxa de regularização na origem, mas também à importância do turismo enquanto possível agente de aplicação de medidas mitigadoras das alterações climáticas. De acordo com estes instrumentos de desenvolvimento, em Portugal as principais regiões turísticas são o Algarve, Lisboa e Madeira, e o principal produto é o “sol e mar” orientado para procuras maciças e, caracterizado pela grande concentração de alojamento, competindo quase sempre apenas pelo preço. É ainda feita

referência ao facto dos “produtos turísticos” serem pouco diversificados e estruturados, existir uma quase ausência de produtos de maior valor acrescentado, uma fraca estrutura empresarial e recursos humanos pouco qualificados. A acrescer a estas dificuldades o facto de Portugal ter um mercado interno pequeno, encontrar-se dependente de um reduzido número de mercados externos, não proteger e valorizar o seu património natural e cultural e, apresentar uma elevada sazonalidade e limitações nas ligações aéreas. Os aspetos positivos reportados encontram-se fundamentalmente relacionados com a natureza territorial, como seja, o clima e a luz, a qualidade paisagística e o património natural, bem como aspetos sociais tais como a hospitalidade, mas também a segurança, o património cultural (cultura e tradição) e patrimonial, a história, uma “diversidade concentrada”, a emergência de novas áreas de negócio (ecoturismo) e a qualidade do alojamento em *resorts* e na hotelaria tradicional.

Do ponto de vista da estratégia, os instrumentos relativos aos setores transversais ao turismo e de gestão do território, identificam a potenciação do turismo enquanto fator de resolução de algumas das fragilidades territoriais, caso da desertificação interior e do abandono progressivo dos territórios. Mas também como mais-valia económica em atividades que se encontram em regressão, caso da pesca e da agricultura, bem como elemento gerador da conservação da natureza, da biodiversidade e do património cultural e, como fator de sustentabilidade das áreas protegidas. As tipologias de turismo propostas entram em linha de conta com o anteriormente referido, como seja, o turismo de natureza, o turismo rural, o turismo náutico e o turismo cultural. Neste nível o lazer é indexado, além dos turistas aos residentes, e é feita referência à necessidade da definição de modelos de desenvolvimento turísticos, para as áreas protegidas, “destinos turísticos” e, para a qualificação dos “produtos turísticos”, entendidos enquanto *clusters*,

nomeadamente o produto do turismo oceânico, além da necessária articulação entre o turismo e as políticas ambientais e de ordenamento do território.

De forma muito similar, nos instrumentos cujo único objeto é o turismo, este é entendido como uma “ferramenta” no apoio ao desenvolvimento económico, social e ambiental nos níveis, nacional e regional. A estratégia para o turismo nestes instrumentos passa fundamentalmente pela estruturação da oferta turística (competitividade, qualificação, diversificação, inovação), bem como pela dinâmica empresarial (funcionamento em rede, transferência de conhecimento e tecnologia para as empresas), qualificação dos recursos humanos e dinamização da procura através de novas formas de promoção. Ainda assim é referida a necessidade do setor do turismo ser alvo de um processo de planeamento, de uma organização institucional adequada e dispor um sistema de informação sobre o setor. Para o Algarve a orientação passa pela qualificação/diversificação do “produto turístico” (requalificação do produto “sol e mar”) e respetivos serviços e, assim como pela integração dos produtos tradicionais na cadeia de valor do turismo. Mas também, pela definição de zonas de interesse turístico, gestão das dinâmicas do mercado imobiliário, requalificação/reabilitação de urbanizações e conjuntos turísticos obsoletos, utilização do mar enquanto suporte do modelo turístico e valorização/uso sustentável dos recursos naturais, patrimoniais e a proteção da orla costeira.

Também no nível regional os instrumentos de desenvolvimento apresentam caracterizações sumárias sobre os aspetos positivos e negativos do turismo na região do Algarve. Os aspetos positivos relacionam-se essencialmente com as características físicas do território e dos seus recursos, como seja, o clima, o mar e a paisagem. Dos aspetos negativos é elencada a fraca articulação da cadeia de valor do turismo e deste com as atividades adjacentes, a existência de novos produtos mas ainda pouco

estruturados (turismo de natureza), a associação do turismo ao desenvolvimento urbanístico, sobretudo, à componente imobiliária (2.^a residência) e a forte sazonalidade em resultado do produto “sol e praia”. Cumulativamente, é referido que o modelo territorial atual é desequilibrado, traduz-se numa forte ocupação do litoral e no abandono das restantes áreas, numa malha urbana desequilibrada e na inflação dos valores de solo em função do mercado imobiliário de 2.^a residência.

No que concerne à estratégia para o Algarve, de acordo com os instrumentos relativos aos setores transversais ao turismo e de gestão do território, assenta na diversificação e qualificação do *cluster* turismo-lazer, na integração de produtos tradicionais e relacionados com o mar e a náutica. Bem como no desenvolvimento turístico das áreas do interior, qualificação do litoral e do território urbano e rural, no respeito pelo ambiente, património natural, cultural e valores paisagísticos. Ao nível dos instrumentos cujo único objeto é o turismo, a estratégia de desenvolvimento passa essencialmente pela intervenção nos mercados emissores e na oferta (produtos, zonas de interesse turístico, serviços e recursos humanos, eventos e animação, promoção).

Das opções estratégicas que emanam do nível regional verifica-se que todos os documentos que se referem ao turismo de forma sectorial e que apontam o turismo como estratégia a prosseguir na região, apesar de traçarem orientações para o concelho de Faro, nenhum o faz no que concerne à atividade turística especificamente. Todavia, no que respeita aos instrumentos de gestão do território, alguns dos planos de nível nacional, como é o caso do plano da Rede Natura 2000 (plano sectorial), bem como o POOC e o POPNRF (planos especiais), por incidirem em área do Parque Natural da Ria Formosa (PNRF) contêm disposições aplicáveis diretamente a este concelho, seguindo-se o PROT Algarve e o PDM de Faro.

Em termos estratégicos/orientações a Rede Natura 2000 estabelece para o PNRF, como orientação de gestão, a promoção do uso sustentável dos recursos, principalmente pelas atividades de turismo, recreio e lazer. O POOC Vilamoura – V.R.S. António no solo rural afeto à área terrestre remete para o turismo em espaço rural aplicável às edificações existentes, para a zona lagunar define um conjunto de regras relativas à circulação nos canais e utilização das praias e para as ilhas barreira estabelece a elaboração de projetos de intervenção e requalificação, bem como a elaboração de plano de pormenor para a Praia de Faro. O POPNRF define regimes de proteção distintos para a área terrestre e área costeira e lagunar, mas promove para a totalidade da sua área de intervenção o turismo de natureza (turismo de habitação, turismo no espaço rural, parques de campismo e caravanismo) com aplicação a edificações existentes apesar de também permitir outras tipologias de empreendimentos desde que as suas áreas urbanizáveis se situem fora do PNRF. Define ainda um conjunto de regras para a navegabilidade nos canais do PNRF, que veio alterar as definidas anteriormente pelo POOC, mas nas áreas edificadas das ilhas barreira remete para a aplicação deste plano especial.

Por sua vez o PROT Algarve, ao nível do modelo territorial aplicável ao sistema de turismo, define um modelo de desenvolvimento e ocupação turística assente num conjunto de formas de ocupação (NDT, EOT, EHI, Imobiliária Turística e de Lazer, TER, turismo em perímetros urbanos) e remete para a importância do Golfe, do turismo náutico e do turismo de natureza. Algumas destas formas de ocupação já foram transpostas para o PDM de Faro (NDT, EHI, imobiliária e turismo de lazer via NDT e TER) as restantes reverterão no processo de revisão deste plano. Este plano regional definiu ainda o número de novas camas turísticas aplicáveis aos EHI num total de 5 580 camas para o Algarve das quais 160 camas para o concelho de Faro, foi ainda

estabelecido o número de camas para os NDT, por unidade territorial, respetivamente de 8 400 camas para a Unidade Litoral Sul e Barrocal onde se insere o concelho de Faro. Para terminar, no nível local o PDM de Faro define algumas orientações/linhas estratégicas relativas a um apoio seletivo ao desenvolvimento do turismo e, refere que:

- Faro faz parte dos concelhos da Ria que, pelo seu afastamento e difícil acesso ao cordão litoral, tem mantido uma fraca expansão dos empreendimentos turísticos;
- Com exceção da freguesia de Santa Barbara de Nexe e, a zona do Pontal, os *aldeamentos* turísticos e os empreendimentos imobiliários ligados ao turismo, não tem tido no concelho a expressão que atingiu na generalidade dos concelhos do litoral.

Como orientação geral o PDM de Faro estabelece a contenção do imobiliário turístico, dos *aldeamentos* e da dispersão das moradias de ocupação temporária, e privilegia: as infraestruturas hoteleiras convencionais (hotéis urbanos ou em zonas rurais); os *aldeamentos* turísticos em áreas delimitadas e desde que devidamente infraestruturadas e equipadas pelos promotores; as infraestruturas e equipamentos de apoio ao turismo (pavilhão de congressos, área de feiras e exposições, Porto de Recreio); a dinamização cultural da cidade através da criação de pequenos núcleos de animação (núcleos de multimédia da Câmara Municipal, núcleos museológicos); e o aproveitamento cultural e turístico do Palácio de Estoi. Ainda de acordo com o relatório deste plano (1995: 35) “(...) o concelho e a cidade diferenciam-se pelo tipo de infraestruturas hoteleiras que dispõem, pela baixa oferta de alojamento e pelas características de utilização, sazonalidade menos acentuada do número de dormidas relativamente à média distrital.” Cumulativamente é referido que Faro não possui um turismo de praia, e que face à sua função de centro administrativo e de serviços, a sua vocação turística está mais relacionada com o turismo de negócios, congressos, cultural e profissional. Contudo,

também refere que face às potencialidades do concelho no que concerne às suas condições paisagísticas, ecológica e climáticas, nomeadamente a Ria Formosa e a Zona dos Cerros, apresenta condições naturais potenciais para uma utilização cultural, turística e de recreio e lazer. Antes da adaptação do PDM ao PROT Algarve, este plano identificava duas áreas para implementação de projetos turísticos, respetivamente a Palhagueira na freguesia de S.B. Nexe e o Pontal na freguesia de Montenegro, ambas incidiam em solo rural sujeitas a unidade operativa de planeamento e gestão (UOPG), contudo nenhuma destas áreas foi concretizada e as UOPG foram recentemente revogadas. O PDM de Faro em termos de ordenamento turístico aponta para as seguintes estratégias:

- A criação de novas unidades hoteleiras na cidade de Faro, Gambelas e Estoi e a requalificação do Parque Hoteleiro urbano;
- O desenvolvimento turístico e cultural dos núcleos históricos de Faro e Estoi;
- A diversificação das unidades turísticas e a sua integração urbana e paisagística, bem como a construção de dois novos parques de campismo, na zona de Gambelas e S. Barbara de Nexe;
- Potenciação da utilização da Ria Formosa e das relações entre esta e a cidade.

Em suma, a estratégia turística do concelho de Faro encontra-se muito relacionada com o planeamento e ordenamento do território que consta do PDM de Faro, e que desta forma serviu de base para o desenvolvimento turístico do concelho, nomeadamente no que respeita à questão das infraestruturas, qualidade ambiental e a preservação dos recursos existentes.

5.4 A Componente Económica e Territorial: O Potencial Turístico

5.4.1 A Avaliação do Potencial Turístico pelo Método de Leno Cerro

Para aferir a potencial turístico do concelho de Faro, considerou-se que os recursos são a matéria-prima do turismo e a sua análise permite definir o potencial turístico de um lugar, aos quais acrescem outros fatores, tais como infraestruturas de apoio (Vera *et al.*, 1997; Cerro, 1993). Desta forma, face aos objetivos definidos e o facto do índice do potencial turístico de Cerro (1992) recair na avaliação dos recursos em função do seu interesse turístico, bem como nas infraestruturas de apoio (acessibilidades e equipamentos) da área a analisar, foi aplicado este índice na determinação do potencial turístico do concelho de Faro. Por outro lado, uma vez que nem todos os locais dispõem de condições para se desenvolverem em termos turísticos (Gunn, 2002 e 1988) face à existência ou não de características únicas, entre outros fatores, e que o próprio PDM de Faro apresenta distintas abordagens para as várias freguesias do concelho, ao que acresce o facto de serem unidades estatísticas, considerou-se como sub área geográfica de análise a freguesia. Desta forma, procedeu-se ao cálculo do potencial turístico do concelho de Faro por freguesia através da seguinte equação:

$$IPT_i = \alpha Fr_i + \beta Fa_i + \delta Fe_i \text{ em que,} \quad (1)$$

IPT_i = Índice de potencialidade turística da freguesia “i”;

Fr_i = Valor do fator recursos da freguesia “i”;

Fa_i = Valor do fator acessibilidades da freguesia “i”;

Fe_i = Valor do fator equipamentos da freguesia “i”;

α, β, δ = coeficientes de ponderação.

Sobre este índice importa referir que os coeficientes de ponderação foram estimados por Leno Cerro em função do nível de intervenção humana dos fatores em causa, tendo sido

definido para o fator recursos o valor mais alto $\alpha = 1,50$, porque na sua inexistência a sua criação é mais difícil, seguindo-se o fator acessibilidades $\beta = 1,25$, uma vez que, este pode ser melhorado mas é impossível reduzir as distâncias físicas, e, finalmente, o fator equipamentos $\delta = 1,00$, cuja concretização depende inteiramente da iniciativa humana. Ainda no que concerne aos fatores, de acordo com Cerro (1992) quando se pretendem comparar diferentes áreas os dados absolutos não permitem compreender efetivamente as diferenças do potencial turístico, desta forma o autor, sugeriu a utilização de valores relativos. Ou seja, aquilo a que denominou de coeficiente relativo de localização que consiste na ponderação dos resultados absolutos relativamente ao melhor resultado da área em análise. Todos os fatores foram convertidos numa escala de 0 a 100 valores.

5.4.1.1 O Fator Recursos

Iniciou-se a aplicação do índice de Leno Cerro com a inventariação dos recursos existentes no concelho de Faro, posteriormente agrupados por categorias e por freguesia (Tabela 5.2) e transpostos para um mapa temático digital. Na elaboração do inventário foram consideradas as categorias e respetivas sub categorias de recursos propostas por Cerro (1992), Vera *et al.* (1997), OMT (1998), Valls (2004) e Agência do Arade (2005), respetivamente:

- Recursos naturais;
- Recursos patrimoniais e históricos;
- Recursos etnográficos, artesanais e gastronómicos;
- Eventos e acontecimentos programados.

Contudo, importa esclarecer que os recursos que pelas suas características são transversais aos limites espaciais das freguesias nomeadamente rio/ribeiras, percursos, aquíferos, gastronomia e personalidades, apesar da sua inventariação (Apêndice 4) não foram contabilizados no cálculo do fator recursos, uma vez que se assumiu que a sua importância é transversal a todo o concelho. Ainda assim resultou um total de 624 recursos (Tabela 5.2) dos quais se destaca os patrimoniais e históricos (50,00%), bem como a concentração de recursos nas freguesias da Sé (50,32%), S. Pedro (16,99%) e Estoi (12,34%). Na situação inversa, a pouca incidência no concelho de recursos etnográficos e artesanais e, a quase insignificante quantidade de recursos na freguesia da Conceição.

Tabela 5.2- Distribuição dos recursos por categoria e localização

Categoria/Localização	Sé	S. Pedro	Montenegro	Conceição	Estoi	S.B.Nexe	Total	Total (%)
Recursos naturais	62	4	24	3	25	11	129	20,67
Recursos patrimoniais e históricos	172	65	14	9	38	14	312	50,00
Recursos etnográficos, artesanais	16	18	2	10	11	12	69	11,06
Eventos e acontecimentos programados	64	19	21	5	3	2	114	18,27
Total	314	106	61	27	77	39	624	100,00
Total (%)	50,32	16,99	9,78	4,33	12,34	6,25	100,00	

Fonte: Elaboração própria com base em Cerro (1992)

Apesar da importância da inventariação dos recursos de acordo com Cerro (1992) além da quantidade importa ainda a qualidade que, por sua vez, está intrinsecamente ligada à importância dos recursos para o turismo e ao facto de serem diferenciados. Ou seja, tendem a ter valorizações diferentes, ao nível das categorias e em termos individuais (Vareiro e Ribeiro, 2006). Desta forma, procedeu-se à avaliação dos recursos

inventariados através do método de avaliação de recursos proposto por Cerro (1992 e 1993) que dispõe da seguinte equação:

$$VR_i = Jp_i \cdot \mu_i \text{ em que,} \quad (2)$$

VR_i = Valor turístico do fator “i”;

Jp_i = Hierarquia primária do recurso “i”;

μ_i = Fator de ponderação relativo à natureza do recurso “i”.

Conforme decorre da expressão (2) o valor turístico do recurso depende essencialmente da hierarquia que ocupa no que concerne à sua singularidade e importância, mas também de um fator de ponderação que é atribuído à sua categoria em função da sua natureza e que permite transformar a hierarquia numa avaliação económica (Vareiro e Ribeiro, 2006). A articulação do fator de ponderação com a natureza do recurso encontra fundamento no facto de já ter sido verificado, que determinados tipos de recursos tem uma maior capacidade de atração e fixação da procura turística relativamente a outros (Cerro, 1992). Contudo, não se aplica a recursos de forma individual mas a grupos de recursos de acordo com a sua natureza (Cerro, 1992), ou seja, no caso da presente investigação aplica-se às categorias de recursos identificadas. Desta forma, atendendo à hierarquização de recursos proposta por Cerro (1992), Agência do Arade (2005), Vareiro e Ribeiro (2006) em que a importância do recurso no que respeita à sua singularidade é assumida dentro da sua própria categoria, foi aplicada a seguinte classificação pontuada numa escala de importância de 1 a 4 pontos, respetivamente:

- Hierarquia 1 (H1): atrativo local;
- Hierarquia 2 (H2): atrativo regional;
- Hierarquia 3 (H3): atrativo nacional;

- Hierarquia 4 (H4): atrativo internacional.

Na identificação das hierarquias considerou-se o método de Vareiro e Ribeiro (2006), mas relativamente às referências que cada recurso dispõe nos diferentes materiais promocionais do destino, nomeadamente em páginas *web* e brochuras turísticas da seguinte forma:

- *Sites* e brochuras de âmbito local, exemplo câmara municipal: H1;
- *Sites* e brochuras de âmbito regional, exemplo *visitalgarve*: H2;
- *Sites* e brochuras de âmbito nacional, exemplo *visitportugal*: H3;
- Referência em todos os materiais promocionais: H4.

Resultou da hierarquização dos recursos, a constatação que os recursos existentes no concelho de Faro constam de poucas publicações turísticas e por isso assumem maioritariamente um carácter de atração local (Tabela 5.3).

Tabela 5.3 – Número de recursos por categoria e hierarquia

Hierarquia/Categoria	Recursos naturais	Recursos patrimoniais e históricos	Recursos etnográficos, artesanais e gastronómicos	Eventos e acontecimentos programados	Total	Total (%)
H1	121	259	66	77	523	83,81
H2	1	38	3	21	63	10,10
H3	7	8	0	10	25	4,01
H4	0	7	0	6	13	2,08
Total	129	312	69	114	624	100,00

Fonte: Elaboração própria com base em Cerro (1992)

No que concerne aos fatores de ponderação dos recurso a avaliar, de acordo com Cerro (1992 e 1993) a avaliação dos recursos pode ser realizada através da análise da

preferência dos turistas nomeadamente quando se trata de recursos que já dispõem de uma procura turística, a saber:

- Método direto: aplicação de questionários aos turistas para aferição dos seus gostos e preferências;
- Estratégia indireta: consulta a especialistas cujo conhecimento sobre o comportamento real da procura turística refletem as preferências dos próprios turistas, sendo aplicado posteriormente o método Delphi;
- Análise sintética das preferências: consiste essencialmente na junção dos métodos anteriormente referidos, ou seja, são consideradas as preferências dos turistas em função da aplicação de questionários diretos, bem como as opiniões dos especialistas, ao que acresce uma componente de valorização individual de cada recurso e a delimitação de regiões turísticas em função da potencialidade dos recursos e da sua localização.

Contudo, Cerro (1992) refere que é mais difícil avaliar “recursos turísticos” potenciais, uma vez que sobre estes não existe ainda uma procura efetiva. De forma a contornar esta dificuldade o autor utilizou como referência outras investigações já realizadas e inquéritos sobre as motivações dos turistas Espanhóis. Na presente investigação foram considerados os resultados do primeiro relatório de avaliação do PROT Algarve (2009) na parte respeitante ao indicador - “Motivação da escolha do Algarve como destino turístico” mais concretamente a “Estatística da valorização dos atributos da região pela globalidade dos turistas” que apesar do âmbito diferente dispõe de alguma similaridade na abordagem aos atributos/categorias de recursos, desta forma considerou-se os seguintes coeficientes de ponderação:

- Recursos naturais: 8,2 (média do atributo natureza e paisagem);

- Recursos patrimoniais, históricos e etnográficos, artesanais: 6,7 (média do atributo cidades e monumentos);
- Eventos e acontecimentos programados: 4,5 (média do atributo acontecimentos e prática desportiva).

A partir dos fatores de ponderação e hierarquia dos recursos foi possível calcular o valor turístico por cada categoria de recursos e, do somatório dos valores turísticos de todas as categorias de recursos pela unidade em análise resultou o valor do fator recurso por freguesia (Apêndice 5), os valores foram homogeneizados numa escala de 0 a 100 pontos, em que 100 representa o valor máximo alcançado (Tabelas 5.4 e 5.5).

Tabela 5.4 – Valor turístico dos recursos, por categoria

Categoria de recursos	Valor turístico (VR_i)	VR_i ponderado
Recursos naturais	1180,80	23,48
Recursos patrimoniais e históricos	2592,90	51,57
Recursos etnográficos, artesanais	475,70	9,46
Eventos e acontecimentos programados	778,50	15,48
Total	5027,90	100,00

Fonte: Elaboração própria com base em Vareiro e Ribeiro (2006)

Da análise dos resultados apurados relativamente ao valor turístico de cada categoria de recurso, constata-se mais uma vez a importância dos recursos patrimoniais e históricos e das freguesias da Sé, S. Pedro e Estoi.

Tabela 5.5 – Valor do fator recursos, por freguesia

Localização	Fator recursos (Fr_i)	Fr_i ponderado
Sé	2648,90	100,00
S. Pedro	862,50	32,56

Tabela 5.5 – Valor do fator recursos, por freguesia (cont.)

Montenegro	457,00	17,25
Conceição	190,10	7,18
Estoi	580,30	21,91
S. B. Nexe	289,10	10,91
Total	5027,90	

Fonte: Elaboração própria com base em Vareiro e Ribeiro (2006)

Em suma, há uma predominância no concelho de Faro de recursos ligados ao património e históricos, associados por outro lado às freguesias mais urbanas, respetivamente Sé e S. Pedro, mas também Estoi.

5.4.1.2 O Fator Acessibilidades

Para Cerro (1992: 69) a determinação do fator acessibilidade “depende fundamentalmente dos objetivos de planeamento definidos, do tipo de atividades programadas, do perfil da procura e a quem se destina o projeto turístico”. Na presente investigação este fator, tal como alguns dos autores que aplicarem este índice (Vareiro, 2008; Fabeiro *et al.*, 2003), foi entendido como elemento facilitador ou criador de alguma dificuldade na deslocação ao concelho de Faro. Por regra na sua análise deverá ser considerado, de forma autónoma, a acessibilidade externa e a interna. A primeira relaciona-se com a acessibilidade ao nível internacional mais concretamente a distância económica (distância tempo/custo) ao destino, a segunda refere-se à distância entre os principais centros urbanos e a localidade de destino, e pode ser avaliada em função da qualidade das vias (Cunha, 2008; Vareiro, 2008; Fabeiro *et al.*, 2003). Contudo, uma vez que a avaliação incide no nível concelhio e de acordo com Cunha (2008: 30) “a distância económica para uma região é idêntica para todos os destinos que nela se

situem a acessibilidade pode classificar-se [...] em função dos acessos a partir dos pontos de chegada das vias nacionais ou internacionais”, assumiu-se que todo o território dispõe da mesma acessibilidade ao nível europeu e internacional. A acessibilidade interna foi avaliada em função do tipo de infraestruturas de acesso às freguesias tomando por referência as escalas qualitativas de Cerro (1992), Vareiro e Ribeiro (2006) e Vareiro (2008) (Quadro 5.1).

Quadro 5.1 – Escala de classificação das vias de acesso às freguesias

Vias de acesso à freguesia a avaliar	Valorização
Estradas Municipais (EM)	1 ponto
Estradas Regionais (ER)	2 pontos
Estradas Nacionais (EN)	3 pontos
Itinerários Complementares (IC)	4 pontos
Autoestrada (AE)	5 pontos

Fonte: Elaboração própria

Do levantamento de dados efetuado destaca-se o facto do concelho de Faro dispor de dois pontos de acesso à única autoestrada longitudinal do Algarve (Via do Infante), respetivamente na freguesia de S. B. Nexe e Estoi. Salienta-se ainda a importância da EN 2 pela sua transversalidade a todo o concelho, no sentido norte – sul, bem como a EN 125 junto ao litoral no sentido este - oeste e as várias estradas municipais existentes (Apêndice 6).

Avaliada a acessibilidade em função do tipo de via (Tabela 5.6) constata-se que as freguesias essencialmente servidas por estradas nacionais (EN2 e EN 125) são as mais acessíveis, contudo Estoi é a que ocupa a posição mais favorável, face à grande incidência de estradas municipais e o ponto de acesso à Via do Infante. Por outro lado, a

freguesia de Montenegro e Conceição são as que apresentam uma maior deficiência de vias e subsequentemente um fator de acessibilidade mais fraco.

Tabela 5.6 – Valor do fator acessibilidades, por freguesia

Freguesias	Fator acessibilidades (Fa_i)	Fa_i ponderado
Sé	9	69,23
S. Pedro	12	92,31
Montenegro	4	30,77
Conceição	6	46,15
Estoi	13	100,00
S. B. Nexe	7	53,85

Fonte: Elaboração própria com base em Vareiro e Ribeiro (2006)

Em suma, são as freguesias mais urbanas do concelho de Faro que são mais acessíveis, apesar de Estoi ser aquela que ocupa a posição mais favorável.

5.4.1.3 O Fator Equipamentos

Para Cerro (1992) o fator equipamentos representa os recursos complementares, existentes na área em análise, que completam e diversificam a oferta turística e, é aquele que menor peso dispõe no cálculo do potencial turístico. Para o seu cálculo o autor considerou as seguintes variáveis: infraestrutura turística, equipamento recreativo - desportivo e equipamento comercial. Por outro lado, da mesma forma que na avaliação dos recursos Cerro (1992) identificou a necessidade de serem incluídos fatores de ponderação relacionados com a importância dos equipamentos para o “destino turístico”. Desta forma, considerou que a variável infraestrutura turística é a que melhor reflete a importância turística do município, pelo que lhe atribuiu um fator de

ponderação de 2. Em suma Cerro (1992) propõe que o fator equipamentos seja calculado a partir da seguinte equação:

$$Fe_i = 2It_i + Erd_i + Ec_i \text{ em que,} \quad (3)$$

Fe_i = Fator equipamentos na freguesia “i”;

It_i = Infraestrutura turística da freguesia “i”;

Erd_i = Equipamento recreativo-desportivo da freguesia “i”;

Ec_i = Equipamento comercial da freguesia “i”.

O cálculo da infraestrutura turística de acordo com Cerro (1992) relaciona-se com três variáveis, a saber: hotelaria, restauração e residências secundárias. Relativamente às residências secundárias, no trabalho deste autor os dados foram estimados a partir do número de telefones e habitantes, contudo com o atual advento de telemóveis, considerou-se que a aplicação deste critério poderia conduzir a resultados enviesados, pelo que esta variável foi excluída (Vareiro, 2008; Vareiro e Ribeiro, 2006; Fabeiro *et al.*, 2003). Desta forma no cálculo da infraestrutura turística foi aplicada a seguinte equação:

$$It_i = \frac{at_i + r_i}{2} \text{ em que,} \quad (4)$$

It_i = Infraestrutura turística da freguesia “i”

at_i = Alojamento turístico na freguesia “i”

r_i = Restauração na freguesia “i”

Ainda quanto ao cálculo da infraestrutura turística importa referir que as variáveis alojamento e restauração foram expressas numa escala de 0 a 5 valores, podendo ocorrer o valor zero (0) nas situações onde não exista alojamento e estabelecimentos de restauração (Tabela 5.7).

Tabela 5.7 – Infraestrutura turística do concelho de Faro, por freguesia

Freguesias	Alojamento turístico (at_i)	Restauração (r_i)	Infraestrutura turística (It_i)
Sé	3,42	5,00	4,21
S. Pedro	5,00	3,81	4,40
Montenegro	1,58	1,57	1,57
Conceição	0,00	0,00	0,00
Estoi	0,79	0,67	0,73
S. B. Nexe	0,53	0,90	0,71

Fonte: Elaboração própria

Da análise dos resultados referentes à infraestrutura turística (Tabela 5.7), verifica-se uma forte concentração deste tipo de equipamentos na freguesia de S. Pedro, onde predomina o alojamento, e na freguesia da Sé, onde prevalece a restauração, ou seja, nas freguesias urbanas que coincidem com a cidade de Faro. Do lado oposto constata-se a inexistência de infraestrutura turística na Conceição, nos moldes analisados, e a sua pouca representatividade nas restantes freguesias.

No que concerne ao equipamento recreativo – desportivo, de acordo com Cerro (1992) a sua inclusão no cálculo do potencial turístico, deve-se ao facto dos turistas tendencialmente procurarem realizar atividades desportivas. Porém, no caso do concelho de Faro, face à sua dinâmica cultural foi ainda recolhida informação sobre os equipamentos culturais existentes.

Importa ainda referir, que tal como Vareiro (2008) considerou-se para o cálculo desta variável o número de instalações que o concelho dispõe, por freguesia, os quais foram

posteriormente convertidos numa escala de 0 a 5 valores (Tabela 5.8), através da seguinte equação:

$$Erd_i = \frac{nerd_i \cdot 5}{erd_m} \text{ em que,} \quad (5)$$

Erd_i = Equipamento recreativo-desportivo da freguesia “i”;

$nerd_i$ = Número de estabelecimentos recreativo-desportivo da freguesia “i”;

erd_m = Valor da freguesia com maior número de erd .

Tabela 5.8 – Equipamento recreativo-desportivo do concelho de Faro, por freguesia

Freguesias	N.º estabelecimentos ($nerd_i$)	Equipamento recreativo - desportivo (Erd_i)
Sé	68	5,00
S. Pedro	25	1,84
Montenegro	20	1,47
Conceição	3	0,22
Estoi	5	0,37
S.B.Nexe	5	0,37

Fonte: Elaboração própria com base em Vareiro (2008)

Os dados relativos ao equipamento recreativo - desportivo demonstram, mais uma vez, a concentração de equipamentos nas freguesias que coincidem com a cidade de Faro sobretudo na freguesia da Sé. Todavia, importa destacar os valores muito aproximados da freguesia de S. Pedro e Montenegro, esta última em grande parte devido às instalações da Universidade do Algarve e à existência de grupos desportivos. Por outro lado, a freguesia da Conceição continua a evidenciar uma ausência de equipamentos, neste caso apenas atenuada pela existência de salas desportivas relacionadas com a Junta de Freguesia e Casa do Povo.

Finalmente, no que respeita ao equipamento comercial, de acordo com Cerro (1993) e Fabeiro *et al.* (2003), a sua importância deve-se ao facto dos turistas procurarem este tipo de serviços para efetuarem compras. Ainda de acordo com estes autores, esta variável refere-se ao número de licenças comerciais/retalho, posteriormente convertidas numa escala de 0 a 5 valores, através da seguinte equação:

$$Ec_i = \frac{nac_i \cdot 5}{ac_m} \text{ em que,} \quad (6)$$

Ec_i = Equipamento comercial no município “i”;

nac_i = Número de alvarás de utilização para comércio da freguesia “i”;

ac_m = Valor da freguesia com maior nac .

No caso da presente investigação foi considerado o número de alvarás emitidos pela Câmara Municipal de Faro, relativos ao período de 1990- 2010 (Tabela 5.9), que consistem nos dados disponíveis.

Tabela 5.9 – Equipamento comercial no concelho de Faro, por freguesia

Freguesia	N.º alvarás de utilização para comércio (nac_i)	Equipamento comercial (Ec_i)
Sé	85	5,00
S. Pedro	66	3,88
Montenegro	11	0,65
Conceição	2	0,12
Estoi	9	0,53
S. B. Nexe	5	0,29

Fonte: Elaboração própria com base em Vareiro e Ribeiro (2006)

Na sequência dos resultados anteriores, verifica-se que também o equipamento comercial no concelho de Faro concentra-se de forma muito significativa nas freguesias

que coincidem com a cidade de Faro. Por outro lado, é a freguesia da Conceição que apresenta maiores debilidades (Tabela 5.9). Depois de calculadas as três variáveis que compõem o fator equipamentos, procedeu-se ao seu cálculo, e os resultados transformados numa escala de 0 a 100 pontos (Tabela 5.10).

Tabela 5.10 – Fator equipamentos do concelho de Faro, por freguesia

Freguesia	$Fe_i = 2It_i + Erd_i + Ec_i$				Fe_i	Fe_i ponderado
	$2It_i$	Erd_i	Ec_i			
Sé	8,42	5,00	5,00		18,42	100,00
S. Pedro	8,81	1,84	3,88		14,53	78,86
Montenegro	3,15	1,47	0,65		5,26	28,57
Conceição	0,00	0,22	0,12		0,34	1,84
Estoi	1,46	0,37	0,53		2,36	12,80
S. B. Nexe	1,42	0,37	0,29		2,08	11,31

Fonte: Elaboração própria

Da análise do fator equipamentos constata-se que existe uma grande concentração de equipamentos nas duas freguesias mais urbanas do concelho, as quais coincidem com a cidade de Faro, ou seja, a freguesia da Sé e S. Pedro. Importa ainda referir a importância da infraestrutura turística em Montenegro e a escassa relevância que este fator assume nas restantes freguesias, sobretudo na Conceição, cujo resultado indica uma quase ausência de equipamentos.

5.4.1.4 O Índice de Potencial Turístico

Tal como foi anteriormente referido, para o cálculo do potencial turístico do concelho de Faro, foi considerado o método de Leno Cerro adequado aos objetivos pretendidos, mas ainda assim adotado na sua essência. Sobre a sua aplicação, cumpre ainda referir

que Cerro (1992) avaliou um dado território delimitado de forma administrativa através deste índice, para que a partir desta avaliação pudessem ser estabelecidas prioridades de atuação relativamente a um recurso turístico específico. Já Fabeiro (2003) através da aplicação deste mesmo índice e subsequente conhecimento do potencial turístico, procurou hierarquizar uma determinada área que havia sido afetada por um desastre ambiental. Por outro lado, Vareiro (2008) através da aplicação deste índice procurou identificar as diferenças entre um conjunto de áreas no que concerne ao seu potencial turístico como ponto de partida para o estabelecimento de uma estratégia de atuação sobre os seus aspetos positivos e negativos. Da mesma forma, na presente investigação procurou-se identificar as eventuais diferenças de potencial turístico do território de Faro, como forma de auxiliar a aplicação de investimentos turísticos e posteriormente confrontar esta avaliação com o atual planeamento territorial vigente.

Tabela 5.11 – Índice do potencial turístico do concelho de Faro, por freguesia

Freguesias	$IPT_i = \alpha Fr_i + \beta Fa_i + \delta Fe_i$				IPT_i	IPT_i ponderado
	$1,5 Fr_i$	$1,25 Fa_i$	$1,00 Fe_i$			
Sé	150,00	86,54	100,00	336,54	100,00	
S. Pedro	48,84	115,38	78,86	243,08	72,23	
Montenegro	25,88	38,46	28,57	92,91	27,61	
Conceição	10,76	57,69	1,84	70,29	20,89	
Estoi	32,86	125,00	12,80	170,66	50,71	
S. B. Nexe	16,37	67,31	11,31	94,99	28,23	

Fonte: Elaboração própria

Importa ainda esclarecer que da aplicação da expressão matemática considerada para cálculo do IPT (1), resulta no máximo o valor absoluto de 375 pontos ($1,5 \times 100 + 1,25 \times 100 + 100$), contudo considerando as escalas utilizadas no cálculo dos fatores e de forma a garantir alguma homogeneidade, os valores finais foram

convertidos numa escala de 0 a 100 pontos (Tabela 5.11) em que o valor máximo obtido consiste nos 100 pontos (Cerro, 1992).

Verifica-se assim que no concelho de Faro as freguesias da Sé, São Pedro e Estoi são as que, em função dos fatores analisados, apresentam um maior potencial turístico, ou seja, são nestas freguesias que a maior parte dos recursos se localizam, que dispõem de melhores condições de acessibilidade e de um maior número de equipamentos. Contudo no fator equipamentos a freguesia de Montenegro apresenta uma situação mais favorável que Estoi, situação que se encontra relacionada com o facto desta última se encontrar melhor provida de equipamento recreativo – desportivo. Das freguesias com menor potencial destaca-se a Conceição, que apenas na acessibilidade se encontra melhor posicionada que Montenegro, nesta freguesia a incidência de recursos é pouco significativa e a dotação de equipamentos é muito fraca, aliás de notar a inexistência de infraestrutura turística.

Quadro 5.2 – Posicionamento das freguesias do concelho de Faro relativamente aos fatores em análise e potencial turístico

Hierarquia	Fatores em Análise			Potencial Turístico
	Recursos	Acessibilidade	Equipamentos	
1.º	Sé	Estoi	Sé	Sé
2.º	São Pedro	São Pedro	São Pedro	São Pedro
3.º	Estoi	Sé	Montenegro	Estoi
4.º	Montenegro	S.B.Nexe	Estoi	S.B.Nexe
5.º	S.B.Nexe	Conceição	S.B.Nexe	Montenegro
6.º	Conceição	Montenegro	Conceição	Conceição

Fonte: Elaboração própria

5.5 A Componente de Planeamento: Regime de Uso e Proteção do Solo

Nesta componente, foram analisados os instrumentos que em termos hierárquicos tendem a congregar as orientações dos que lhes antecedem no que respeita à classificação, qualificação e regimes de proteção do solo e que pelo facto de terem aplicação direta aos particulares e demais agentes privados - públicos, podem ser potenciadores ou inibidores do setor do turismo. Mais concretamente, os planos especiais e municipais com aplicação ao concelho de Faro. Ou seja, foi analisado o POOC, o POPNR e o PDM de Faro, relativamente aos fatores que segundo Cerro (1992) determinam o potencial turístico de um território e respetivas variáveis que dispõem de tradução espacial, a saber:

- Fator recursos: recursos naturais, patrimoniais e históricos, e recursos etnográficos;
- Fator acessibilidades;
- Fator equipamentos: alojamento, restauração, equipamentos recreativo - desportivo e comercial.

No fator recursos procurou-se identificar, em função do plano a analisar, qual o tipo de classificação, qualificação e regimes de proteção aplicáveis aos recursos inventariados e a sua distribuição territorial. Por outro lado, da mesma forma que na avaliação do potencial turístico, não foram considerados os recursos que pelas suas características incidem em várias freguesias, mas também aqueles que não foi possível identificar a sua localização, nomeadamente as zonas de caça. Relativamente ao fator acessibilidades, pelo seu carácter transversal à questão do regime do uso e proteção do solo, pelo facto de se localizar em Faro um conjunto de infraestruturas de amplitude regional (Aeroporto Internacional, Porto Comercial) e outras cuja importância transcende o nível nacional,

caso da infraestrutura férrea procedeu-se ainda à análise da estratégia regional vinculada pelo PROT Algarve sobre esta matéria em específico. Finalmente, no que concerne às variáveis do fator equipamentos a sua análise incidiu essencialmente na sua identificação e estratégias de intervenção, relativamente ao uso do solo apenas foi possível avaliar o alojamento.

5.5.1 O Fator Recursos

5.5.1.1 No POOC Vilamoura - V.R.S. António

O POOC Vilamoura – V. R. S. António abrange parte do concelho de Faro com incidência nas seguintes freguesias: Sé, São Pedro e Montenegro. Este plano divide a orla costeira em *zona terrestre de proteção e margem das águas do mar* que consiste na faixa costeira, à qual se aplicam classes e categorias de espaços e, *zona marítima de proteção* que corresponde à faixa das águas marítimas costeiras. Mais se verifica que de acordo com este plano a totalidade da faixa costeira do concelho de Faro é solo rural com exceção de uma pequena área referente a um alvará de loteamento classificada como solo urbano. Desta forma a análise do tipo de qualificação do solo, que incide nos recursos inventariados, e respetiva distribuição territorial incidiu apenas no solo rural e respetivas categorias de espaços (Quadro 5.3 e Apêndice 7).

Quadro 5.3- Categorias do solo rural do POOC aplicáveis ao concelho de Faro

Classe de Solo: SOLO RURAL - POOC Vilamoura – V. R. S. António		
Categorias	Sub categorias	Objetivos
Espaços Naturais Art.º 21 Espaços naturais Art.º 22 Restrições gerais	Art.º 23 Praias Art.º 24 Dunas Art.º 25 Arribas, taludes e zona adjacente	Assegurar o equilíbrio biofísico e paisagístico, a conservação de valores naturais, a preservação ou a melhoria da qualidade ambiental, atendendo às especificidades em presença.

Quadro 5.3- Categorias do solo rural do POOC aplicáveis ao concelho de Faro (cont.)

	<p>Art.º 26 Espaço lagunar</p> <p>Art.º 30 Áreas húmidas e áreas ameaçadas pelas cheias</p> <p>Art.º 31 Linhas de água e margens</p> <p>Art.º 32 Áreas complementares de conservação na natureza</p> <p>Art.º 33 Áreas de enquadramento</p>	
Espaços Florestais de Proteção (Art.º 34)		Conservação dos recursos e a valorização ambiental.
Espaços Agrícolas (Art.º 35)		Conservação e valorização ambiental, paisagística e económica. Promoção do Código de Boas Práticas Agrícolas.
Espaços Edificados a Renaturalizar (Art.º 37)		Ações de renaturalização.
Espaços Edificados a Reestruturar (Art.º 38)		Ações de requalificação.
Equipamentos, Serviços e Infra-estruturas (Art.º 39)		Enquadramento do Aeroporto Internacional de Faro, ETARs, infraestruturas portuárias e equipamentos associados ao Porto Comercial de Faro.

Fonte: Elaboração própria com base no POOC

Importa ainda referir que relativamente aos recursos inventariados (Tabela 5.2) apenas foram analisados os que se localizam na área de intervenção deste plano, tendo-se constatado uma prevalência dos recursos naturais localizados maioritariamente na freguesia da Sé (Tabela 5.12).

Tabela 5.12 – Distribuição dos recursos na área do POOC

Recursos POOC/Localização	Sé	S. Pedro	Montenegro	Total	Total (%)
Recursos naturais (RN)	58	4	24	86	78,18
Recursos patrimoniais e históricos (RP)	12	2	5	19	17,27

Tabela 5.12 – Distribuição dos recursos na área do POOC (cont.)

Recursos etnográficos (RE)	3	2	0	5	4,55
Total	73	8	29	110	100,00
Total (%)	66,36	7,27	26,36	100,00	

Fonte: Elaboração própria

Já no que respeita às categorias de espaços resulta das tabelas 5.13 e 5.14 que os recursos na área do POOC encontram-se maioritariamente sujeitos às disposições da categoria de *Espaços Naturais* (85,40%) e sub categoria de *Espaço Lagunar* (54,01%).

Tabela 5.13 – Os recursos nas categorias do solo rural do POOC (%)

Recursos/Categorias do Solo Rural (%)	Espaços							Equipamentos, Serviços e Infraestruturas
	Espaços Naturais	Florestais de Proteção	Espaços Agrícolas	de Produção Aquícola	Espaços Edificados a Renaturalizar	Espaços Edificados a Reestruturar		
RN	84,62	33,33	-	-	100,00	100,00	-	
RP	11,11	66,67	100,00	-	-	-	100,00	
RE	4,27	-	-	-	-	-	-	
Totais	85,40	2,19	0,73	0,00	2,92	3,65	5,11	100,00

Fonte: Elaboração própria

Tabela 5.14 – Os recursos na sub categoria de *Espaços Naturais* (%)

Recursos/Espaços Naturais (%)	A	B	C	D	E	F	G	H	
RN	100,00	100,00	-	86,49	-	-	100,00	42,86	
RP	-	-	-	9,46	100,00	100,00	-	28,57	
RE	-	-	-	4,05	-	-	-	28,57	
Totais	6,57	5,84	0,00	54,01	2,19	0,73	10,95	5,11	85,40

Fonte: Elaboração própria

Legenda: A- Praias, B- Dunas, C- Arribas, taludes, zonas adjacentes, D- Espaço lagunar, E- Áreas húmidas e áreas ameaçadas pelas cheias, F - Linhas de água e margens, G- Áreas complementares da conservação da natureza, H- Áreas de enquadramento.

De acordo com este plano no solo rural mais concretamente na categoria de *Espaços Naturais*, além das restrições genéricas e aplicáveis a toda a área do plano que constam do artigo 11.º do seu regulamento, são ainda interditas: obras de edificação; novos acessos, parques de estacionamento ou alteração dos existentes; trânsito de veículos motorizados; e sobrevoo de aeronaves com motor a menos de 1000 pés, entre outras. Contudo, estas interdições não se aplicam às intervenções previstas nos planos de praia, nos projetos integrados em UOPG (caso da praia de Faro e núcleo da Culatra) e em áreas destinadas a funções de recreio desde que autorizadas pelas entidades competentes, ou seja, em *Áreas de Enquadramento*, que representam apenas 5,11 % das incidências nos recursos inventariados.

No que concerne ao regime de proteção verifica-se que este difere quando aplicável à área terrestre, ilhas barreira e laguna. Ou seja, na área terrestre as restrições encontram-se articuladas com as categorias de espaços onde se inserem e em função destas, podem ser permitidas obras de reconstrução, conservação e ampliação de edificações existentes para determinados fins, dos quais se destaca, o turismo em espaço rural. Nas ilhas barreira, as intervenções encontram-se dependentes da elaboração de planos de intervenção e requalificação e, na área lagunar são definidas fortes restrições à navegação que é circunscrita aos canais definidos, apesar de serem autorizadas instalações de apoio ao recreio náutico ou ao transporte de passageiros para as ilhas barreiras.

5.5.1.2 No POPNRF

O POPNRF abrange parte do concelho de Faro, tal como o POOC, e inclusive as mesmas freguesias, ou seja, Sé, S. Pedro e Montenegro. Contudo por se aplicar ao

Parque Natural da Ria Formosa (PNRF²²) dispõe de uma área de intervenção diferente, e um número de recursos diferente, nomeadamente de RP. Ainda assim verifica-se que também na área deste plano prevalecem os recursos naturais com maior incidência na freguesia da Sé (Tabela 5.15). Por outro lado, por ter sido revisto posteriormente à aprovação do POOC e, incidir em área comum, ou seja, no PNRF, compatibilizou-se com este mas também revogou algumas das suas disposições, ainda assim encontram-se em conformidade.

Tabela 5.15 – Distribuição dos recursos na área do POPNRF

Recursos no POPNRF/Localização	Sé	S.Pedro	Montenegro	Total	Total (%)
RN	58	4	24	86	78,18
RP	13	2	8	23	20,91
RE	3	2	0	5	4,55
Total	74	8	32	114	103,64
Total (%)	67,27	7,27	29,09	103,64	

Fonte: Elaboração própria

A análise deste plano recaiu no regime de proteção respeitante à preservação dos recursos naturais no PNRF e relativo à *Área Terrestre e Área Costeira e Lagunar* (Quadro 5.4 e Apêndice 8) aplicável aos recursos inventariados (Tabela 5.15).

Quadro 5.4- O regime de proteção do POPNRF aplicável ao concelho de Faro

O REGIME DE PROTEÇÃO DO POPNRF		
Áreas sujeitas a regime de proteção	Tipologias	Objetivos
Área Terrestre	Áreas de Proteção Parcial Art.º 11 Âmbitos e objetivos	Preservar os valores naturais e garantir a sua exploração sustentável, bem como os valores paisagísticos.

²² O Parque Natural da Ria Formosa foi criado pelo Decreto - Lei n.º 373/87, de 9 de dezembro alterado pelo Decreto – Lei n.º 99-A/2009, de 29 de abril.

Quadro 5.4- O regime de proteção do POPNRF aplicável ao concelho de Faro (cont.)

	Art.º 12 Disposições específicas das áreas de proteção parcial	Proteção dos elementos notáveis do património geológico, geomorfológico e paleontológico. Manter ou recuperar o estado de conservação de espécies endémicas e ameaçadas.
	Áreas de Proteção Complementar Art.º 13, 14 (áreas de proteção complementar I) Art.º 15, 16 (áreas de proteção complementar tipo II)	Manutenção das zonas agrícolas e promoção de práticas agrícolas compatíveis com a conservação dos valores naturais, promoção do Código de Boas Práticas Agrícolas. Uso sustentável dos recursos e garantia de desenvolvimento sócio-económico local. Contenção da edificação e amortecer os impactes ambientais que prejudicam as áreas de níveis de proteção superiores.
Área Costeira e Lagunar	Áreas de Proteção Total Art.º 17 Âmbito e objetivos Art.º 18 Disposições específicas das áreas de proteção total	Manutenção dos valores naturais e processos ecológicos em estado tendencialmente imperturbável pela ação humana. Preservar áreas ecologicamente representativas da dinâmica natural e evolução do território.
	Áreas de Proteção Parcial Art.º 19, 20 (áreas de proteção parcial I) Art.º 21, 22 (áreas de proteção parcial II)	Conservar a biodiversidade lagunar e marinha. Proteção e valorização da paisagem. Salvar a estrutura geomorfológica da Ria Formosa. Promover a exploração sustentável dos recursos pesqueiros. Estabelecer percursos para observação de fauna e flora. Valorização e manutenção dos valores naturais, culturais e paisagísticos. Preservar áreas de enquadramento, transição ou amortecimento de impactes. Promover a exploração sustentável dos recursos.
	Espaços Edificados a Reestruturar Art.º 25 Disposições específicas	Aplicação do POOC. Para o núcleo do Farol em área de jurisdição portuária, demolição e remoção de edificações sem condições de habitabilidade, que se encontrem em zona de risco ou situação de ilegalidade. Renaturalização das áreas sujeitas a demolição. Requalificação da área envolvente da zona de acostagem.

Quadro 5.4- O regime de proteção do POPNRF aplicável ao concelho de Faro (cont.)

	<p>Áreas de Intervenção Específica</p> <p>Art.º 26 Âmbito, caracterização, objetivos e tipologias</p> <p>Art.º 27 Área de Intervenção Específica do Ludo e Pontal</p>	<p>Realização de ações de conservação da natureza, recuperação de habitats naturais, manutenção das utilizações necessárias à conservação dos valores naturais, promoção de ações de investigação científica e sensibilização ambiental.</p>
--	---	--

Fonte: Elaboração própria com base no POPNRF

Todavia, importa referir que, também este plano identifica uma *zona terrestre de proteção* na qual são proibidas novas edificações ou instalação de novos empreendimentos turísticos. Por outro lado, em termos gerais, da aplicação deste plano resulta que relativamente aos usos e atividades a tipologia turística -turismo de natureza é aquela que é considerada a mais adequada.

Fora da faixa anteriormente referida apenas são permitidas novas edificações em áreas não abrangidas por regimes de proteção e nas *Áreas de Proteção Complementar tipo I* da *Área Terrestre*. São ainda interditas todas as ações que visem alterar a situação atual, exceção para as áreas não sujeitas a regime de proteção que coincidem com perímetros urbanos e nas situações onde se aplicam planos de urbanização/pormenor e o disposto no POOC.

No que respeita em concreto ao zonamento, os recursos inventariados encontram-se sobretudo sujeitos às disposições da *Área Costeira e Lagunar* (93,55%) nomeadamente a tipologia de *Áreas de Proteção Parcial* (73,39%) cujos objetivos passam por conservar, proteger, valorizar e promover uma utilização sustentável dos recursos e valores em causa (Tabelas 5.16 e 5.17).

Tabela 5.16 – Distribuição dos recursos no zonamento do POPNRF (%)

Recursos/Zonamento (%)	Área Terrestre	Área Costeira e Lagunar	
RN	12,50	85,34	
RP	62,50	12,07	
RE	25,00	2,59	
Totais	6,45	93,55	100,00

Fonte: Elaboração própria

Mais se verifica que na *Área Costeira e Lagunar* em função da tipologia de espaços, as interdições vão desde a permanência de pessoas (exceto as autorizadas), a alteração no relevo e a destruição do coberto vegetal, a pesca lúdica na modalidade de apanha, as atividades agrícolas e o pastoreio nas dunas, bem como a circulação nos canais. Por outro lado, nas *Áreas de Proteção Parcial* em função da sub tipologia é permitida a exploração de viveiros, a instalação e funcionamento das instalações portuárias previstas no POOC, a realização de obras nos edifícios existentes e alteração de edificações destinadas a turismo de natureza ou equipamentos públicos.

Tabela 5.17 – Os recursos na *Área Costeira e Lagunar* do POPNRF (%)

Recursos/Área Costeira e Lagunar (%)	Áreas de Proteção Total	Áreas de Proteção Parcial	Áreas de Proteção Complementar	Área de Intervenção Específica do Pontal/Ludo	Espaços Edificados e Reestruturar	
RN	100,00	82,42	-	100,00	75,00	
RP	-	14,29	-	-	25,00	
RE	-	3,30	-	-	-	
Totais	14,52	73,39	-	2,42	3,23	93,55

Fonte: Elaboração própria

Relativamente à *Área Terrestre*, independentemente das tipologias de espaços, são permitidas obras em edifícios existentes, desde que, entre outros usos, se destinem a empreendimentos de turismo de natureza, turismo de habitação, turismo no espaço rural, parques de campismo e caravanismo. Assim como qualquer outra tipologia de

turismo de natureza, mas apenas permitida se a área urbanizável se localizar fora do PNRF. Ainda nesta área incide sobre os recursos maioritariamente a tipologia de *Áreas de Proteção Complementar* (5,65%), relativas a áreas agrícolas, sua manutenção e defesa dos valores naturais existentes (Tabela 5.18).

Tabela 5.18 – Os recursos na *Área Terrestre* do POPNRF (%)

Recursos/Área Terrestre (%)	Áreas de Proteção Parcial	Áreas de Proteção Complementar	
RN	100,00	-	
RP	-	71,43	
RE	-	28,57	
Totais	0,81	5,65	6,45

Fonte: Elaboração própria

5.5.1.3 No PDM de Faro

O PDM de Faro define para efeitos da ocupação, uso e transformação do território municipal, classes de espaços, contudo atendendo ao exposto na LBOTU, bem como no RJGT em matéria de classificação e qualificação do solo, considerou-se as classes de espaço em função da classificação do solo (Quadro 5.5).

Quadro 5.5 - Classes de espaços do PDM de Faro por classificação do solo

Classes de Espaços do PDM de Faro	Classificação do Solo
Espaços Naturais e Culturais Espaços Agrícolas Espaços Lagunares Edificados Espaços de Indústria Extrativa Espaço de Equipamentos	Solo Rural
Espaços Urbanos Espaços Urbanizáveis	Solo Urbano

Fonte: Elaboração própria com base no PDM de Faro

Através deste plano procurou-se identificar o tipo de uso de solo, categorias de espaços e condicionantes aplicáveis aos recursos inventariados e a sua distribuição no território. Importa, mais uma vez referir que a análise incidiu nos recursos que dispõem de tradução espacial e cuja localização foi possível identificar (Tabela 5.19).

Tabela 5.19 – Distribuição dos recursos na área do PDM de Faro

Recursos PDM de Faro/Localização	Sé	S.Pedro	Montenegro	Conceição	Estoi	S.B.Nexe	Total	Total (%)
RN	61	4	24	2	20	9	120	27,65
RP	172	63	14	9	37	13	308	70,97
RE	4	2	0	0	0	0	6	1,38
Total	237	69	38	11	57	22	434	100,00
Total (%)	54,61	15,90	8,76	2,53	13,13	5,07	100,00	

Fonte: Elaboração própria

Em termos gerais de uso do solo verifica-se que 92,76% da área total do concelho de Faro encontra-se em solo rural, nomeadamente sujeito à categoria de *Espaços Naturais e Culturais* e, no solo urbano em *Espaços Urbanizáveis*. No que concerne às condicionantes, a Reserva Agrícola Nacional (RAN) representa 28,59% da área total do concelho, a Reserva Ecológica Nacional (REN) 56,54% e as Outras Condicionantes 48,93% (Apêndice 9).

De acordo com a tabela 5.20 e 5.21, nos recursos inventariados incide de forma muito aproximada a classificação de solo rural e urbano. Contudo, sobre os RN prevalece a classificação de solo rural e uma maior percentagem de condicionantes, situação que tem maior aplicabilidade nas freguesias mais rurais do concelho (Montenegro, S.B. Nexe, Estoi e Conceição), por outro lado nos RP incide sobretudo a classificação de solo urbano com maior incidência nas freguesias mais urbanas do concelho (Sé e S. Pedro). Desta forma, o que se constata é que sempre que estamos perante RN, sobre

estes recai maioritariamente a classificação de solo rural e um maior número de condicionantes, quando se trata de RP o solo é maioritariamente urbano e os recursos encontram-se menos sujeitos a condicionantes.

Tabela 5.20 – Os recursos no solo classificado e nas condicionantes (%)

Recursos/Classificação do solo (%)	Solo rural	Solo urbano	Condicionantes	
RN	56,30	1,33	63,94	
RP	40,76	98,67	33,65	
RE	2,94	-	2,40	
Total Solo Classificado %	35,47	33,53	31,00	100,00

Fonte: Elaboração própria

Tabela 5.21 – Os recursos por localização no uso do solo e nas condicionantes (%)

	Solo Rural	Solo Urbano	Condicionantes
Freguesia da Sé	32,63	42,90	24,47
Freguesia de S.Pedro	19,05	65,48	15,48
Freguesia Montenegro	53,13	7,81	39,06
RN, RP, RE Freguesia de Conceição	40,91	18,18	40,91
Freguesia de Estoi	41,44	15,32	43,24
Freguesia de S.B.Nexe	42,37	3,39	54,24

Fonte: Elaboração própria

Mais se verifica que com a adaptação deste plano municipal ao PROT Algarve, as regras referentes às categorias de espaços relativas ao solo rural (Quadro 5.6 e Apêndice 10), foram uniformizadas e adaptadas ao modelo de organização territorial deste plano regional. Desta forma, no solo rural, passou a aplicar-se o princípio da proibição da edificação, exceção para edificações isoladas, quando entre outros usos se destinem a

turismo em espaço rural, estabelecimentos hoteleiros isolados (hotéis e estalagens de categoria não inferior a 3 estrelas e pousadas) e implantação de NDT. No que respeita às edificações existentes, são permitidas ampliações desde que entre outros usos, se destinem ao desenvolvimento do turismo em espaço rural e turismo de natureza. Cumulativamente, foram ainda definidas regras para a edificabilidade na faixa costeira litoral da seguinte forma: na *Margem e Zona Terrestre de Proteção* são proibidas novas construções fora dos perímetros urbanos de génese não turística, mas permitidas construções relativas a infraestruturas e equipamentos de apoio balnear e marítimos, na *Zona Terrestre de Proteção* são ainda permitidas infraestruturas e equipamentos de iniciativa pública e de inequívoco interesse público.

Quadro 5.6 – Regime de uso e ocupação do solo rural do PDM de Faro

OS ESPAÇOS NO SOLO RURAL - PDM de Faro		
Categorias	Sub categorias	Objetivos
Espaços Naturais e Culturais Art.º 26 Objetivo e âmbito Art.º 27 Atividades interditas	Espaços Naturais Art.º 28 Âmbito e objetivo Art.º 29 Áreas de proteção e valorização Art.º 30 Áreas florestais de proteção Art.º 31 Parque Natural da Ria Formosa Espaços Culturais Art.º 32 Âmbito Art.º 33 Parque Ribeirinho de Faro Art.º 34 Parque Urbano de Faro Art.º 35 Área cultural de Milreu/Estoi	Preservação dos sistemas naturais e da qualidade do meio ambiente, dos sistemas naturais e da paisagem e pela valorização do património cultural.
Espaços Agrícolas Art.º 36 Âmbito, objetivos e usos Art.º 37 Atividades interditas	Art.º 41 Espaços Agrícolas Condicionados I Art.º 42 Espaços Agrícolas Condicionados II	Preservação da estrutura de produção agrícola e do coberto vegetal e abrangem áreas de edificação dispersa cujo alastramento e crescimento deverá ser contido.

Quadro 5.6 – Regime de uso e ocupação do solo rural do PDM de Faro (cont.)

Art.º 38 Edificabilidade – regra geral		
Art.º 39 Edificabilidade – Áreas não sujeitas ao regime da RAN		
Art.º 40 Área de proteção ao Parque Natural da Ria Formosa		
Espaços Lagunares Edificados Art.º 43 Âmbito	Art.º 44 Espaço Lagunar Edificado I Art.º 45 Espaço Lagunar II	Remete para a elaboração de planos de pormenor, projetos de intervenção ou requalificação
Espaço de Equipamentos Art.º 72 Localização Art.º 73 Equipamentos coletivos		

Fonte: Elaboração própria com base no PDM de Faro

Resulta da tabela 5.22 e 5.23 a incidência nos recursos da categoria de *Espaços Naturais e Culturais* e sub categoria *Espaços Naturais – PNRF* assim como, da categoria de *Áreas de Proteção e Valorização*, onde se incluem os RN relativos a montanhas, planícies/salinas, costa, observação de fauna e flora.

Tabela 5.22 – Os recursos nas categorias de espaços do solo rural (%)

Recursos/ Categorias de solo rural (%)	Espaços Naturais e Culturais	Espaços Agrícolas	Espaços Lagunares Edificados	Espaços de Indústria Extrativa	Espaços de Equipamentos	
RN	66,67	30,00	80,00	-	-	
RP	29,17	70,00	20,00	-	100,00	
RE	4,17	-	-	-	-	
Totais	25,04	8,94	0,75	-	0,75	35,47

Fonte: Elaboração própria

Tabela 5.23 – Os recursos na categoria de *Espaços Naturais e Culturais* (%)

Recursos/Solo Rural (%)	Espaços Naturais			Espaços Culturais			
	Áreas de Proteção e Valorização	Áreas Florestais de Proteção	PNRF	Parque Ribeirinho de Faro	Parque Urbano de Faro	Área Cultural Milreu/Estoi	
RN	58,06	53,33	78,18	0,00	0,00	0,00	
RP	38,71	46,67	16,36	100,00	100,00	100,00	
RE	3,23	0,00	5,45	0,00	0,00	0,00	
Totais	4,62	2,24	16,39	0,30	0,75	0,75	25,04

Fonte: Elaboração própria

No que concerne ao solo urbano encontra-se subdivido em duas categorias de espaços, respetivamente *Espaços Urbanos* e *Urbanizáveis*, ambas incidem nos recursos inventariados assim como algumas das sub categorias (Quadro 5.7 e Apêndice 10).

Quadro 5.7- Regime de uso e ocupação do solo urbano do PDM de Faro

OS ESPAÇOS NO SOLO URBANO – PDM de Faro		
Categorias	Sub categorias	Objetivos
Espaços Urbanos Art.º 46 Âmbito e objetivo Art.º 47 Categorias	Espaços Urbanos Estruturantes Art.º 48 Âmbito e objetivo Art.º 49 Indústria nos espaços urbanos estruturantes Art.ºs 50 e 51 Espaços Urbanos Históricos Art.º 53 Âmbito e objetivo Art.º 54 Edificabilidade	Destinam-se a uma ocupação com fins predominantemente habitacionais, mas podem integrar atividades terciárias, industriais ou turismo, desde que compatíveis com a função residencial.
Espaços Urbanizáveis Art.º 57 Âmbito e objetivos Art.º 58 Categorias	Espaços Urbanizáveis de Expansão Art.º 59 Âmbito e objetivo Art.ºs 60 Indústria nos espaços urbanizáveis Art.º 61, 62, 63 Espaços Urbanizáveis a Reestruturar Art.º64 Âmbito Art.º 65 Edificabilidade Espaços Urbanizáveis para Fins Específicos Art.º 66 Âmbito e objetivo Art.º 67, 68	Tem por objetivo a expansão os aglomerados urbanos, estruturação e consolidação dos espaços de edificação dispersa e a criação de espaços industriais, turísticos e comerciais.

Fonte: Elaboração própria com base no PDM de Faro

Dos recursos em análise a maioria encontra-se sujeita às regras dos *Espaços Urbanos* (31,30%) e sub categoria de *Espaços Urbanos Estruturantes* e *Espaços Urbanos Históricos* e são, principalmente, RP relativos a edificações e monumentos, obras técnicas, outro património de interesse e museus (Tabela 5.24 e 5.25). Para esta categoria de espaços a orientação geral remete pela elaboração de planos de urbanização ou pormenor, contudo na sua ausência é permitido o loteamento urbano para fins habitacionais, comerciais, serviços e equipamentos. Por outro lado os *Espaços Urbanos Estruturantes* destinam-se a uma ocupação predominantemente habitacional, e a outras funções tais como, terciárias, indústria ou turismo desde que compatíveis com a função principal. Ainda na sub categoria de *Espaços Urbanos Históricos* as ações relativas a obras poderão ainda ser sujeitas a regulamentos de ocupação e usos específicos, sendo que na sua ausência é admitida a instalação de atividades terciárias, turismo e artesanato.

Tabela 5.24 – Os recursos nas categorias de espaços do solo urbano (%)

Recursos/Categorias de Solo Urbano (%)	Espaços Urbanos	Espaços Urbanizáveis	
RN	-	20,00	
RP	100,00	80,00	
RE	-	-	
Totais	31,30	2,24	33,53

Fonte: Elaboração própria

Tabela 5.25 – Os recursos na categoria de *Espaços Urbanos* (%)

Recursos/Solo Urbano (%)	Espaços Urbanos Estruturantes	Espaços Urbanos Históricos	Espaços Urbanos não Estruturantes	
RN	0,00	0,00	0,00	
RP	100,00	100,00	0,00	
RE	0,00	0,00	0,00	
Totais	16,24	15,05	0,00	31,30

Fonte: Elaboração própria

No que respeita às condicionantes analisadas (Apêndice 10) constata-se que estas incidem sobretudo nos RN nomeadamente a REN, o que poderá estar relacionado com o facto dos RN se localizarem maioritariamente em freguesias onde prevalecem áreas montanhosas e área de PNRF (Sé, Montenegro, Estoi) e na categoria de *Espaços Naturais*. Sobre os recursos em REN tende a incidir ainda Outras Condicionantes e sobre os recursos localizados em *Espaços Agrícolas* a condicionante RAN (Tabelas 5.19 e 5.26).

Tabela 5.26 – Os recursos nas condicionantes ao uso do solo (%)

Recursos/Condicionantes (%)	RAN	REN	Outras Condicionantes	
RN	25,6	79,2	54,3	
RP	74,4	16,9	45,7	
RE	0,0	3,8	-	
Totais	6,4	19,4	5,2	31,0

Fonte: Elaboração própria

Por outro lado, quer se trate da zona mais a norte do concelho (Estoi, S. Barbara de Nexe) onde a REN (Apêndice 11) está mais relacionada com a prevenção de riscos e sustentabilidade do ciclo da água ou a zona mais a sul relativa ao PNRF (Sé, Montenegro, S. Pedro) e, desta forma, com a proteção do litoral, é permitido (sujeito a autorização):

- Ampliar edifícios existentes quando destinados a empreendimentos de turismo em espaço rural, turismo de natureza e turismo de habitação, e a outro tipo de empreendimentos turísticos desde que tal se encontre previsto e regulamentado em PMOT;
- Implantar espaços verdes equipados de utilização coletiva;

- A abertura de trilhos e caminhos pedonais/cicláveis destinados à educação e interpretação ambiental e de descoberta da natureza, incluindo pequenas estruturas de apoio.

Nas zonas mais montanhosas com incidência de REN é ainda permitida a instalação de equipamentos, infraestruturas e apoios à atividade de recreio em águas interiores e campos de golfe com exclusão das áreas edificadas. E na área do PNRF é permitida a instalação de equipamentos e apoios de praia bem como infraestruturas associadas à utilização das praias costeiras. Nas áreas sujeitas à RAN, de acordo com o regime jurídico desta condicionante, é permitida a sua utilização para outros fins, sempre que não exista alternativa e quando se trate de estabelecimentos de turismo em espaço rural, turismo de habitação e turismo de natureza, instalações de recreio e lazer complementares à atividade agrícola e instalações desportivas destinadas à prática de golfe.

Conclui-se assim que, no concelho de Faro, nos recursos que foram considerados como detentores de potencial turístico, incide de forma aproximada solo classificado como rural e urbano, ainda assim predomina a classificação de solo rural e a categoria de *Espaços Naturais e Culturais*, e sobre os RN incide maioritariamente a condicionante REN.

5.5.2 O Fator Acessibilidades

No POOC Vilamoura - V. R. S. António as acessibilidades reportam-se aos acessos viários e pedonais às praias (Quadro 5.8). Mas este plano incide ainda na questão da navegabilidade nos canais, e define que a circulação de embarcações motorizadas de recreio e referentes a atividades marítimo – turísticas é restrita a três tipos de canais de

navegação (Quadro 5.9). Contudo, as permissões/restrições diferem em função do tipo de modos náuticos, comprimento das embarcações e velocidade, por outro lado, interdita a prática da atividade motonáutica e, algumas das suas disposições foram derogadas pelo POPNRF.

Quadro 5.8- Condições de acessibilidades às praias do concelho de Faro segundo o POOC

Acessos Viários	Pavimentado	Pavimentado	Regularizado	Não regularizado	Interdito
Acessos Pedonais	Construído	Construído ou consolidado	Consolidado	Informal	Interdita a abertura de novos acessos ou melhoramento dos existentes
Praia de Faro	X	X	X		
Praia da Barrinha/Barra de S. Luís					X
Praia da Barreta/Ilha Deserta			X		
Praia do Farol	X				
Praia da Culatra				X	
Praia dos Tesos				X	

Fonte: Elaboração própria com base no POOC

Já o POPNRF estabelece que na área do PNRF não é permitida a abertura de novos acessos rodoviários (fora do solo urbano e espaços de equipamentos) e os existentes não podem ser ampliados sobre as praias, arribas e áreas húmidas. Por outro lado, no solo urbano não é permitida a construção de novas vias marginais, e nos espaços naturais os acessos às praias fazem-se pelas vias existentes. No que concerne às infraestruturas portuárias remete para ações de qualificação e minimização dos impactes ambientais negativos que provocam, refere que na definição de novas infraestruturas portuárias devem ser considerados locais que não colidam com os valores e interesses do património cultural. Menciona ainda que devem ser promovidos os transportes marítimos coletivos de utilidade pública e desincentivada a utilização de embarcações

particulares motorizadas para transporte de pessoas no sistema lagunar. Este plano, tal como o POOC, define um conjunto de regras para a navegabilidade na área do PNRF, partindo de igual forma da distinção entre canais principais e secundários (Quadro 5.9).

Quadro 5.9- Identificação dos canais de navegação no concelho de Faro e regime de utilização aplicável

Canais de navegação no concelho de Faro		Regime de utilização
Canais Principais	Canal de Faro Canal de Olhão	É permitido a navegação de todo o tipo de modos náuticos com uma velocidade máxima de 15 nós, exceto para as embarcações de fiscalização e de emergência.
Canais Secundários	Canal de Faro- praia de Faro (Esteiro do Ramalhete) Canal praia de Faro- Barrinha	A navegação de todo o tipo de modos náuticos com um comprimento máximo de 9 m e de embarcações de pesca costeira sujeitas às condições de navegabilidade com velocidade inferior a 5 nós, exceto para as embarcações de fiscalização e emergência.
Outros	Restantes canais e esteiros	Só é permitida a navegação de embarcações de pesca local, apoio aos viveiros, recreio não motorizadas, fiscalização, emergência, para acesso a estaleiros náuticos devidamente licenciados ou outras devidamente autorizadas pelas entidades competentes ou julgadas compatíveis com os valores em presença. A velocidade máxima autorizada é de 3 nós, exceto para as embarcações de fiscalização e emergência.

Fonte: Elaboração própria com base no POOC e POPNRF

O PROT Algarve, propõe para o concelho de Faro (Faro/Loulé) uma nova infraestrutura aeronáutica vocacionada para aviação executiva, propõe o reforço da capacidade e serviços do atual aeroporto, bem como a melhoria do Porto Comercial e a sua afetação a mercadorias e apoio à náutica de recreio. Prevê, ainda, uma nova estação ferroviária ligada à rede transeuropeia e um sistema ferroviário ligeiro que faça a ligação entre Faro a alguns dos seus principais equipamentos (Universidade do Algarve, Aeroporto,

MARF) e à cidade de Olhão. Relativamente ao PDM de Faro, identifica um conjunto de infraestruturas programadas mas ainda não executadas, nomeadamente:

- 2.^a Fase da variante à EN 125;
- Variante a Estoi – ligação da EN 2 à EN 2-6;
- Variante à EM 520, em S. B. Nexe;
- Variante à EN 2 na Campina;
- Variante da nova via de acesso à Universidade;
- Variante sul do Montenegro;
- Variante à EM 520-1 em Valados;
- Variante à linha de caminho de ferro.

Mais se verifica que as vias assumem uma função de melhoria da acessibilidade fundamentalmente a nível concelhio, com exceção da variante à EN 125 e linha de caminho de ferro que são de âmbito regional e nacional.

5.5.3 O Fator Equipamentos

Os equipamentos conforme a sua tipologia podem enquadrar-se em solo urbano ou rural, porém de acordo com o Decreto Regulamentar n.º 11/2009, de 29 de maio as áreas destinadas a usos específicos tais como recreio, lazer e turismo devem ser inseridas numa das categorias funcionais do solo urbano denominada de *Espaços de Uso Especial*. No POOC das sub categorias do fator equipamentos que foram consideradas apenas se encontram representados os equipamentos recreativo-desportivos relativos ao recreio náutico (docas de recreio, cais/estacada) que, por outro lado, este plano identifica como instalações portuárias ligadas à náutica e à utilização das praias (apoios de praia, recreativo, balnear) e como *Apoios e Equipamentos*. Para a área do PNRF relativa ao concelho de Faro, é identificada a Doca de Recreio de Faro, a

estacada da Porta Nova, a Ilha de Faro, Barreta, Culatra e Farol. Relativamente ao POPNRF, na questão da infraestrutura turística - alojamento é aplicável o exposto no número 5.5.1.2- *No POPNRF*, já no que respeita aos equipamentos e apoios de praia remete para o POOC. No PDM de Faro são identificados *Espaços de Equipamentos* (Quadro 5.10).

Quadro 5.10 – O fator equipamentos no PDM de Faro

Fator Equipamentos	PDM de Faro
Infraestrutura turística	Dois estabelecimentos hoteleiros – Existentes Parque de Campismo da Ilha de Faro – Existente Parque de Campismo do Biogal – Proposto (não executado) Parque de Campismo da Falfosa – Proposto (não executado)
Equipamentos recreativos - desportivos	Doca de recreio de Faro – Existente Doca de recreio nascente – Proposta (não executado) Doca de recreio poente – Proposta (não executado) Cais de transporte fluvial – Proposto (executado – Praia de Faro e Passeio Ribeirinho) Complexo Desportivo de Faro (executado) Parque de Feiras, exposições e congressos (atual Fórum Algarve) Área de equipamentos e serviços de Estoi – Existente e proposta Parque das Cidades - Existente
Equipamentos comerciais	Mercado Abastecedor de Faro

Fonte: Elaboração própria com base no PDM de Faro

No PDM de Faro, apesar da infraestrutura turística ser considerada como *Espaços de Equipamentos*, de acordo com a planta de ordenamento síntese, sobre estas, incide ainda solo rural e outras categorias de espaços, da seguinte forma:

- Estabelecimentos hoteleiros: *Espaços Naturais* (áreas de proteção e valorização), ao nível das condicionantes incidem em zona de grande sensibilidade paisagística, zona de proteção às captações públicas e REN (áreas

com risco de erosão superficial e por deslizamento, áreas de infiltração máxima);

- Parques de campismo: Biogal - *Espaços Agrícolas* (Indiscriminado) e RAN, Falfosa - *Espaços Naturais* (áreas de proteção e valorização) zona de proteção às captações públicas, RAN e REN (áreas de infiltração máxima), Praia de Faro (desativado) – *Espaços Lagunares Edificados*, REN (cordão dunar).

No que concerne aos equipamentos relacionados com a Ria Formosa (doca, cais de transporte fluvial) face à sua localização incidem sobre estes a categoria de *Espaços Naturais* (PRNF) e respetivamente REN (laguna). Quanto aos equipamentos que foram considerados na avaliação do potencial turístico, apenas foi possível avaliar a classificação/qualificação do solo da infraestrutura turística - alojamento, em virtude da pouca informação espacial existente e do elevado número de incidências, verificando-se uma predominância no solo urbano (Tabela 5.27 e 5.28) mais concretamente na categoria de *Espaços Urbanos*.

Tabela 5.27 – O alojamento segundo a classificação do solo e condicionantes do PDM de Faro (%)

Alojamento/Classificação do solo e condicionantes (%)	Solo Rural	Solo Urbano	Condicionantes	
Alojamento turístico	11,4	84,1	4,5	100,0

Fonte: Elaboração própria

Tabela 5.28 – O alojamento nas categorias do solo urbano do PDM de Faro (%)

Alojamento/ Categorias de solo (%)	Espaços Urbanos	Espaços Urbanizáveis	
Alojamento Turístico	79,5	4,5	84,1

Fonte: Elaboração própria

5.6 Conclusão

Considerando o desenvolvimento turístico que ocorreu nos concelhos da faixa litoral do Algarve, Faro apresenta-se como um concelho atípico, os indicadores analisados permitem-nos verificar que dispõe de uma incipiente capacidade de alojamento face à região ao que se junta uma estadia breve. Efetivamente nunca lhe foi associado o produto “sol e praia”, e do levantamento de recursos efetuado constata-se um claro predomínio de recursos patrimoniais, históricos associados às freguesias mais urbanas, Sé e S. Pedro, embora também naturais ligados sobretudo ao PNRF, e à zona mais a norte do concelho.

Relativamente à componente institucional, importa frisar a elevada quantidade de instrumentos de desenvolvimento dos setores transversais ao turismo que dispõem de orientações estratégicas para o turismo, por contraste com os poucos instrumentos de gestão territorial e os que tem como principal objeto o turismo. Por outro lado, a sua predominância no nível nacional, seguindo-se o nível regional e finalmente o nível local que conta apenas com um instrumento de gestão territorial que consiste no PDM. Mais se verificou que em termos da informação analisada, ou seja, no que respeita às estratégias e produtos/tipologias de turismo, existe uma franca articulação entre os três grupos de instrumentos no nível nacional. Já no nível regional, os instrumentos relativos ao turismo distanciam-se dos restantes nomeadamente quanto à linguagem e ao tipo de intervenção proposta. Ainda neste nível mantêm-se a articulação entre os instrumentos dos setores transversais e os IGT cujo conteúdo é posteriormente transcrito para os instrumentos de nível local, neste caso para o PDM.

Sobre os recursos considerados com potencial turístico incide de forma muito uniforme a classificação de solo rural e urbano mas também condicionantes, em suma verifica-se que estes são transversais a todo o território e ao uso do solo. Ainda assim, sobre os

recursos naturais e etnográficos/artesanais incide maioritariamente solo classificado como rural, regimes de proteção mais proibitivos e, mais condicionantes no caso dos naturais com destaque para a REN, que se encontra relacionada com as áreas de maior declive a norte do concelho e a sul com a área do PNRF. Em termos turísticos no solo rural o enfoque recai no turismo rural, de natureza, habitação, parques de campismo e caravanismo, estabelecimentos hoteleiros isolados e NDT. Já nos recursos patrimoniais e históricos incide maioritariamente solo urbano e a categoria de *Espaço Urbano*, que apesar de remeter para a elaboração de plano de urbanização ou pormenor permite o loteamento urbano, sendo o uso turístico admissível desde que compatível com a função principal que consiste na habitação. Também no que concerne às acessibilidades e equipamentos as diretrizes aplicadas são as que constam deste tipo de instrumentos, que vão desde a identificação do tipo de infraestrutura a criar, a sua localização ou mesmo as regras a atender ao nível da circulação. Verificou-se, desta forma que no caso do concelho de Faro o seu desenvolvimento turístico encontra-se sobretudo articulado com a estratégia que consta do PDM de Faro que fomentou o desenvolvimento dos núcleos históricos de Faro e Estoi e, a instalação de unidades hoteleiras na cidade de Faro (freguesia da Sé e S. Pedro), em Gambelas (freguesia de Montenegro) e em Estoi. De facto Sé, S. Pedro e Estoi são as três freguesias com maior potencial turístico e Montenegro a terceira freguesia com um melhor resultado ao nível da infraestrutura turística, nomeadamente o alojamento. Ou seja, constata-se que a estratégia que é efetivamente concretizada é a que consta dos instrumentos de gestão territorial compatibilizados com outros instrumentos de hierarquia superior, sobretudo dos instrumentos que vinculam particulares e entidades públicas, uma vez que são estes instrumentos que objetivam a intervenção no “território turístico” e que por sua vez determinam o desenvolvimento turístico.

Da análise conjunta das três componentes consideradas e no que respeita ao turismo enquanto fenómeno espacial e o planeamento territorial, constata-se que estas duas áreas do conhecimento se relacionam no elemento que dispõe em comum que consiste no território mais concretamente o que o compõe e na forma de o utilizar. Neste sentido verificou-se que as variáveis consideradas no cálculo do potencial turístico fazem parte da intervenção programada do planeamento territorial.

PARTE V – DISPOSIÇÕES FINAIS

Capítulo VI. CONCLUSÃO

6.1 Sumário

Se o turismo no território é cada vez mais perceptível pelo conjunto de “destinos turísticos” que tem vindo a surgir, sobretudo depois dos anos 50 na Europa, o estudo do turismo revela-se ainda uma tarefa de difícil sistematização. Principalmente face à panóplia de definições e conceitos ainda pouco estáveis e que variam particularmente em função do enfoque que é dado ou do objeto em análise. Por outro lado, também o próprio processo de planeamento territorial vem sofrendo importantes alterações.

Na presente investigação face ao problema a estudar, a análise incidiu na abordagem geográfica e económica do turismo. Ou seja, aquelas que mais se aproximam do planeamento territorial e que, desta forma, foram consideradas as mais adequadas à perceção do turismo do ponto de vista da organização física do território. Da pesquisa realizada constatou-se que além de ambas se conjugarem, dispõem de um conjunto de conceitos tais como “destino turístico”, “território turístico”, “recursos turísticos” e “produtos turísticos” nos respetivos léxicos. De destacar a maior proximidade ao planeamento territorial dos conceitos de “território turístico” e “recurso turístico”, e a importância do território, recursos e organizações que reforçam a utilidade do turismo ser analisado do ponto de vista espacial e do lado da oferta. Mas também, a verificação que o turismo não se localiza de forma aleatória no território, tende a concentrar-se em termos espaciais, e a sua implantação encontra-se relacionada com um conjunto de características naturais ou transformadas, e respetiva área geográfica. Em suma todo o território poderá ser turístico em função da sua condição geográfica e caso seja esse o

uso que se pretende potenciar. É neste âmbito que o ordenamento e o planeamento do território tende a influenciar o turismo, sobretudo a sua componente espacial, no que concerne à sua localização mas também a utilização dos recursos, acessibilidades, e infraestruturas de apoio. Também começa a ser consensual que a atração turística de um território encontra-se em parte relacionada com o seu ordenamento. (ver pontos 2.2, 2.2.1, 2.2.2 e 2.3)

Planear o turismo no território é um processo ainda em desenvolvimento e sujeito a vários níveis de intervenção, internacional, nacional, regional e local. E apesar de se verificar uma intrínseca relação entre o planeamento turístico e territorial, sobretudo ao nível dos objetivos macro, como seja, a sustentabilidade, ambos dispõem de identidade própria. Porém face aos elementos em comum configura-se essencial a sua articulação e compatibilização. Ou seja, num “território turístico” o planeamento territorial, através dos seus instrumentos de desenvolvimento, deverá acautelar as especificidades do turismo reconhecendo o seu objeto, já no planeamento turístico deverá ser reconhecida a importância do planeamento territorial na própria atratividade dos territórios. De salientar as mudanças que vêm operando ao nível do planeamento, nomeadamente o crescente reconhecimento da sua importância, do aperfeiçoamento das organizações e de uma maior intervenção por parte dos privados e particulares. Bem como da passagem no planeamento turístico para uma lógica do produto – espaço, e no planeamento territorial de plano – processo, mas também a constatação que os instrumentos do planeamento territorial não são capazes de dar resposta às exigências e especificidades do turismo. No que respeita às etapas do planeamento turístico, destaca-se a inventariação e classificação dos recursos com capacidade atual ou de potencial para atrair a procura turística, a partir dos quais é possível calcular o potencial turístico de uma área em análise. Todavia, verificou-se que existem poucos consensos acerca desta

matéria, variados métodos, formas de calcular e são poucos os autores que identificam o procedimento aplicável. Na presente investigação, em função dos objetivos definidos, foi aplicado o método de Leno Cerro. (ver pontos 3.2, 3.2.1, 3.2.2, 3.3)

Em Portugal, o turismo no que concerne à abordagem pelo planeamento territorial, encontra-se associado a um uso com tradução espacial e, ao lazer e recreio, mas aplicável ao solo urbano. Mas também a empreendimentos turísticos, cuja implantação é transversal ao uso do solo desde que enquadrados por instrumento de gestão territorial. Já a aplicação do planeamento turístico é ainda muito incipiente, bem como a articulação entre o turismo e o planeamento territorial. O que se deve sobretudo ao facto do planeamento ainda estar muito associado à ineficácia e morosidade da administração pública, o turismo a uma prática privada essencialmente de cariz imobiliário e, no planeamento territorial o turismo ser abordado enquanto interesse sectorial. Todavia mesmo ao nível da Europa apenas recentemente houve alguma evolução no reconhecimento da importância do turismo em termos económicos, e da importância da sua articulação com o planeamento territorial, no sentido do desenvolvimento de um turismo sustentável e competitivo (ver pontos 2.2.1, 2.2.2, 3.2.3).

No que respeita à metodologia, optou-se por uma utilização combinada de enfoque quantitativo e qualitativo, pela aplicação do método *estudo de caso – exploratório* e as seguintes técnicas de recolha e análise de dados: *análise documental, técnicas de análise de conteúdo e matemáticas*. Tal resultou da constatação que a análise do turismo enquanto fenómeno espacial tem sido realizada por integração em áreas mais vastas do conhecimento como a geografia, nomeadamente no que concerne às características do território, e que em termos temáticos apenas o planeamento turístico se reporta ao planeamento do território, mais concretamente à concordância com o uso do solo. O maior desafio da presente investigação consistiu assim na identificação da forma de

conjugar duas áreas do conhecimento, a partir do seu principal ponto em comum que consiste no território e, que tendem a ser analisadas e concretizadas de forma autónoma. Mas também a prossecução de uma investigação de cariz fundamental e aplicada ao concelho de Faro. Para esse efeito considerou-se a análise do “território turístico” e dos instrumentos de desenvolvimento aplicáveis, subdivididos por três componentes: avaliação do potencial turístico; estratégias e gestão do território; regime de uso e proteção do solo. Face às características do método aplicado procurou-se consubstanciar a investigação num quadro teórico de referência, com incidência na abordagem geográfica e económica do turismo e, no planeamento turístico e territorial. Foram ainda identificadas as etapas da investigação e, em função destas, as técnicas de recolha e análise de dados que foram aplicadas. As principais limitações prendem-se com as características do próprio método utilizado nomeadamente estudo de um caso, e com o facto de não existirem dados organizados o que exigiu um grande dispêndio de tempo para a sua recolha e tratamento. (ver pontos 4.2, 4.3,4.4)

Relativamente à análise dos dados, constatou-se que o facto de existirem mais instrumentos de desenvolvimento de setores transversais ao turismo que dispõem de orientações para este setor que instrumentos cujo objeto é o turismo, demonstra o carácter transversal do turismo a outras áreas do desenvolvimento territorial, bem como a sua importância nas políticas territoriais. Por outro lado, verificou-se uma franca articulação entre os instrumentos dos setores transversais ao turismo e os instrumentos de gestão territorial, bem como ao nível do uso do solo (muito por força da obrigatoriedade normativa da sua compatibilização). Situação que já não se verifica nos instrumentos relativos ao turismo no nível regional, o que leva a que a estratégia que seja transposta para o nível local resume-se essencialmente à que consta dos IGT. Efetivamente tal confirmou-se no caso de estudo, não só pelo conteúdo dos

instrumentos aplicáveis, mas também pela verificação que os resultados alcançados na avaliação do potencial turístico articulam-se com as estratégias que foram definidas no nível local. Mais se apurou que não existe propriamente um uso do solo turístico, mas sim uma utilização transversal de bens e recursos existentes no território por parte do turismo. Ou seja, a delimitação de espaços com vocação turística ao nível dos instrumentos de gestão territorial, é essencialmente um incremento à especulação do valor do solo, e tende a gerar mais dificuldades na implementação de projetos turísticos. Em suma, as regras de ocupação num “território turístico” não poderão ser as mesmas que as utilizadas noutra tipo de áreas. A especificidade do turismo levanta objetivamente a necessidade de outro tipo de abordagens. (ver pontos 5.3, 5.4 e 5.5)

Conclui-se assim que a relação entre o turismo enquanto fenómeno espacial e o planeamento territorial, reporta-se aos elementos mais físicos do território e à sua organização mas também aos principais objetivos, como seja, o desenvolvimento sustentável. Porém não se esgotam nesta convergência, pelo que a articulação necessária entre ambos, por força destes elementos deverá ser prosseguida no reconhecimento das suas particularidades e no processo de planeamento.

Para terminar, o planeamento, ou a falta dele, tende em regra a ser responsabilizado pela má organização territorial existente em Portugal e identificado como um entrave à livre iniciativa privada. Através da presente investigação demonstrou-se que o que verdadeiramente existe são planos, programas, estratégias, estudos, orientações, elaborados maioritariamente no nível nacional, e que inclusive dispõem de redações comuns. Mais se verifica que existe um claro desinvestimento no nível regional, sendo que a única estratégia turística que é transposta para o nível local, é a que consta dos planos regionais de ordenamento do território. Já no nível local, importa frisar, no caso de estudo, a existência de apenas um instrumento vinculativo que data de 1995 e que se

manterá vigente até à conclusão do seu processo de revisão. Também neste sentido considera-se que há uma clara confusão entre planeamento e ineficácia da administração local ou mesmo inércia na adaptação do seu principal instrumento de gestão do território, gerando diretamente dificuldades a toda e qualquer iniciativa privada que não se encontre articulada com as regras vigentes. Mas também uma elevada dependência da administração local face ao nível nacional onde, sobretudo no turismo, tendem a ser definidos mecanismos de derrogação das regras vigentes, que em regra foram estabelecidas nesse nível de intervenção. O processo de planeamento é complexo pela sua amplitude e, não combina com poder unitário e centralizado.

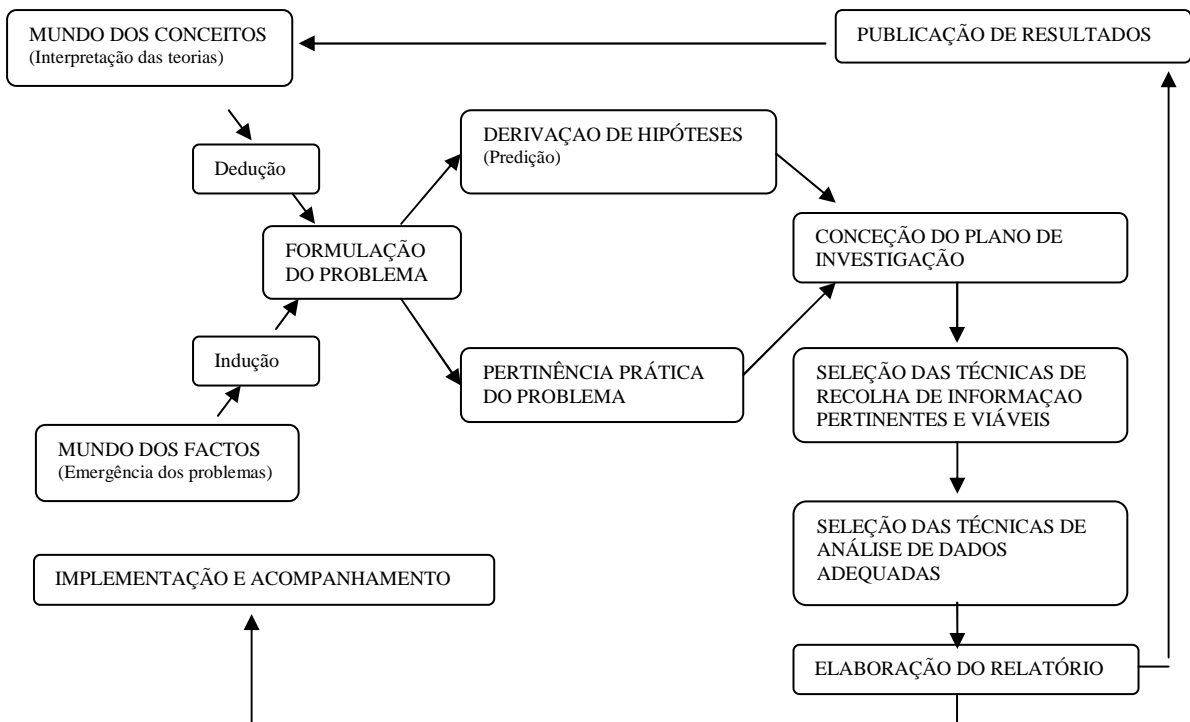
6.2 Perspetivas de Investigação Futura

Na senda das atuais preocupações sobre o desenvolvimento sustentável do turismo e a interligação entre turismo e o planeamento territorial, sugere-se como principal linha de investigação o turismo e o uso do solo, no fundo dar continuidade à presente pesquisa através da análise por comparação de outros sistemas de planeamento territorial e na forma como integram o turismo. Procurando tirar partido do facto do 7.º Programa Quadro de I&DT referir-se à investigação ao nível da utilização do solo e dos planos diretores municipais encontrarem-se em revisão, nomeadamente no Algarve, e cuja qualificação do solo por força da aplicação do PROT Algarve e da normativa legal vigente seguirá a mesma nomenclatura. Em suma, como articular o turismo com o território e com o desenvolvimento pretendido ao nível do uso do solo, no nível local? Nesta sequência sugere-se ainda, com especial interesse para o Algarve, a análise da eficácia das regras que foram definidas para a criação dos NDT e a efetivação dos objetivos definidos nos atuais processos em curso, relativamente ao desenvolvimento

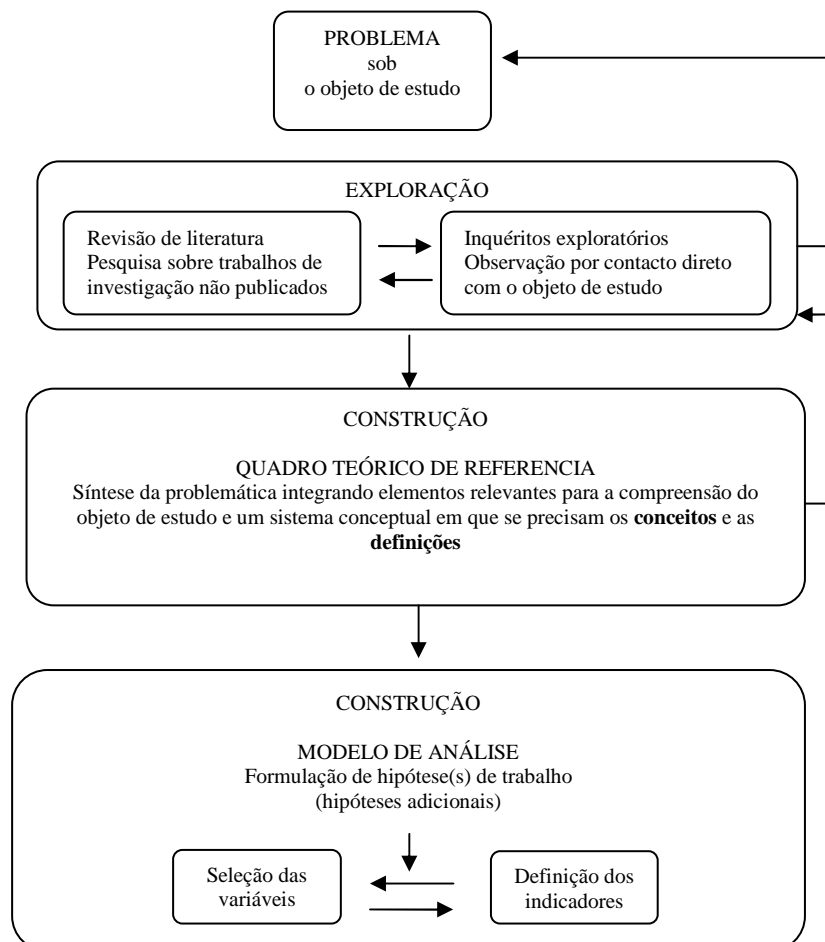
turístico pretendido. A integração do turismo no ordenamento do território é garantia do seu desenvolvimento sustentável?

Anexo 1: Esquemas metodológicos de referência

1.1 O Ciclo do trabalho científico de Reto e Nunes (1994)

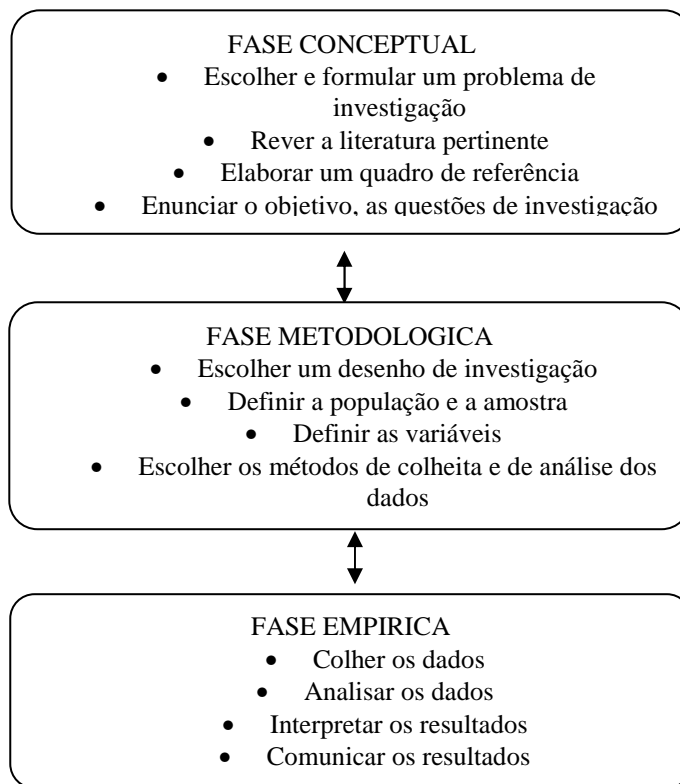


1.2 Procedimento metodológico de Pardal e Correia (1995)



Anexo 1 (Cont.)

1.3 Etapas do processo da investigação de Fortin (2000)



1.4 Etapas do Método Científico de Silva (2008)

ETAPAS DO MÉTODO CIENTÍFICO

1. DETEÇÃO DO UM PROBLEMA
2. COLOCAÇÃO RIGOROSA DO PROBLEMA
3. PROCURA DE NOVOS CONHECIMENTOS OU INSTRUMENTOS E RELEVANTES PARA RESOLVER O PROBLEMA
4. APRESENTAÇÃO DE NOVAS IDEIAS (HIPOTETES, TEORIAS OU TÉCNICAS) OU PRODUÇÃO DE NOVOS DADOS EMPIRICOS
5. OBTENÇÃO DE UMA SOLUÇÃO
6. AVALIAÇÃO DAS CONSEQUÊNCIAS DA SOLUÇÃO OBTIDA

Anexo 2: Tipologia de métodos

2.1 Tipologia do método em função de critérios de procedimento científico

Crítérios de classificação	Métodos	Principais características
Quanto à generalização.	Método estudo de caso: <ul style="list-style-type: none"> - De exploração; - Descritivos; - Práticos. Método comparativo.	Consiste numa análise específica de uma situação, cujo objetivo é ir mais além no conhecimento atual, analisar o objeto de forma detalhada ou responder a questões de índole prática. Quando sobre um objeto existem causas que explicam as diferenças ou semelhanças.
Quanto à centração no objeto de estudo.	Método experimental e método clínico.	O método experimental relaciona-se com o estudo de variáveis através do seu controlo e manipulação. O método clínico aplica-se a casos individuais de forma mais detalhada.
Quanto à obtenção e tratamento de dados.	Método quantitativo e método qualitativo.	São métodos complementares assentes em dados que pretendem dar resposta ao problema em estudo.
Quanto aos quadros de referência.	Método funcional.	Estuda os fenómenos enquanto integrados no sistema social.

Fonte: Adaptado de Pardal e Correia (1995)

2.2 Tipologia do método em função da forma - tipo de colocar o problema

Crítérios de classificação	Métodos	Principais características
Encontrar a casualidade de um fenómeno.	Método experimental e método casual comparativo.	O método experimental possibilita avaliar relações de causa - efeito entre variáveis dependentes/independentes, que são manipuladas pelo investigador e é utilizado sobretudo em meio laboratorial. O método casual comparativo é semelhante ao experimental mas neste caso as variáveis não são manipuladas.
Estabelecer associações entre variáveis.	Método correlacional.	Identifica e mede o grau de associação entre duas ou mais variáveis.
Descrever pura e simplesmente a realidade.	Método descritivo.	Neste método é feita uma caracterização exaustiva do objeto da investigação, estabelece-se um problema de forma interrogativa e a partir deste são definidos objetivos.
Compreender a realidade presente.	Estudo de caso/método clínico.	Trabalho empírico de investigação de fenómenos contemporâneos em contexto real.
Compreender a realidade por relação ao passado.	Método histórico.	Reporta-se à caracterização de ocorrências em termos evolutivos, procurando testar hipótese sobre causas/tendências e dar resposta a atual situação e antever eventos futuros.

Fonte: Adaptado de Reto e Nunes (1999)

Anexo 2: Cont.

2.3 Tipologia do método em função da sua contribuição para o desenvolvimento científico

Critérios de classificação	de	Métodos	Principais características
Desenvolvimento do conhecimento.	do	Método quantitativo e método qualitativo.	O método quantitativo caracteriza-se pela objetividade, predição, controlo e generalização de resultados. No método qualitativo o fenómeno é amplamente analisado tal como se apresenta.

Fonte: Adaptado de Fortin (2000)

Anexo 3: Principais indicadores de turismo do concelho de Faro

3.1 Dados gerais

Unidade Geográfica	Área Km2	População residente (Total)	Capacidade de alojamento (Total)	Dormidas (Total)	Hóspedes (Total)	Estada média no estabelecimento (Total)
Portugal	92 207	10 637 713	273 804	36 457 069	12 927 907	2,8
Continente	89 084	10 144 940	235 974	29 955 339	11 541 596	2,6
Algarve	4 996	434 023	95 910	12 927 603	2 739 440	4,7
Albufeira	141	39 809	40 227	5 847 229	1 108 057	5,3
Alcoutim	575	3 033	0	0	0	//
Aljezur	324	5 333	222	6 863	3 924	1,7
Castro Marim	301	6 461	541
Faro	202	58 675	2 157	243 349	136 524	1,8
Lagoa	88	25 383	7 218	879 709	163 530	5,4
Lagos	213	29 298	5 294	579 921	132 853	4,4
Loulé	764	66 085	13 058	1 686 145	388 954	4,3
Monchique	395	5 916	522	12 148	5 719	2,1
Olhão	131	44 795	184	11 920	4 291	2,8
Portimão	182	50 454	12 987	1 677 346	363 695	4,6
São Brás de Alportel	153	12 902	78
Silves	680	36 443	1 820	209 053	56 534	3,7
Tavira	607	25 412	4 686	606 612	148 809	4,1
Vila do Bispo	179	5 437	930	122 079	42 456	2,9
Vila Real de Santo António	61	18 587	5 986	958 486	166 010	5,8

Fonte: Elaborado a partir de INE (2010)

Anexo 3: Cont.

3.2 Dormidas nos estabelecimentos hoteleiros, segundo o país de residência habitual

Unidade Geográfica	Total	UE27	UE25	UE15								E.U.A.
				Total	dos quais							
					Portugal	Alemanha	Espanha	França	Itália	Países Baixos	Reino Unido	
Portugal	36 457 069	33 305 421	33 217 173	32 649 840	13 242 692	3 341 911	3 203 770	1 595 447	803 211	1 789 147	5 669 681	530 178
Continente	29 955 339	27 243 874	27 162 245	26 789 437	11 862 545	2 042 491	2 972 635	1 194 380	715 247	1 534 739	4 394 738	487 023
Algarve	12 927 603	12 436 800	12 425 704	12 297 132	3 647 189	1 300 597	697 662	322 097	77 016	1 223 260	3 824 516	61 158
Albufeira	5 847 229	5 601 959	5 597 281	5 549 652	1 284 294	530 165	300 792	220 554	33 579	585 908	2 073 630	22 923
Alcoutim	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Aljezur	6 863	6 757	6 757	6 727	5 541	243	264	77	84	70	264	12
Castro Marim
Faro	243 349	225 085	224 461	221 208	123 852	10 212	22 565	8 238	5 866	7 057	30 004	3 061
Lagoa	879 709	833 407	832 222	819 692	226 205	177 917	49 357	10 352	3 643	78 870	186 164	4 520
Lagos	579 921	556 504	555 932	552 325	100 676	133 489	38 867	7 848	7 609	27 020	184 772	5 864
Loulé	1 686 145	1 634 002	1 632 708	1 621 855	611 469	67 806	67 339	21 885	6 570	43 097	652 597	10 689
Monchique	12 148	11 887	11 879	11 849	8 320	346	1 525	337	87	171	721	73
Olhão	11 920	11 740	11 740	11 699	9 064	169	591	193	111	833	324	27
Portimão	1 677 346	1 618 846	1 617 153	1 603 372	504 376	174 311	96 769	19 289	10 782	123 117	447 471	6 000
São Brás de Alportel
Silves	209 053	202 515	202 328	194 923	69 979	27 327	9 729	2 760	803	20 318	50 130	460
Tavira	606 612	590 062	589 926	579 368	295 381	40 091	58 887	13 937	3 014	60 716	69 636	2 785
Vila do Bispo	122 079	114 525	114 398	113 635	55 665	17 943	19 428	2 689	3 013	2 180	7 070	2 975
Vila Real de Santo António	958 486	943 596	943 121	925 397	314 225	104 488	29 675	13 312	1 705	263 111	105 862	1 608

Fonte: Retirado de INE (2010)

Referências Bibliográficas

- Agência do Arade (2005) *O Destino Turístico do Arade, uma estratégia de intervenção*, Portimão, Agência do Arade.
- Águas, P. (1998) Análise dos Clientes do Produto Faro. O destino turístico cidade, *Revista Dos Algarves*, 3, 7-16.
- Almeida, M. V. (2006) *Matriz de Avaliação do Potencial Turístico de Localidades Recetoras*, Tese de Pós- graduação não publicada, Universidade de São Paulo.
- Ashworth, G. e H. Voogd (1991) Can Places Be Sold For Tourism? G.J.Ashworth and B. Goodball (eds.), *Marketing Tourism Places*, Londres, Routledge.
- Bernardes, J.P. e L.F. Oliveira (eds) (2006) *Santa Bárbara de Nexe, A História, a Igreja e a Memória*, Santa Barbara de Nexe, Junta de Freguesia de Santa Barbara de Nexe.
- Boyd, S. e Butler (1996) Seeing the Forest Through the Trees. Using Geographical Information Systems to Identify Potential Ecotourism Sites in Northern Ontario, Canada, in L. Harrison e W. Husband (eds), *Practicing Responsible Tourism: International Case Studies in Tourism Planning, Policy and Development*, United States, John Wiley&SNS, Inc, 380-402.
- Bradford, M.e W. Kent (1987) *Geografia Humana, Teorias e Suas Aplicações*, Lisboa, Gradiva.
- Breda, Z., R. Costa e C. Costa (2004) Clustering and networking the tourism development process: a market driven approach for a small backwards tourist region located in central Portugal (Caramulo), in C. Pretillo e J. Swarbrooke (eds.), *Networking &Partnerships in Destination Development &Management*, Vol. II, Italy, Enzo Albano Editore, 469-483.

- Breda, Z., R. Costa e C. Costa (2006) Do Clusters and Networks Make Small Places Beautiful? The Case of Caramulo (Portugal), in L. Lazzeretti e C. Petrillo (eds), *Tourism Local Systems and Networking*, Oxford, Elsevier, 67-82.
- Brito, S. (2009) *Território e Turismo no Algarve*, Lisboa, Edições Colibri.
- Brito, S.P. (2010) *Sustentabilidade, Ordenamento do Território e Ambiente*, Porto, Sociedade Portuguesa de Inovação, Principia Editora, Lda.
- Buhalis, D. (2000) Marketing the competitive destination of the future, *Tourism Management*, 21, 97-116.
- Buhalis, D. e C. Costa (eds) (2006) *Tourism Management Dynamics – trends, management and tools*, Oxford, Elsevier Butterworth – Heinemann.
- Calado, S.S. e S.C.R. Ferreira (2004/2005) Análise de documentos: método de recolha e análise de dados, lições da disciplina de Metodologia de Investigação do Mestrado em Educação - Didática das Ciências, Universidade de Lisboa.
- Câmara Municipal de Faro (2000) Plano de Urbanização de Montenegro Gambelas.
- Câmara Municipal de Faro (2008) *Estudo de Avaliação da Execução do Plano Diretor Municipal – Versão Provisória*, Faro, Câmara Municipal de Faro.
- Cardoso, A. (2006) *Revista Semestral de Edifícios e Monumentos*, Lisboa, Direção - Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.
- Carvalho, P.. Planeamento, Redes Territoriais e Novos Produtos Turísticos Eco-Culturais. Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional. Universidade Jean Piaget de Cabo Verde, 2009. Disponível em: «www.apdr.pt/congresso/2009/pdf/Sessão%2014/91A.pdf». 24 de maio de 2010.
- CCDR Algarve (2002) Relatório Preliminar do PROT Algarve, Faro.

- CEMAT. Glossary of Key Expressions Used in Spatial Development Policies in Europe. Lisboa. CEMAT, outubro 2006. Disponível em: «http://www.mdrl.ro/_documente/dezvoltare_teritoriala/prezentare/Glosar_CEMAT.pdf». 18 de junho 2011.
- CEMAT. Princípios Orientadores para o Desenvolvimento Territorial Sustentável do Continente Europeu. Hanôver (PODTSCE). CEMAT, setembro 2000. Disponível em: «<http://www.dgotdu.pt/cemat/site%20CEMAT/PODTSCE.pdf>». 18 de junho 2011.
- Cerro, F.L. (1992) La Evaluacion del Potencial Turístico en un Proceso de Planificación: El Canal de Castilha, *Estudios Turísticos*, 116, 49-85.
- Cerro, F.L. (1993) *Técnicas de Evaluacion del Potencial Turístico*, Ministerio de Industria, Comercio y Turismo, Madrid.
- Comissão das Comunidades Europeias. Agenda para um turismo europeu competitivo e sustentável (ATESC). Bruxelas. Comissão das Comunidades Europeias, outubro 2007. Disponível em: «http://europa.eu/legislation_summaries/enterprise/industry/l10132_pt.htm». 03 de julho de 2011.
- Comissão das Comunidades Europeias. Uma política de turismo europeia renovada: Rumo a uma parceria reforçada para o turismo na Europa. Bruxelas (PTE). Comissão das Comunidades Europeias, março 2006. Disponível em: «http://europa.eu/legislation_summaries/enterprise/industry/n26107_pt.htm». 03 de julho 2011.
- Cooper, C. e B. Boniface (1994) *The Geography of Travel and Tourism*, 2.^a edição, Oxford, Butterworth – Heinemann Ltd.

- Cooper, C., J. Fletcher, S. Wanhill, D. Gilbert e R. Shepherd (2001) *Turismo princípios e prática*, 2.^a edição, Brasil, Bookman (obra traduzida).
- Costa, C. (1991) *Planning for Tourism in Portugal – A Comparison Between the Tourist Organization in Portugal and England*, Tese de Mestrado não publicada, Universidade de Surrey.
- Costa, C. (2001) An Emerging Tourism Planning Paradigm? A Comparative Analysis Between Town and Tourism Planning, *International Journal of Tourism Research*, 3, 425-441.
- Costa, C. (2005) Turismo e cultura: avaliação das teorias e práticas culturais do setor do turismo (1990- 2000), *Análise Social*, XI (175), 279-295.
- Costa, C. (2006) Tourism planning, development and the territory, in Buhalis, D. e C. Costa (eds.), *Tourism Management Dynamics*, Oxford, Elsevier, 236- 243.
- Costa, C. e D. Buhalis (2006) Synergies between Territorial Planning and Strategic Management: A prospective analysis, Fonseca, M. L. (eds.), *Desenvolvimento e Território Espaços Rurais Pós-agrícolas e Novos Lugares de Turismo e Lazer*, Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa, 191-213.
- Cruz, A. (2010) *Turismo e Criatividade no Algarve: Uma Análise da Oferta Turística Regional como Elemento de Atração da Classe Criativa*, Tese de Mestrado não publicada, Universidade do Algarve.
- Cunha, L. (2003) *Perspetivas e Tendências do Turismo*, Lisboa, Edições Universitárias Lusófonas.
- Cunha, L. (2006) *Economia e Política do Turismo*, Lisboa, Verbo.

Cunha, L. (2008) Avaliação do Potencial Turístico, *Cogitur - Journal Of Tourism Studies*, 1,1, 21 – 39.

Department for Communities and Local Government. Good Practice Guide on Planning for Tourism. London. DCLG Publications, maio 2006. Disponível em: «www.communities.gov.uk/documents/planningandbuilding/pdf/151753.pdf». 9 de novembro de 2008.

Direção-Geral de Ordenamento do Território (1988) *Carta Europeia do Ordenamento do Território* (CEOT), Secretaria de Estado da Administração Local e do Ordenamento do Território, Ministério do Planeamento e da Administração do Território.

Fabeiro, C.P. e X.X. Parellas de Blas. Efectos del Naufragio del Prestige sobre el Potencial Turístico de la Costa Gallega. Un Modelo de Evaluación. Artigo (online). Asociación Internacional de Economía Aplicada, 2003. Disponível em: «<http://www.asepelt.org/ficheros/File/Anales/2003 - Almeria>». 26 de maio de 2011.

Faculdade de Economia (2009) *Guia para a Elaboração de Dissertações de Mestrados – 2.º Ciclo*, Universidade do Algarve.

Fazenda, N., F. Silva e C. Costa (2008) Política e planeamento turístico à escala regional: o caso da agenda regional de turismo para o norte de Portugal, *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, 18, 2.º Quadrimestre, 77-100.

Fernandes, A.J., C. Pais e E.T. Pereira. A importância das atrações turísticas no fomento do Turismo. Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional. Universidade Jean Piaget de Cabo Verde, 2009. Disponível em: «www.apdr.pt/congresso/2009/pdf/Sessão%2014/112A.pdf». 27 de agosto de 2010.

- Ferrão, J. (2004) A emergência de estratégias transnacionais de ordenamento do território na União Europeia: reimaginar o espaço europeu para criar novas formas de governança territorial?, *Revista eure*, XXIX, 89, 43-61.
- Ferreira, A.M.A.P. (2003) *O turismo como proporcionador da regeneração dos centros históricos. O caso de Faro*, Tese de Doutoramento não publicada, Universidade de Aveiro.
- Ferreira, L. (2009) Impactos do turismo nos destinos turísticos, *Revista Percursos & Ideias*, 1, 2.^a série, 105-116.
- Ferreira, L. (2009) Sustentabilidade, Competitividade e Planeamento em Turismo, in F. Dias, J. Soifer e L. Ferreira (eds.), *O Futuro do Turismo. Território, Património, Planeamento*, Porto, Estratégias Criativas.
- Flores, A. (2008) Lições da disciplina de Gestão de Destinos Turísticos do Mestrado em Gestão e Desenvolvimento de Destinos Turísticos, Universidade do Algarve.
- Flores, J.G. (1992) *Análisis de Datos Cualitativos. Aplicación al Caso de los Datos Procedentes de Grupos de Discusión*, Tese de Doutoramento não publicada, Universidad de Sevilla.
- Fortin, Marie- Fabienne (2000) *O Processo de Investigação, da Conceção à Realização*, Lusodidacta.
- Fratucci, A. (2008) *A dimensão espacial nas políticas públicas brasileiras de turismo: As possibilidades das redes regionais de turismo*, Tese de Pós Graduação em Geografia não publicada, Universidade Federal Fluminense.
- Gagnon, Serge. Développement Touristique et Organisation des Territoires: un Bilan des Études Classiques. Artigo (online). Chaire de recherche du Canada en

- développement des collectivités, 2002. Disponível em: «<https://depot.erudit.org/id/001932dd>». 22 de junho de 2010.
- Gaspar, J.. O Novo Ordenamento do Território – Geografia e Valores. Lisboa. Centro de Estudos Geográficos. Universidade de Lisboa, março de 1995. Disponível em: «<http://www.ub.es/geocrit/sv-39.htm>». 21 de agosto de 2010.
- Getz, D. (1986) Models in Tourism Planning: Towards Integration and Practice, *Tourism Management*, 7, 21-32.
- Gunn, C. (1988) *Tourism Planning*, 2.^a edição, New York, Taylor & Francis.
- Gunn, C. (2002) *Tourism Planning*, 4.^a edição, New York, Routledge.
- Hall, C. (2000) *Tourism Planning – Policies, Processes and Relationships*, England, Prentice Hall.
- Healey, P. (1997) *Collaborative planning. Shaping places in fragmented societies*, Canada, UBC Press.
- Hernandez, S., C. Fernandez, L. Batista (2006) *Metodologia de Pesquisa*, 3.^a Edição, Brasil, Editorial Mc GrawHill.
- Inskip, E. (1991) *Tourism Planning: An Integrated and Sustainable Development Approach*, New York, Van Nostrand Reinhold.
- Instituto Nacional de Estatística (2010) *Anuário Estatístico da Região Algarve 2009*, Lisboa, INE.
- Jafari, J. (1994) La Cientificación del turismo, *Estudios y Perspectivas en Turismo*, 3,1, 7-36.
- Jamal, T. e M. Robison (eds) (2009) *The SAGE handbook of tourism studies*, SAGE Publications Ltd.

- Janeira, A. L. (1972) A técnica de análise de conteúdo nas ciências sociais: natureza e aplicações, *Revista Análise Social*, IX, 34, 370-399.
- Kastenholz, E. (2007/2008) Lições policopiadas da disciplina de Marketing de Áreas-Destino, Aveiro, Universidade de Aveiro.
- Leiper, N. (1995) *Tourism Management*, RMIT Press, Melbourne.
- Levy, J. (2009) *Contemporary Urban Planning*, 8.^a edição, EUA, Prentice Hall, Inc.
- Lobo, C. (1999) *Planeamento Regional e Urbano*, Lisboa, Universidade Aberta.
- Lopes, A. (1995) *Desenvolvimento Regional*, 4.^a Edição, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Machado, V. (2010) a) *Direito e Turismo como Instrumentos do Poder – Os Territórios Turísticos*, Santo Tirso, Editorial novembro.
- Machado, V. (2010) b) Sistemas de turismo e ordenamento do território no regime jurídico das áreas regionais de turismo e pólos de desenvolvimento turístico, *Revista Dos Algarves*, 19, 37-59.
- Magalhães, N. (2008) *Algarve - Castelos, Cercas e Fortalezas*, Faro, Letras Várias, Edições e Artes.
- Malobbia, P. (2009) *Estoi_ Identidade e transformação*, Faro, Departamento de Cultura e Património, Divisão de Núcleos Históricos, Câmara Municipal de Faro.
- Marado, C. A. (2006) *Antigos Conventos do Algarve*, Lisboa, Edições Colibri.
- Marreiros, G. M. (2000) *QUEM FOI QUEM? – 200 Algarvios do Século XX*, Lisboa, Edições Colibri.
- Martins, L.S. (2007) Território, Ordenamento e Turismo – Entre os Excessos da Construção e os Valores da Conservação, *Revista Inforgeo*, 20&21, 99-103.

- Mathieson, A. e G. Wall (1982) *Tourism: economic, physical and social impacts*, New York, Longman.
- McIntosh, R. W., C. R. Goeldner e J.R.B. Ritchie (1995) *Tourism: Principles, Practices and Philosophies*, 7.^a Edição, New York, John Wiley&Sons.
- Mill, R. e A. Morrison (1992) *The Tourism System – An Introductory Text*, 2.^a edição, New Jersey, Prentice- Hall International, Inc.
- Moniz, A. (1996) O Turismo nos Açores. Estudo sobre o alojamento turístico, *Jornal de Cultura*.
- Murphy, P. (1985) *Tourism: a community approach*, Routledge.
- Noronha, M.T., A.P. Barreira, P. George, E, Vaz, A.L. Cruz, H. Carmo e M. Martins (2009) *Acompanhamento e monitorização do PROT Algarve – 1.º relatório anual*, Centro de Investigação sobre Espaço e Organizações, Universidade do Algarve.
- Oliveira, F. (2009) *Contratos Para Planeamento. Da Consagração Legal de Uma Prática às Dúvidas Práticas do Enquadramento Legal*, Coimbra, Edições Almedina.
- OMT (2001) *Apuntes de Metodologia de la Investigacion em Turismo*, Madrid, OMT.
- OMT (2001)b) *Introdução ao Turismo*, S. Paulo, Roca.
- Pardal, L. e E. Correia (1995) *Métodos e Técnicas de Investigação Social*, Porto, Areal Editores.
- Pardal, S. e M. C Lobo (2000) O conceito de planeamento, in M. Costa Lobo *et al.* (eds.) *Normas Urbanísticas – Vol. IV. Planeamento integrado do território: elementos da teoria crítica*, Lisboa, DGOTDU/Universidade Técnica de Lisboa, 1-10.

- Pearce, D. (1989) *Tourism Development*, 2.^a edição, London, Longman Scientific&Tchnical.
- Pereira, M. (2009) DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO: PARA UMA GOVERNABILIDADE INTELIGENTE DO(S) TERRITÓRIO(S), *Revista Prospetiva e Planeamento*, 16, 77-102.
- Pessoa, F.S. (1999) *Algarve – Paisagens e Espaços Naturais*, Faro, Comissão de Coordenação da Região do Algarve.
- Plano Rodoviário Nacional 2000 (PRN 2000), Decreto- Lei n.º 222/98, de 17 de julho, Declaração de Retificação n.º19-D/98, Lei n.º 98/99, de 26 de julho, Decreto- Lei n.º 182/2003, de 16 de agosto.
- Plog, S. (1974) Why Destinations Areas Rise and Fall in Popularity, *Cornell Hotel and Restaurant Administration Quarterly*, 14, 4, 55-58.
- Portas, N., A. Domingues e J. Cabral (2003) *Políticas Urbanas – Tendências, estratégias e oportunidades*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Ramos, C. (1998) Sistemas de Informação no Planeamento Turístico, *Revista Dos Algarves*, 3, 42-47.
- Reigado, F. (2000) *Desenvolvimento e Planeamento Regional, Uma Abordagem Sistémica*, Lisboa, Editorial Estampa.
- Reto, L. e F. Nunes (1999) Métodos como Estratégia de Pesquisa, Problemas Tipo numa Investigação, *Revista Portuguesa de Gestão*, I/99, 21-31.
- Ruivo, F. (2000) *O Estado Labiríntico: O poder relacional entre Poderes Local e Central em Portugal*, Porto, Edições Afrontamento.

- Santos, F.T. (2009) TERRITÓRIOS RESILIENTES ENQUANTO ORIENTAÇÃO DE PLANEAMENTO, *Revista Prospetiva e Planeamento*, 16, 13-28.
- Shaw, G. e A. Williams (2002) *Critical Issues in Tourism*, 2.^a Edição, Oxford, Blackwell Publishers Inc.
- Silva, J. A. M. (1998) Turismo, o espaço e economia, GEPE- Gabinete de Estudos e Prospetiva, 7-13.
- Silva, J.A. S. (2004) *Turismo, Crescimento e Desenvolvimento: Uma Análise Urbano - Regional Baseada em Cluster*, Tese de doutoramento não publicada, Universidade de São Paulo.
- Silva, J.A.M. (2008) Elementos de Apoio à Elaboração da Dissertação de Mestrado, lições da disciplina de Metodologias de Investigação do Mestrado em Gestão e Desenvolvimento de Destinos Turísticos, Universidade do Algarve.
- Silva, J.A.M. e J.A.V. Silva (2003) Inserção Territorial das Atividades Turísticas em Portugal – Uma tipologia de Caracterização, *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, 1, 53-73.
- Silva, J.A.M., J.C. Mendes, M.M. Guerreiro, M.A. Viegas, B. Sequeira, L. P. Ferreira, L.M. Pereira (2001) *Construção de Indicadores de Avaliação da Qualidade no Turismo*, Faro, Universidade do Algarve.
- Timothy, D. (1998) Cooperative Tourism Planning in a Developing Destination, *Journal of Sustainable Tourism*, 6,1, 52-68.
- Torres, A. (2000) *Novos Elementos do Método no Estudo*, 4.^a Edição, Lisboa, Veja.
- Turismo de Portugal - Algarve (2008) Avaliação da Satisfação dos Clientes dos Postos de Turismo, *Relatório anual*.

- Turismo de Portugal. Determinação da Representatividade das Motivações Primárias e Estádio de Satisfação dos Turistas em Portugal. Lisboa. Turismo de Portugal, 2007. Disponível em:
«<http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/ProTurismo/destinos/produ%20tostur%C3%ADsticos/Anexos/AVALIA%C3%87%C3%83O%20DOS%20PRODUTOS.pdf>». 18 julho 2010.
- Turismo do Algarve. Alinhamento do Plano Regional de Turismo do Algarve com o PENT. Vilamoura. Turismo do Algarve, julho 2009. Disponível em:
«http://www.turismodoalgarve.pt/ficheirosSite/32/32_0_036A20B5d01.pdf». 18 de julho de 2010.
- Um, S. e J.L. Crompton (1990) Attitude determinants in tourism destination choice, *Annal of Tourism Research*, 17, 3, 432-448.
- Valls, J. (2004) *Gestión de Destinos Turísticos Sostenibles*, Barcelona: Gestión 2000.
- Vanhove, N. (2005) *The economics of tourism destinations*, Butterworth-Heinemann.
- Vareiro, L. C. e J. C. Ribeiro. A imagem de destino e o potencial turístico do Vale do Minho (Portugal). XXXII Reunión de Estudios Regionales. Asociación Galega de Ciencia Rexional, novembro 2006. Disponível em:
«repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/652». 23 de janeiro de 2010.
- Vareiro, L.C. (2008) *Turismo como estratégia integradora dos recursos locais: o caso da NUT III Minho-Lima*, Tese de Doutoramento não publicada, Universidade do Minho.
- Veal, A. J. (1997) *Research Methods for Leisure and Tourism*, 2.^a edição, London Pitman Publishing.

- Vera, J., F. Palomeque, M. Marchena e A. Salvador (1997) *Análisis territorial del turismo*, Barcelona, Editorial Ariel, S.A.
- Vieira, J. (2007) *Planeamento e Ordenamento Territorial do Turismo – Uma perspectiva estratégica*, Lisboa, Editorial Verbo.
- Williams, P., J. Paul e D. Hainsworth (1996) Keeping Track of What Really Counts. Tourism Resource Inventory Systems in British Columbia, Canada, in L. Harrison e W. Husband (eds), *Practicing Responsible Tourism: International Case Studies in Tourism Planning, Policy and Development*, New York, John Wiley&Sons, Inc, 404- 420.
- WTO (1993) Sustainable Tourism: Guide for local planners, Madrid, Tourism and the Environmental Publication.
- WTO (1994) National and Regional Tourism Planning: Methodologies and Cases Studies, WTO, Madrid.
- WTO (1998) Guide for Local Authorities on Developing Sustainable Tourism, WTO.

Apêndice 1: Instrumentos de desenvolvimento recolhidos

1.1 Instrumentos estratégicos de setores transversais ao turismo

ESTRATÉGIAS/PROGRAMAS/ PLANOS	Sigla	Diploma	Vigência	Fonte
1.Nível Nacional				
1.1. Estratégias				
Estratégia Nacional para a Energia	ENE	RCM n.º 29/2010, 15 de abril	2020	http://dre.pt e http://www.min-economia.pt
Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas	ENAAC	RCM n.º 24/2010, 1 de abril		http://dre.pt e http://www.apambiente.pt
Estratégia Nacional para a Gestão Integrada da Zona Costeira de Portugal	ENGIZCP	RCM n.º 82/2009, 8 de Set.	2007-2013	http://dre.pt e http://www.inag.pt
Estratégia Nacional para os Efluentes Agropecuários e Agro- Industriais	ENEAPAI	Despacho n.º 8277/2009, 9 de maio		http://dre.pt e http://portaldagua.inag.pt/
Estratégia para o Cumprimento das Metas Nacionais de Incorporação de Biocombustíveis nos Combustíveis Fósseis	ECMNIB CF	RCM n.º 21/2008, 5 de Fev.	2008-2010	http://dre.pt
Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável	ENDS	RCM n.º 109/2007, 20 agosto	2005-2015	http://www.apambiente.pt e http://dre.pt
Quadro de Referência Estratégico Nacional (Programas Operacionais, 2007/2013)	QREN	RCM n.º 86/2007,3 de julho	2007-2013	http://dre.pt e www.qren.pt
Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas	ENCPE	RCM n.º 65/2007, 7 de maio	2008-2010	http://dre.pt e www.apambiente.pt
Estratégia Nacional para as Florestas	ENF	RCM n.º 114/2006, 15 de Set.	2007-2013	http://dre.pt e http://www.afn.min-agricultura.pt
Estratégia Nacional para o Mar	ENM	RCM n.º 163/2006, 12 Dez. (RCM n.º 40/2007, 12 de março cria a EMAM)	2006-2016	http://dre.pt e http://www.emam.com.pt
Estratégia Nacional Conservação da Natureza e da Biodiversidade	ENCNB	RCM n.º 152/2001, 11 de Out. (vigora até 2010)		http://dre.pt e http://portal.icnb.pt
Estratégia para as Alterações Climáticas	EAC	RCM n.º 59/2001, 30 de maio		http://dre.pt
1.2. Planos				
Plano Nacional de Ação Ambiente e Saúde	PNAAS	RCM n.º 91/2008, 4 de junho	2008-2013	http://dre.pt e www.apambiente.pt
Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética	PNAEE	RCM n.º 80/2008, 20 de maio	2008-2015	http://dre.pt e http://www.adene.pt
Plano Nacional de Atribuição de Licenças de Emissão	PNALE II	RCM n.º 1/2008, 4 de Jan.	2008-2012	http://dre.pt e www.apambiente.pt

Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais	PEAASAR	Despacho n.º 2339/2007, 14 de Fev.	2007-2013	http://dre.pt e http://www.maotdr.gov.pt/Admin/Files/Documents/PEAASAR.pdf
Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos	PERSU II	Port. n.º 187/2007, 12 de Fev.	2007-2016	www.maotdr.gov.pt/Admin/Files/Documents/PERSU.pdf
Plano Estratégico Nacional para o Desenvolvimento Rural	PENDR	RCM n.º 147/2006, 2 de Nov.	2007-2013	http://dre.pt e www.gppaa.min-agricultura.pt
Plano Nacional de Gestão de Resíduos	PNGR	DL n.º 178/2006, em 5 de Set.	elaboração	http://www.apambiente.pt
Plano Estratégico dos Resíduos Agrícolas	PERAGRI	DL n.º 178/2006, 5 de Set.	2016	http://www.apambiente.pt
Plano Nacional de Redução de Emissões - PNRE das Grandes Instalações de Combustão	PNRE	Despacho Conj. N.º 509/2006, 27 de junho		http://dre.pt
Plano Estratégico de Gestão de Resíduos Industriais	PEGRI	DL n.º 89/2002, 9 de abril	2000-2015	http://dre.pt e www.apambiente.pt
Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social	PNDES		2000-2006	www.ces.pt/file/doc/87
Plano Estratégico Nacional para a Pesca	PENP		2007-2013	https://infoeuropa.euroid.pt
Plano Estratégico dos Transportes	PET		(Não foi ainda aprovado)	http://www.moportc.pt/
Plano Nacional de Prevenção de Resíduos Industriais (2001)	PNPRI		2000-2015	http://www.iambiente.pt/portal/page?_pageid=73,408080&_dad=portal&_schema=PORTAL&actualmenu=15581175&docs=15566505&cboui=15566505&menu_childmenu=10141024
Plano Estratégico de Resíduos Hospitalares	PERH	DL n.º 178/2006, 5 de Set.	2010-2016	http://www.apambiente.pt
Plano Estratégico dos Resíduos Hospitalares para o período de 2011-2016		Portaria n.º 43/2011, 20 de Jan.	2011-2016	http://dre.pt
Plano Estratégico de Resíduos Industriais	PESGRI	DL n.º 178/2006, 5 de Set., DL 89/2002, 9 de abril, D.R. n.º 23-A/2002	(Em processo de revisão)	http://www.apambiente.pt
1.3 Programas				
Programa de Prevenção de Resíduos Urbanos	PPRU	Despacho n.º 3227/2010, 22 de Fev.	2007-2016	http://dre.pt e www.apambiente.pt
Programa Nacional para as Alterações Climáticas	PNAC	RCM n.º 1/2008, 4 Jan.		http://www.iambiente.pt
Programa dos Tetos de Emissão Nacionais	PTEN	RCM n.º 103/2007, 6 de agosto	2010	http://dre.pt e www.apambiente.pt
Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água (Estudo versão preliminar 2001)	PNUEA	RCM n.º 113/2005		http://dre.pt e www.inag.pt

Programa de Atuação para Reduzir a Dependência de Portugal face ao Petróleo	PARDPP	RCM n.º 171/2004, 29 de Nov.	2010	http://dre.pt e http://www.portugal.gov.pt
Programa Nacional de Barragens com Elevado Potencial Hidroelétrico			2007-2020	http://pnbeph.inag.pt
Programa de Desenvolvimento Rural do Continente	PDRC		2007-2013	http://www.proder.pt
Programa Operacional Fatores Competitividade	POFC		2007-2013	http://www.pofc.qren.pt
Programa Operacional Pesca	POP		2007-2013	http://www.ifap.min-agricultura.pt
Programa Operacional de Cooperação Transfronteiriça Espanha- Portugal	POCTEP		2007-2013	http://www.poctep.eu
Programa Operacional de Valorização do Território	POVT		2007-2013	http://www.povt.qren.pt
Programa Operacional de Potencial Humano	POPH			www.poph.qren.pt/
Programa Operacional Economia	POE		2000-2006	http://www.qca.pt/publicacoes/download/poe.pdf
Programa Operacional Ciência e Inovação	POCI		2010?	http://www.mctes.pt/archive/doc/Programa_Operacional_Ciencia_e_Inovacao_2010.pdf
1.4 Orientações				
Orientações Estratégicas para o Setor Marítimo Portuário	OESMP		2007-2015	http://www.moptc.pt/
Orientações Estratégicas para o Setor Ferroviário	OESF		2007-2015	http://www.moptc.pt
Orientações Estratégicas para o Sistema Aeroportuário Nacional	OESAN			http://www.moptc.pt

2. Nível Regional

2.1 Edições da CCDR Algarve				
Estudo de Avaliação dos Impactos da Estratégia Regional para as Áreas de Baixa Densidade do Algarve (2009)				http://www.ccdr-alg.pt
Programa de Equipamentos Urbanos de Utilização Coletiva 2006/2009				
Agenda Regional do Mar Algarve. Contributos para o Plano de Ação para o Cluster Mar Algarve (2008)				
Perfil e potencial económico-social do turismo náutico no Algarve (2008)				
PRIAlgarve - Plano Regional de Inovação do Algarve(2007)				
Relatório do Estado do Ambiente, Algarve (2003)				
2.2. Estratégias/Planos/Programas				
Estratégia Algarve 2007-2013			2007-2013	http://www.ccdr-alg.pt

Plano Estratégico da Intervenção de Requalificação e Valorização da Ria Formosa	(RCM n.º 90/2008, de 3 de junho: POLIS) Despacho n.º18250/2006, 3 agosto	http://www.polislitoralriafarmosa.pt
Plano Estratégico das Áreas de Baixa Densidade		http://www.ccdr-alg.pt
Plano Prévio de Intervenção em Incêndios Rurais- PNRF	PPIIR	http://www.icnb.pt
Programa Operacional do Algarve 21 (semelhante à Estratégia Algarve 2007-2013)	PO Algarve 21	http://www.ccdr-alg.pt
O Aeroporto Internacional de Faro como oportunidade para o desenvolvimento (2008) competitivo da região do Algarve		
Plano Diretor do Aeroporto de Faro		http://www.ana.pt

3. Nível Local (Faro)

Estudo de Enquadramento Estratégico da Frente Ribeirinha de Faro	(Em elaboração)	http://www.cm-faro.pt
Plano Estratégico de Faro	Dez 2004/junho 1995	CMFaro
Plano de Mobilidade Sustentável do Concelho de Faro		http://sniamb.apambiente.pt
Carta Educativa do Concelho de Faro		http://www.cm-faro.pt
Carta Arqueológica do Concelho de Faro		CMFaro
Carta de Ruído do Concelho de Faro		CMFaro
Plano da Estrutura Verde do Sistema Urbano de Faro/Montenegro		http://www.cm-faro.pt
Plano Rodoviário Municipal de Faro		CMFaro

1.2 Instrumentos cujo objeto é o turismo

PLANOS/PROGRAMAS: TURISMO	Sigla	Diploma	Vigência	Fonte
1. Nível Nacional				
1.1. Planos				
Plano Estratégico Nacional do Turismo	PENT	RCM n.º 53/2007, 4 abril	2006-2015	http://dre.pt e http://www.turismodeportugal.pt
Plano de Desenvolvimento do Setor do Turismo	PDST	RCM n.º 97/2003, 1 de agosto		http://dre.pt
Plano Consolidação do Turismo	PCT	RCM n.º12/2002, 24 Jan.	2000-2006	http://dre.pt
Plano de Formação em Hotelaria e Turismo (?) referido no plano 2				
1.2. Programas				
Programa Turismo Sénior 2010 -2011		Portaria n.º 645/2010, 30 agosto	2010-2011	http://dre.pt
Programa de Ação - Turismo 2015				http://www.turismo2015.pt

Programa de Intervenção do Turismo	PIT	Despacho Normativo n.º 30/2009, 25 de agosto	2007-2010	http://www.turismodeportugal.pt
Programa - Sistema de incentivos a produtos turísticos de vocação estratégica	SIVETUR	Portaria n.º 59/2005, 21 Jan	2006(?)	http://dre.pt
Programa de Intervenções para a Qualificação do Turismo	PIQTUR	RCM N.º 12/2002, 24 DE Jan., RCM n.º 189/2003, 16 Dez	2006	http://dre.pt
Programa Nacional de Formação Melhor Turismo (inserido no POEFDS)	PNFMT		2000-2006	
Programas Integrados Turísticos de Natureza	PIITER	Portaria n.º 450/2001, 5 maio	2000-2006(?)	http://dre.pt
Programa Nacional Turismo de Natureza	PNTN	RCM n.º 112/98, 25 agosto	2000-2006(?)	http://dre.pt e http://www.icnb.pt

2. Nível Regional

2.1 Planos

Plano Regional Turismo do Algarve 2000
Alinhamento do Plano Regional de Turismo do Algarve com o PENT

<http://www.turismodoalgarve.pt>
<http://www.turismodoalgarve.pt>

2.2 Projetos e Iniciativas Turismo do Algarve

Plano de Ação Algarve 2010

<http://www.turismodoalgarve.pt>

Estudo técnico «Birdwatching no Algarve»
Perfil do Turista Nacional que visita o Algarve

<http://www.turismodoalgarve.pt>
<http://www.turismodoalgarve.pt>

1.3 Instrumentos de gestão territorial

IGT: ORDENAMENTO	Sigla	Diploma	Responsável	Fonte
1. Nível Nacional				
1.1. Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território	PNPOT	Lei n.º 58/2007, de 4 setembro retificada pela DR n.º 80-A/2007, de 7 de setembro	Governo	http://www.dgotd.u.pt
1.2 Planos sectoriais				
Plano Nacional da Água Plano sectorial da Rede Natura 2000	PNA PSRN2000	Despacho n.º 6127/2010, 7 abril (determina a elaboração do PNA 2010) RCM n.º 115-A/2008, de 21 de julho	ICNB	http://dre.pt e http://www.inag.pt http://www.icn.pt
Plano de Bacia Hidrográfica das Ribeiras do Algarve Plano Regional de Ordenamento Florestal do Algarve	PBHR Algarve PROF Algarve	Decreto Regulamentar n.º 12/2002, de 2 de março Decreto Regulamentar n.º 17/06, de 20 de outubro Decisão de elaborar: DL 146/2007, de 27 de abril, Despacho n.º 6494/2008, de 6 de março (Em elaboração)	Direção Regional do Ambiente e do Ordenamento do Território Direção Geral dos Recursos Florestais	http://www.ccdr-alg.pt www.afn.min-agricultura.pt
Plano Nacional Marítimo Portuário	PNMP		Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, I.P.	

Plano de Ordenamento do Espaço Marítimo	POEM	Em discussão (Aviso n.º 24108/2010, publicado no Diário da República, 2.ª Série, N.º 226, de 2010.11.22)	Coordenação INAG	http://poem.inag.pt
---	------	--	------------------	---

1.3. Planos Especiais

Plano de Ordenamento da Orla Costeira Vilamoura-V.R.S. António	POOC Vilamoura -VRS António	RCM n.º 103/2005, de 27 de junho	ICNB	http://www.icn.pt
Plano de Ordenamento da Orla Costeira Burgau-Vilamoura	POOC Burgau-Vilamoura	RCM n.º 104/2007, de 7 de agosto (Não se aplica a Faro)		http://www.inag.pt
Plano de Ordenamento do Parque Natural da Ria Formosa	POP NRF	RCM n.º 78/2009, de 2 de setembro	ICNB-Parque Natural da Ria Formosa	http://www.icn.pt

2. Nível Regional

Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve	PROT Algarve	RCM n.º 102/2007, de 3 de agosto	CCDR Algarve	http://www.territorioalgarve.pt
--	--------------	----------------------------------	--------------	---

3. Nível Local

Plano Diretor Municipal de Faro	PDM Faro	RCM n.º 174/95 de 19 dezembro, alterado pela Declaração n.º 203/98, de 08 de junho e pela RCM n.º 38/2005, de 28 de fevereiro e com alteração por adaptação e retificação publicitada no Aviso n.º 17503/2008, publicado no Diário da República 2.ª Série – n.º 109, de 6 de junho de 2008	CMFaro	http://www.cm-faro.pt
---------------------------------	----------	--	--------	---

Apêndice 2: Instrumentos de desenvolvimento analisados: nível nacional e regional

2.1 Nível Nacional

	Nível Nacional (Portugal)			
	Estratégias	Planos	Programas	Orientações
Instrumentos setores transversais ao turismo (i)	<p>Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas</p> <p>Estratégia Nacional para a Gestão Integrada da Zona Costeira de Portugal</p> <p>Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável</p> <p>Quadro de Referência Estratégico Nacional (Programas Operacionais)</p> <p>Estratégia Nacional para as Florestas</p> <p>Estratégia Nacional para o Mar</p> <p>Estratégia Nacional Conservação da Natureza e da Biodiversidade</p>	<p>Plano Nacional de Ação Ambiente e Saúde</p> <p>Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética</p> <p>Plano Estratégico Nacional para o Desenvolvimento Rural</p> <p>Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social</p> <p>Plano Estratégico Nacional para a Pesca</p> <p>Plano Estratégico dos Transportes</p>	<p>Programa de Prevenção de Resíduos Urbanos</p> <p>Programa Nacional de Barragens com Elevado Potencial Hidroelétrico</p> <p>Programa de Desenvolvimento Rural do Continente</p> <p>Programa Operacional Fatores Competitividade</p> <p>Programa Operacional Pesca</p> <p>Programa Operacional de Valorização do Território</p> <p>Programa Operacional de Cooperação Transfronteiriça Portugal - Espanha</p> <p>Programa Operacional de Potencial Humano</p> <p>Programa Operacional Economia</p>	<p>Orientações Estratégicas para o Setor Marítimo Portuário</p> <p>Orientações Estratégicas para o Sistema Aeroportuário Nacional</p>
Instrumentos relativos ao turismo (ii)		<p>Plano Estratégico Nacional do Turismo</p> <p>Plano de Desenvolvimento do Setor do Turismo</p> <p>Plano Consolidação do Turismo</p>	<p>Programa Turismo Sénior</p> <p>Programa de Ação - Turismo 2015</p> <p>Programa de Intervenção do Turismo</p> <p>Programa - Sistema de incentivos a produtos turísticos de vocação estratégica</p> <p>Programa de Intervenções para a Qualificação do Turismo</p> <p>Programas Integrados Turísticos de Natureza</p>	
Instrumentos gestão territorial (iii)	Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território	Planos sectoriais	Planos Especiais	
		<p>Plano Nacional da Água</p> <p>Plano sectorial da Rede Natura 2000</p> <p>Plano Regional de Ordenamento Florestal do Algarve</p> <p>Plano de Ordenamento do Espaço Marítimo</p>	<p>Plano de Ordenamento da Orla Costeira Vilamoura - V.R.S. António</p> <p>Plano de Ordenamento do Parque Natural da Ria Formosa</p>	

2.2 Nível Regional

Nível Regional (Algarve)				
	Estratégias	Planos	Programas	Edições da CCDR Algarve
Instrumentos setores transversais ao turismo (i)	Estratégia Algarve 2007-2013	Plano Estratégico da Intervenção de Requalificação e Valorização da Ria Formosa Plano Estratégico das Áreas de Baixa Densidade	Programa Operacional do Algarve 21 (semelhante à Estratégia Algarve 2007-2013)	Estudo de Avaliação dos Impactos da Estratégia Regional para as Áreas de Baixa Densidade do Algarve Agenda Regional do Mar Algarve. Contributos para o Plano de Ação para o Cluster Mar Algarve Perfil e potencial económico-social do turismo náutico no Algarve PRIAlgarve - Plano Regional de Inovação do Algarve Relatório do Estado do Ambiente, Algarve
Instrumentos relativos ao turismo (ii)		Plano Regional de Turismo do Algarve 2000 Alinhamento do Plano Regional de Turismo do Algarve com o PENT		Projetos e Iniciativas do Turismo do Algarve: Plano de Ação Algarve 2010 Estudo Técnico «Birdwatching no Algarve» Perfil do Turismo Nacional que visita o Algarve
Instrumentos de gestão territorial (iii)		Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve		

Apêndice 3: Quadros síntese das estratégias, produtos e tipologias de turismo

3.1 Nível Nacional

Nível Nacional (Portugal)		
	Produtos/Tipologias de Turismo	Estratégia
(i)	<p>Turismo náutico, recreio e oceânico (náutica, mergulho, observação de cetáceos, cruzeiros, pesca)</p> <p>Turismo desportivo (provas desportivas, vela, remo, canoagem)</p> <p>Turismo rural (agro turismo, enoturismo, parques de campismo rurais, atividades ligadas à caça)</p> <p>Turismo de natureza (ecoturismo, TER, centros de observação da natureza/paisagem, rotas/percursos)</p> <p>Turismo de negócios (congressos, reuniões, negócios)</p> <p>Turismo equestre</p> <p>Turismo cultural</p> <p>Turismo religioso</p> <p>Turismo de saúde (termas, talassoterapia, bem estar)</p> <p>Golfe</p>	<p>Desenvolvimento, de produtos turísticos mais qualificados, através de modelos de desenvolvimento turístico e agindo no âmbito de <i>clusters</i>.</p> <p>O mar enquanto elemento diferenciador da oferta turística e a promoção do turismo para o desenvolvimento rural, consubstanciado no património natural e cultural, e como forma de combater a desertificação, potenciar a conservação da natureza e a biodiversidade.</p> <p>Oferta de alojamento e animação nas áreas protegidas mas com garantia da sustentabilidade destas áreas, exportação de áreas afins ao turismo (congressos, formação, reuniões) como forma de ampliar a oferta.</p> <p>Diversificação da procura junto dos mercados nórdicos, captação de turistas idosos para a época média/baixa, e valorização do património histórico para aumento da oferta de alojamento.</p> <p>Para o Algarve, a orientação é, diversificação dos produtos turísticos com integração de produtos tradicionais, de forma a permitir, em simultâneo, o desenvolvimento de atividades entretanto abandonadas e a redução da sazonalidade.</p>
(ii)	<p>Sol e mar</p> <p>Circuitos turísticos (touring), culturais e paisagísticos</p> <p>Estadias de curta duração em cidades (city break)</p> <p>Turismo de negócios</p> <p>Turismo de natureza</p> <p>Turismo náutico (inclui cruzeiros)</p> <p>Saúde de bem-estar</p> <p>Golfe</p> <p>Conjuntos turísticos (<i>resorts</i>) integrados em turismo residencial</p> <p>Gastronomia e vinhos</p> <p>No Algarve: sol e mar, turismo de negócios, turismo náutico, saúde e bem-estar, golfe</p>	<p>Desenvolvimento do setor do turismo a partir de um trabalho planificado e fundamentado.</p> <p>Qualificação e competitividade da oferta turística, assente na qualidade urbanística, ambiental, paisagística, recursos humanos e na dinâmica empresarial, e cuja intervenção nos produtos deverá ser realizada numa ótica regional.</p> <p>No Algarve enquanto destino sol e mar a estratégia deverá assentar na requalificação desta região considerando o ordenamento do território, a valorização dos recursos ambientais, a proteção da orla costeira e do património, bem como, o desenvolvimento de produtos turísticos alternativos à praia.</p> <p>A estratégia passa ainda por um conjunto de ações transversais: delimitação de zonas turísticas de interesse, manutenção da animação noturna, implantação de <i>resorts</i>, melhoria da qualidade dos serviços e eventos, bem como, das acessibilidades aéreas, requalificação da oferta hoteleira e da restauração e, oferta de produtos de turismo de natureza e cultural no interior da região.</p>
(iii)	<p>Turismo cultural</p> <p>Turismo de natureza (ecoturismo)</p> <p>Turismo rural</p>	<p>Integração da paisagem e pesca nas tipologias de turismo e lazer. Necessidade de maior conciliação entre conservação dos recursos naturais e o uso turístico, de recreio e lazer. Elaboração de modelos</p>

<p>Turismo náutico (<i>cluster</i> de atividades náuticas, relação pesca e turismo, cruzeiros)</p> <p>No Algarve: turismo florestal, náutico, de natureza (ecoturismo), ecológico, científico, educacional</p>	<p>turísticos para as áreas protegidas, para os produtos do turismo oceânico, para cada destino turístico, e definição de mecanismos de articulação entre as regiões com elevado potencial turístico e as políticas ambientais e de ordenamento do território. Elaboração/alteração de IGT de forma a estimular uma oferta de produtos turismo rural, cultural e de natureza.</p> <p>Promoção de um turismo sustentável, redutor das assimetrias regionais, motor do bem-estar das populações e utilizador responsável dos recursos naturais e património cultural.</p> <p>Para o Algarve a estratégia passa pela qualificação e diversificação do turismo/lazer, pelos serviços de maior valor acrescentado, pela gestão das dinâmicas do mercado imobiliário, requalificação/reabilitação de urbanizações e conjuntos turísticos obsoletos e, utilização do mar enquanto suporte do modelo turístico. Uso sustentável dos recursos naturais, sobretudo na Ria Formosa.</p> <p>Criação de bases empresariais de suporte à qualificação dos serviços turísticos existentes, e novos nichos de serviços de exploração. A agricultura, as pescas e a indústria deverão recuperar o papel exportador e integrados na cadeia de valor do turismo, e deverá apostar-se nas atividades intensivas de conhecimento.</p>
--	--

3.2 Nível Regional

Nível Regional (Algarve)	
Tipologias de Turismo/Produtos	Estratégia
<p>(i) Turismo náutico e oceânico</p> <p>Turismo de cruzeiros, iates</p> <p>Turismo de natureza (ecoturismo)</p> <p>Turismo sénior</p> <p>Turismo de desporto</p> <p>Turismo do golfe</p> <p>Turismo de eventos (internacionais), congressos e conferências</p> <p>Turismo rural e ambiental</p> <p>Turismo de saúde, talassoterapia, bem-estar</p> <p>Turismo científico</p> <p>Turismo de aldeia</p> <p>Turismo cultural</p> <p>Turismo de aventura</p>	<p>Diversificar o <i>cluster</i> turismo e lazer, diversificar/diferenciar produtos e serviços, integrar produtos ligados à náutica, mar, aos produtos tradicionais, bem como, à componente ambiental, cultural, histórica. Alargar mercados, criar redes com os atores regionais, reorientar o setor agroalimentar assim como outros em linha com o turismo.</p> <p>Inovar no turismo a partir da certificação de sistemas, novas tecnologias de informação e comunicação. Reestruturar a forma organizativa das empresas, contratar pessoal qualificado.</p> <p>Definir regras para as zonas de expansão urbana em conjunto com a política do setor do turismo. Promover o <i>Cluster</i> de turismo e lazer nas áreas rurais, em articulação com a valorização dos produtos tradicionais, e potenciação de um turismo alternativo (melhorar as condições de vida). Requalificar espaços urbanos/turísticos.</p> <p>Considerar o ambiente natural, urbano, património natural e valores paisagísticos como um valor e recurso de suporte à especialização económica. Preservar o ambiente, e qualificar a envolvente</p>

		ambiental e territorial.
(ii)	<p>Sol e mar</p> <p>Golfe</p> <p>Turismo náutico</p> <p>Turismo residencial&resorts integrados</p> <p>Mice</p> <p>Turismo cultural</p> <p>Turismo de natureza</p> <p>Turismo Gastronómico&Vinhos</p> <p>Turismo saúde e bem-estar</p>	<p>Diversificar mercados, promover uma distribuição espacial da oferta de alojamento mais homogénea através da sua implementação em concelhos com menor capacidade de oferta, diversificar a oferta de produtos turísticos, aumentar o alojamento de qualidade, fomentar ações que fomentem a diminuição da sazonalidade.</p> <p>Estratégia de desenvolvimento do turismo do Algarve assente em 8 eixos estratégicos: 1.Mercados emissores alvo (continuar a apostar nos mercados estratégicos mas desenvolver outros); 2.Acessibilidades aéreas (criar 7 novas ligações e reforçar 13 das existentes); 3.Oferta;4.Qualidade Urbana e Ambiental (intervenção em Zonas Turísticas de Interesse –ZTI, requalificação da oferta hoteleira, e das zonas urbanas); 5.Qualidade de serviços e recursos humanos (Certificação de qualidade); 6.Eventos& Animação (calendário de eventos a nível regional); 7.Contéudos;8.Promoção (enfoque nos produtos primários e canal internet).</p>
(iii)	<p>Principais:</p> <p>Sol/praia/mar/clima</p> <p>Golfe</p> <p>Turismo náutico</p> <p>Lazer e férias familiares (resorts, hotelaria e imobiliária de lazer)</p> <p><i>Short breaks</i></p> <p>Parques temáticos</p> <p>Turismo de vilegiatura séior, residência temporária ou permanente de reformados</p> <p>Turismo desportivo (estágios)</p> <p>Turismo de saúde e bem-estar (spa´s e termas)</p> <p>Reuniões, incentivos, congressos, eventos</p> <p>Campismo, caravanismo</p> <p>Complementares: eventos culturais e desportivos, turismo de cruzeiros, turismo social, turismo cultura e urbano, turismo rural, turismo de natureza (lazer e aventura), pesca desportiva e caça</p> <p>Outros: turismo de aldeia e turismo científico</p>	<p>São objetivos estratégicos para a região: qualificar e diversificar o cluster turismo/lazer, robustecer e qualificar a economia, promover um modelo territorial equilibrado e competitivo, consolidar um sistema ambiental sustentável e durável.</p> <p>Novas atividades económicas com autonomia relativamente à procura turística, inovadoras e da sociedade do conhecimento mas complementares/impulsionadas pelo cluster turismo/lazer, inverter a tendência de sustentar o património pelo turismo.</p> <p>Considerar a atividade turística como fator do desenvolvimento e de revitalização de outros setores (agricultura, pecuária, pesca).</p> <p>Uma das opções da estratégia territorial consiste na qualificação e diversificação do turismo. Resultando o seguinte modelo de desenvolvimento e ocupação turística: 1.Formas de ocupação turística: NDT, EOT, EHI, Imobiliária e Turismo de Lazer, TER. 2. Campos de golfe. 3. Turismo náutico.4.Turismo natureza.</p> <p>Qualificação do litoral e desenvolvimento turístico do interior, empreendimentos turísticos em espaço rural desenvolvimento de produtos turísticos tipo <i>resorts</i> fora dos perímetros urbanos.</p> <p>Qualificação do território urbano/rural (espaço público, paisagem, proteção ambiental, património natural, conservação da natureza, património cultural). Proteção dos sistemas ecológicos.</p>

Apêndice 4: Inventário dos recursos do concelho de Faro

1. Identificação geral				2. Localização							3. Fonte/site
Categoria	Tipo	Sub tipo 1	Sub tipo 2	Outra	Sé	S. Pedro	Montenegro	Conceição	Estoi	S. B. Nexe	
1. Recursos Naturais	1.1 Montanhas	1.1.1 Elevações	1.1.1.1 [100m:150m] 1.1.1.2 [150m:200m] 1.1.1.3 [200m:250m] 1.1.1.4 >=250						1 1 3 5	1 6	Carta Militar, mapas.cm-faro.pt
		1.1.2 Vales		3			1	7			
	1.2 Planícies	1.2.1 Salinas	1.2.1.1 Salinas ativas 1.2.1.2 Salinas inativas		1 2	1 1	3 2				Carta Militar, mapas.cm-faro.pt
		1.2.2 Campina		1							
	1.3 Costa	1.3.1 Praias			7		1				Carta Militar, mapas.cm-faro.pt
		1.3.2 Barra			2						
		1.3.3 Ilhas			2						
		1.3.4 Canais			4		2				
		1.3.5 Esteiros			26	1	8				
		1.3.6 Penínsulas/Ilhotes	1.3.6.1 Península 1.3.6.2 Ilhotes		8		1 1				
1.4 Rios/Ribeiras	1.4.1 Rio	1.4.1.1 Caudal descontínuo		1						Carta Militar, mapas.cm-faro.pt, Plano da Bacia Hidrográfica do Algarve	
	1.4.2 Ribeira	1.4.2.1 Caudal descontínuo		20							
	1.4.3 Sistemas Aquíferos			4							

	1.5 Lugares de observação de flora e fauna	1.5.1 Miradouro de estrada 1.5.2 Percursos		5	2		2	1	3	2	mapas.cm-faro.pt, www.cm-faro.pt (serviços municipais, desporto) brochura Rotas, www.icnb.pt	
	1.6 Caça e pesca	1.6.1 Recursos piscícolas 1.6.2 Recursos cinegéticos	1.6.1.1 Áreas alteradas/artificializadas 1.6.2.1 Caça		5	1	4		1	4	2	Plano de Ordenamento do Parque Natural da Ria Formosa, Plano Estratégico da Ria Formosa, www.afn.min-agricultura.pt (Bases dados/listas)
	1.7 Parques Nacionais e reservas			3								icnb.pt, PDM de Faro
TOTAL (1)				34	62	4	24	3	25	11		
2. Recursos Patrimoniais e Históricos	2.1 Edificações e monumentos	2.1.1 Religiosos	2.1.1.1 Catedral 2.1.1.2 Igreja 2.1.1.3 Convento 2.1.1.4 Mosteiro 2.1.1.5 Ermida 2.1.1.6 Campanário 2.1.1.7 Capela 2.1.1.8 Calvário ou cruzeiro		1 4 3 6 2 1		3 1 3		1	1	1	visitalgarve.pt, visitportugal.pt, cm-faro.pt, monumentos.pt, geo.algarvedigital.pt, jf-saopedro.pt, santabarbaradenexe.pt, fontes bibliográficas, Plano Verde de Faro

		2.1.1.9 Seminário	1						
		2.1.1.10 Outros	2						
	2.1.2 Civis	2.1.2.1 Palácios e palacetes	5	3				1	
		2.1.2.2 Solares	3	1					
		2.1.2.3 Edifícios de interesse arquitetónico/Casas senhoriais	20	19					
		2.1.2.4 Núcleo urbano tradicional	1					1	
		2.1.2.5 Outros	2	1					
	2.1.3 Militares	2.1.3.1 Castelo	1						
		2.1.3.2 Muralhas	1						
		2.1.3.3 Torres	3						
		2.1.3.4 Outros	3						
	2.1.4 Conjunto de património arquitetónico	2.1.4.1 Quintas	6	2					
		2.1.4.2 Outros conjuntos	1						
2.2 Obras técnicas	2.2.1 Engenharia	2.2.1.1 Ponte			1				visitalgarve.pt, visitportugal.pt, cm-faro.pt, monumentos.pt, geo.algarvedigital.pt
		2.2.1.2 Doca		1					
		2.2.1.3 Outros	6		1				
	2.2.2 Urbanismo	2.2.2.1 Praças/Largos	27	10	2	1		5	
		2.2.2.2 Parque ribeirinho		1					
		2.2.2.3 Jardins	5	3				3	
	2.2.3 Edifícios públicos	2.2.3.1 Biblioteca	1						
		2.2.3.2 Centro cultural	1						

			2.2.3.3 Coreto		1							
			2.2.2.4 Teatro		1	1						
			2.2.2.5 Outros		6	1						
	2.3 Outro património de interesse				7	1				4		cm-faro.pt. Igogo.pt
	2.4 Lugares e vestígios arqueológicos	2.4.1 Itinerários arqueológicos		7						1		Carta Arqueológica de Faro
		2.4.2 Áreas com potencial arqueológico										
		2.4.3 Sítios arqueológicos	2.4.3.1 Ocupações Pré História antiga		3	1	5	1			3	
			2.4.3.2 Ocupações da Pré História recente		5	1	3	3		6	3	
			2.4.3.3 Ocupações Romana		23	7	1	2		10	4	
			2.4.3.4 Ocupações Medievais e Modernas		11	2	1			3	2	
		2.4.4 Sítios arqueológicos prioritários			3	1				1		
	2.5 Museus	2.5.1 História			1					1		visitalgarve.pt, visitportugal.pt, cm-faro.pt, monumentos.pt, geo.algarvedigital.pt
		2.5.2 Etnologia			1							
		2.5.3 Ciências naturais			1							
		2.5.4 Outros			3							
	TOTAL (2)				8	172	65	14	9	38	14	
3. Recursos Etnográficos, Artesanais e Gastronómicos	3.1 Etnológicos	3.1.1 Casas tradicionais										Fontes bibliográficas

	3.1.2 Elementos hidráulicos (nora, tanque, poço)			1				1	1		
	3.1.3 Moinhos	3.1.3.1 Vento								1	
		3.1.3.2 Maré		3	2						
	3.1.4 Personalidades da história local			31							
	3.1.5 Jogos populares			1							
3.2 Artesanato	3.2.1 Cerâmica	3.2.1.1 Olaria		1							cm-faro.pt, jf-se.pt, jf-saopedro.pt
		3.2.1.2 Azulejos			1						
		3.1.1.3 Outros		1	1						
	3.2.2 Tecidos	3.2.2.1 Trabalhos em crochê		1							
	3.2.3 Metal	3.2.3.1 Caldereiro			1						
		3.2.3.2 Artesanato em ferro jorjado		1							
	3.2.4 Madeira	3.2.4.1 Marceneiro								2	
	3.2.5 Cestaria	3.2.5.1 Empreita								1	
		3.2.5.2 Cestaria em miniatura			1						
3.3 Gastronomia	3.3.1 Alimentação e produtos tradicionais	3.3.1.1 Frutos		4							cm-faro.pt, jf-se.pt, jf-saopedro.pt
		3.3.1.2 Doçaria regional		10							
		3.3.1.3 Outros		1							
	3.3.2 Gastronomia popular	3.3.2.1 Pratos tradicionais		12							
3.4 Folclore	3.4.1 Rancho folclórico							1		1	casadopovo-concfaro.blogspot.com
	3.4.2 Formas orais música	3.4.2.1 Janeiras				1		1	1	1	
	3.4.3 Grupos corais			1							

	3.5 Festas	3.5.1 Festas religiosas		1	2		1	3	1	Agenda Cultural de Faro (Jan 2010 a Dez 2010), cm-faro.pt
		3.5.2 Festas populares		2	7	1	6	4	4	
	3.6 Feiras e mercados			6	5			2	1	Agenda Cultural de Faro (Jan 2010 a Dez 2010), jf-montenegro.pt, cm-faro.pt
TOTAL (3)				63	16	18	2	10	11	12
4. Eventos, acontecimentos programados	4.1 Culturais e recreativos	4.1.1 Artísticos	4.1.1.1 Festivais de dança	1	4					Agenda Cultural de Faro (Jan 2010 a Dez 2010), cm-faro.pt
			4.1.1.2 Festivais de música	3	3	1				
			4.1.1.3 Outros	2	1					
		4.1.2 Exposições		21	1			1		
	4.2 Desportivos	4.2.1 Desportos tradicionais	4.2.1.1 Petanca	2						cm-faro.pt (Desporto), sites dos organismos responsáveis pelo evento
		4.2.2 Desportos organizados	4.2.2.1 Torneios e campeonatos futebol	4	7					
			4.2.2.2 Torneios de ténis			4				
			4.2.2.3 Torneios de ténis de mesa	2						
			4.2.2.4 Provas de equitação/hipismo			1		1		
			4.2.2.5 Provas de atletismo	13		1				
			4.2.2.6 Torneio de Voleibol	1						
			4.2.2.7 Torneio de Basquetebol	1						
			4.2.2.8 Bicicleta	1	1		1			
		4.2.3 Desportos ligados à água	4.2.3.1 Bodyboard			2				

		4.2.3.2 Surf		1		1				
		4.2.3.3 Natação		4		1				
		4.2.3.4 Caiaques	1							
		4.2.3.5 Provas de vela				1				
		4.2.3.6 Provas de windsurf				2				
		4.2.3.7 Concursos de pesca	1			1				
		4.2.3.8 Outros				2				
	4.2.4 Radicais	4.2.4.1 Provas de rappel	1							
		4.2.4.2 Slide	1							
		4.2.4.3 Escalada	1							
		4.2.4.4 Skate		4						
	4.2.5 Motorizados	4.2.5.1 Rallys			1					
		4.2.5.2 Provas de todo o terreno (TT)				1				
		4.2.5.3 Provas motocross				1	1			
		4.2.5.4 Outros		2		2	1			
4.3 Tradicionais/Etnográficos	4.3.1 Festivais danças tradicionais				1		2	1	2	Agenda Cultural de Faro (Jan 2010 a Dez 2010)
	4.3.2 Festivais de gastronomia	4.3.2.1 Semanas gastronómicas		1						
		4.3.2.2 Feiras de produtos gastronómicos		1						
TOTAL (4)			5	64	19	21	5	3	2	

Apêndice 5: Hierarquia e valor dos recursos por freguesia

Recursos - Freguesia da Sé

Categoria	N.º recursos	Hierarquia	Coefficiente procura	Valor turístico	H1-Local	H2-Regional	H3-Nacional	H4-Internacional	Total
1. Recursos Naturais			8,2						
TOTAL (1)	62	77		631,4	54	1	7	0	62

2. Recursos Patrimoniais e Históricos

			6,7						
TOTAL (2)	172	222		1487,4	137	25	5	5	172

3. Recursos Etnográficos, Artesanais

			6,7						
TOTAL (3)	16	18		129,6	14	2	0	0	16

4. Eventos, acontecimentos programados

			4,5						
TOTAL (4)	64	91		409,5	45	12	6	1	64

Recursos - Freguesia de S. Pedro

Categoria	N.º recursos	Hierarquia	Coefficiente procura	Valor turístico	H1-Local	H2-Regional	H3-Nacional	H4-Internacional	Total
1. Recursos Naturais			8,2						
TOTAL (1)	4	4		32,80	4	0	0	0	4

2. Recursos Patrimoniais e Históricos

			6,7						
TOTAL (2)	65	82		549,4	54	7	2	2	65

3. Recursos Etnográficos, Artesanais

			6,7						
TOTAL (3)	18	19		127,3	17	1	0	0	18

4. Eventos, acontecimentos programados

			4,5						
TOTAL (4)	19	34		153	9	7	1	2	19

Recursos - Freguesia Montenegro

Categoria	N.º recursos	Hierarquia	Coefficiente procura	Valor turístico	H1-Local	H2-Regional	H3-Nacional	H4-Internacional	Total
1. Recursos Naturais			8,2						
TOTAL (1)	24	24		196,80	24	0	0	0	24
2. Recursos Patrimoniais e Históricos			6,7						
TOTAL (2)	14	14		93,8	14	0	0	0	14
3. Recursos Etnográficos, Artesanais			6,7						
TOTAL (3)	2	2		13,4	2	0	0	0	2
4. Eventos, acontecimentos programados			4,5						
TOTAL (4)	21	34		153	15	2	1	3	21

Recursos - Freguesia da Conceição

Categoria	N.º recursos	Hierarquia	Coefficiente procura	Valor turístico	H1-Local	H2-Regional	H3-Nacional	H4-Internacional	Total
1. Recursos Naturais			8,2						
TOTAL (1)	3	3		24,6	3	0	0	0	3
2. Recursos Patrimoniais e Históricos			6,7						
TOTAL (2)	9	10		67,00	8	1	0	0	9
3. Recursos Etnográficos, Artesanais			6,7						
TOTAL (3)	10	10		67,00	10	0	0	0	10
4. Eventos, acontecimentos programados			4,5						
TOTAL (4)	5	7		31,5	4	0	1	0	5

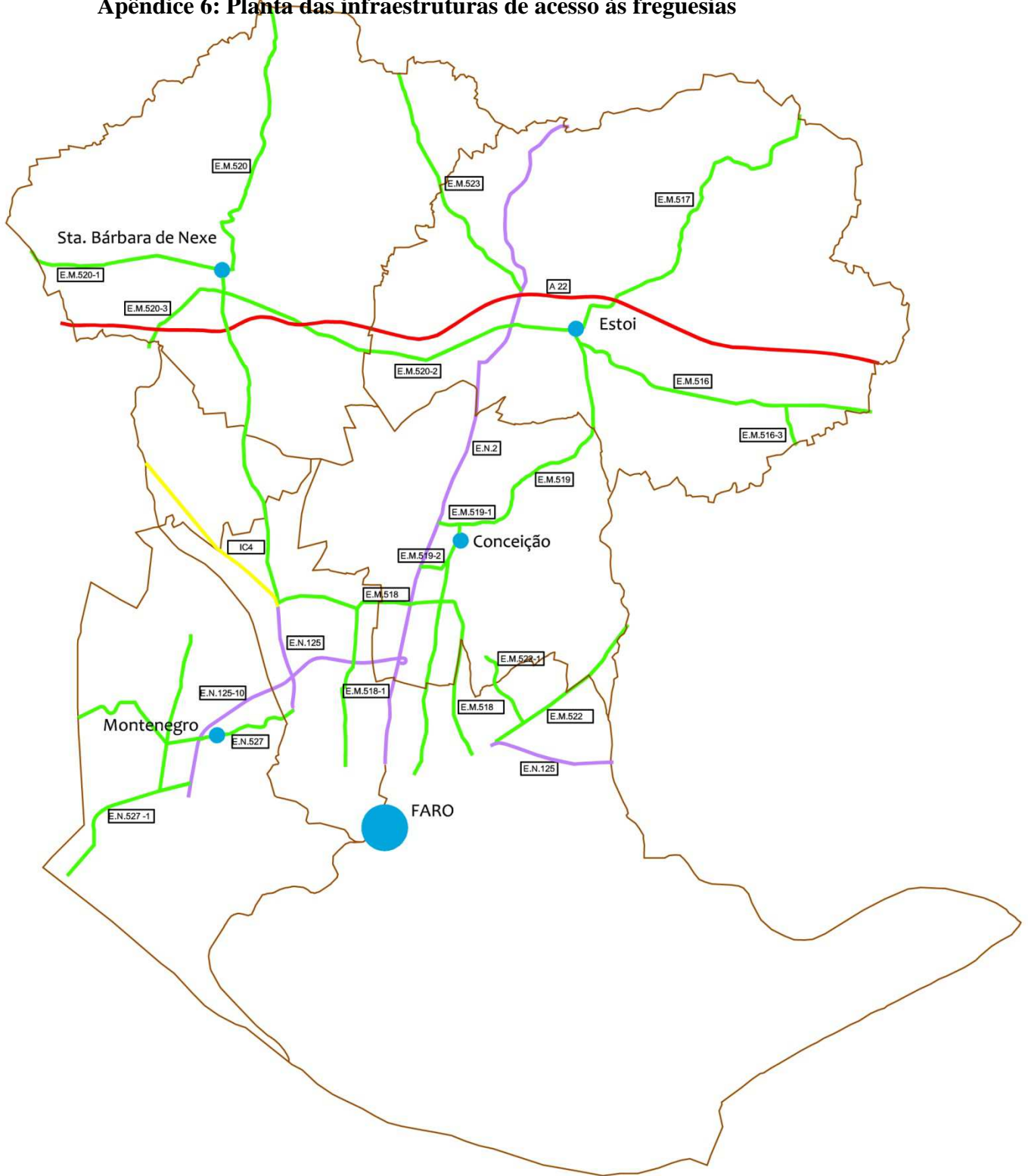
Recursos - Freguesia de Estoi

Categoria	N.º recursos	Hierarquia	Coefficiente procura	Valor turístico	H1-Local	H2-Regional	H3-Nacional	H4-Internacional	Total
1. Recursos Naturais			8,2						
TOTAL (1)	25	25		205	25	0	0	0	25
2. Recursos Patrimoniais e Históricos			6,7						
TOTAL (2)	38	43		288,1	34	3	1	0	38
3. Recursos Etnográficos, Artesanais			6,7						
TOTAL (3)	11	11		73,7	11	0	0	0	11
4. Eventos, acontecimentos programados			4,5						
TOTAL (4)	3	3		13,5	3	0	0	0	3

Recursos - Freguesia de S.B.Nexe

Categoria	N.º recursos	Hierarquia	Coefficiente procura	Valor turístico	H1-Local	H2-Regional	H3-Nacional	H4-Internacional	Total
1. Recursos Naturais			8,2						
TOTAL (1)	11	11		90,2	11	0	0	0	11
2. Recursos Patrimoniais e Históricos			6,7						
TOTAL (2)	14	16		107,2	12	2	0	0	14
3. Recursos Etnográficos, Artesanais			6,7						
TOTAL (3)	12	12		73,7	12	0	0	0	12
4. Eventos, acontecimentos programados			4,5						
TOTAL (4)	2	4		18	1	0	1	0	2

Apêndice 6: Planta das infraestruturas de acesso às freguesias



Legenda:

Estradas municipais — Itinerário complementar —
 Estradas nacionais — Auto-estrada —

Fontes:

Divisão Administrativa (PDM Faro 1995)
 Plano Rodoviário Nacional 2000
 Plano Rodoviário Municipal de Faro (1995)

Planimetria:

Elipsóide de Hayford Dtum 73
 Altimetria:
 Datum do Marégrafo de Cascais

APÊNDICE 6

PLANTA DAS INFRAESTRUTURAS DE ACESSO ÀS FREGUESIAS

Data da edição: Junho 2011

Apêndice 7: Quadro síntese dos recursos no POOC Vilamoura-V.R.S.António

Solo Rural														
Categorias	Praias	Dunas	Arribas, taludes e zonas adjacentes	Espaço lagunar	Espaços Naturais				Espaços Florestais de Proteção	Espaços Agrícolas	Espaços de Produção Aquícola	Espaços Edificados a Renaturalizar	Espaços Edificados a Reestruturar	Equipamentos, serviços e infraestruturas
					Áreas húmidas e áreas ameaçadas pelas cheias	Linhas de água e margens	Áreas complementares da conservação da natureza	Áreas de enquadramento						
1. Recursos Naturais														
1.2 Planícies/Salinas														
1.3 Costa														
1.4 Rios/Ribeiras														
1.5 Observação de fauna e flora														
1.6 Caça e Pesca														
2. Recursos Patrimoniais e Históricos														
2.2 Obras técnicas														
2.4 Lugares e vestígios arqueológicos														
3. Recursos Etnográficos, Artesanais e Gastronómicos														
3.1 Etnológicos														

Apêndice 8: Quadro síntese dos recursos no POPNRF

Categorias	Área Terrestre			Área costeira e lagunar					
	Áreas de proteção parcial	Áreas de proteção complementar		Áreas de proteção total	Áreas de proteção parcial		Áreas de proteção complementar	Área de intervenção específica do Pontal/Ludo	Espaços edificados e reestruturar
		Áreas de proteção complementar tipo I	Áreas de proteção complementar tipo II		Áreas de proteção parcial tipo I	Áreas de proteção parcial tipo II			
1. Recursos Naturais									
1.2 Planícies/Salinas									
1.3 Costa									
1.4 Rios/Ribeiras									
1.5 Observação de fauna e flora									
1.6 Caça e Pesca									
2. Recursos Patrimoniais e Históricos									
2.2 Obras técnicas									
2.4 Lugares e vestígios arqueológicos									
3. Recursos Etnográficos, Artesanais e Gastronômicos									
3.1 Etnológicos									

Apêndice 9: Dados gerais sobre o uso do solo do PDM de Faro (%)

	Solo rural	Solo urbano	(%)
Concelho de Faro	92,76	7,24	100,00

Solo Rural (%)													
Espaços Naturais e Culturais						Espaços Agrícolas			Espaços Lagunares Edificados		Espaços de Indústria Extrativa	Espaço Equipamentos	
Naturais			Culturais			Espaços Agrícolas			Espaços Lagunares Edificados		Espaços de Indústria Extrativa	Espaço Equipamentos	
Áreas de proteção e valorização	Áreas florestais de proteção	PNRF	Parque Ribeirinho de Faro	Parque Urbano de Faro	Área Cultural Milreu/Estoi	Espaços agrícolas condicionados I	Espaços agrícolas condicionados II	Espaço agrícola indiscriminado	Espaço lagunar edificado I	Espaço lagunar II	Espaços de Indústria Extrativa	Equipamentos coletivos	
17,94	6,27	30,58	0,53	0,14	0,16	10,87	3,93	18,04	0,22	0,08	0,10	3,89	92,76

Solo Urbano (%)						
Espaços Urbanos			Espaços Urbanizáveis			
Espaços urbanos estruturantes	Espaços urbanos históricos	Espaços urbanos não estruturantes	Espaços urbanizáveis de expansão	Espaços urbanizáveis de edificação dispersa a reestruturar	Espaços urbanizáveis para fins específicos	
2,15	0,19	0,33	2,40	1,17	1,00	7,24

Condicionantes (%)	RAN	REN	Outras Condicionantes
Concelho de Faro	29,14	57,64	49,88

Apêndice 10: Quadro síntese dos recursos no PDM de Faro

Categorias	Solo Rural													
	Espaços Naturais e Culturais						Espaços Agrícolas			Espaços Lagunares		Espaços Indústria Extrativa		Espaço Equipamentos
	Naturais			Culturais			Espaços agrícolas condicionados I	Espaços agrícolas condicionados II	Espaço agrícola indiscriminado	Espaço lagunar edificado I	Espaço lagunar II	Indústria extrativa I- Consolidada	Indústria extrativa II - a reconverter	Equipamentos coletivos
	Áreas de proteção e valorização	Áreas florestais de proteção	PNRF	Parque Ribeirinho de Faro	Parque Urbano de Faro	Área Cultural Milreu/Estoi								
1. Recursos Naturais														
1.1 Montanhas/Vales														
1.2 Planícies/Salinas														
1.3 Costa														
1.4 Rios/Ribeiras														
1.5 Observação de fauna e flora														
1.6 Caça e Pesca														
2. Recursos Patrimoniais e Históricos														
2.1 Edificações e monumentos														
2.2 Obras técnicas														
2.3 Outro património de interesse														
2.4 Lugares e vestígios arqueológicos														
2.5 Museus														
3. Recursos Etnográficos, Artesanais e Gastronómicos														
3.1 Etnológicos														

Apêndice 10: Cont.


Categorias	Solo Urbano					
	Espaços Urbanos			Espaços Urbanizáveis		
	Espaços urbanos estruturantes	Espaços urbanos históricos	Espaços urbanos não estruturantes	Espaços urbanizáveis de expansão	Espaços urbanizáveis de edificação dispersa a reestruturar	Espaços urbanizáveis para fins específicos
1. Recursos Naturais						
1.1 Montanhas/Vales						
1.2 Planícies/Salinas						
1.3 Costa						
1.4 Rios/Ribeiras						
1.5 Observação de fauna e flora						
1.6 Caça e Pesca						
2. Recursos Patrimoniais e Históricos						
2.1 Edificações e monumentos						
2.2 Obras técnicas						
2.3 Outro património de interesse						
2.4 Lugares e vestígios arqueológicos						
2.5 Museus						
3. Recursos Etnográficos, Artesanais e Gastronómicos						
3.1 Etnológicos						

Apêndice 10: Cont.

Categorias	Condicionantes aos Uso do Solo		
	RAN	REN	Outras Condicionantes
1. Recursos Naturais			
1.1 Montanhas/Vales		Cabeceiras de linhas de água, áreas com risco erosão superficial, áreas de infiltração máxima	Zona Sensibilidade sísmica, zona de grande sensibilidade paisagística, zona proteção às captações públicas
1.2 Planícies/Salinas		Laguna	
1.3 Costa		Praia/Cordão dunar/Laguna	
1.4 Rios/Ribeiras			
1.5 Observação de fauna e flora		Laguna, cordão dunar, praia, áreas com risco de erosão superficial, cabeceiras de linhas de água, risco de erosão por deslizamento	Zona de grande sensibilidade paisagística, zona de proteção às captações públicas
1.6 Caça e Pesca		Laguna	
2. Recursos Patrimoniais e Históricos			
2.1 Edificações e monumentos		Zona ameaçada pelas cheias e faixa proteção	
2.2 Obras técnicas		Faixa proteção laguna, laguna, zonas ameaçadas pelas cheias, faixa proteção à ribeira	
2.3 Outro património de interesse			
2.4 Lugares e vestígios arqueológicos		Laguna, PNR, áreas de infiltração máxima, cabeceiras de linhas de água, faixa de proteção às ribeiras, zonas ameaçadas pelas cheias, áreas com risco de erosão superficial	Faixa proteção rodovia, zona de proteção às captações públicas, zona de grande sensibilidade paisagística, zona de maior sensibilidade sísmica
2.5 Museus			
3. Recursos Etnográficos, Artesanais e Gastronómicos			
3.1 Etnológicos		Laguna	

Apêndice 11: Esquema da REN

PDM de Faro	Praias Laguna	Laguna	Cordão dunar	Faixa de proteção à Laguna	Faixa de proteção às ribeiras	Cabeceiras de linhas de água, áreas de infiltração máxima	Áreas com risco de erosão superficial, e erosão por deslizamento	Zonas ameaçadas pelas cheias
Regime Jurídico da REN	Proteção do litoral			Sustentabilidade do ciclo da água		Prevenção de riscos naturais		
	Águas de transição e Praias leitos	Faixa de proteção das águas de transição	Dunas costeiras e dunas fósseis	Faixa terrestre de proteção costeira	Leitos e margens dos cursos de água	Áreas estratégicas de proteção e recarga de aquíferos	Áreas de elevado risco de erosão hídrica do solo	Zonas ameaçadas pelas cheias e pelo mar
I- Obras de Construção, alteração e ampliação								
f) Ampliação de edificações existentes destinadas a empreendimentos de turismo em espaço rural e de turismo de natureza e a turismo de habitação em solo rural.								
g) Ampliação de edificações existentes destinadas a usos de habitação e outras não abrangidas pelas alíneas e) e f) nomeadamente afetas a outros empreendimentos turísticos, equipamentos de utilização coletiva etc								
VI- Equipamentos, recreio e lazer								
b) Equipamentos e apoios às zonas de recreio balnear e à atividade náutica de recreio em águas interiores, bem como infraestruturas associadas.								
c) Equipamentos e apoios de praia bem como infraestruturas associadas à utilização de praias costeiras.								
d) Espaços verdes equipados de utilização coletiva					A			
e) Abertura de trilhos e caminhos pedonais/cicláveis destinados à educação e interpretação ambiental e de descoberta da natureza, incluindo pequenas estruturas de apoio					A			
VII- Instalações desportivas especializadas								
Instalação de campos de golfe, excluindo as áreas edificadas								

A Apenas na margem
 Áreas de REN onde usos e ações referidos estão sujeitos a autorização